

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
13, 14 e 15 de junho de 1997
Nova Friburgo - RJ

Comissão Organizadora

Aldemir Caetano

Humberto Campos de Carvalho

Sílvio José Marques

Antônio Carlos Spis

Sérgio Viana Villa

ÍNDICE

Agradecimento	03
Regimento Interno	04
Análises de Conjuntura Internacional e Nacional	10
• Tese 1 – Sindipetro – AM	10
• Tese 2 - Sindipetro – CE	14
• Tese 3 - STIEP – ES	19
• Tese 4 - Sindipetro – RS	22
• Tese 5 - Sindipetro – RN	27
• Tese 6 - Sindipetros – Campinas/ SP/ SJC/ Mauá/ PR e SC	30
• Tese 7 - Sindipetro – MG	42
• Tese 8 - Sindipetro – Cubatão	52
• Tese 9 - Sindipetro – PA e AM	52
• Tese 10 - Sindiquímica BA/SUP	53
• Tese 11 - Sindipetro – AL e SE	66
• Tese 12 - Sindipetro – NF	69
Resoluções	72
Sindicalismo	72
Campanha Reivindicatória	77
PLR	78
Em Defesa da Petrobrás	78
Pauta de Reivindicações.....	79

AGRADECIMENTO

A Federação Única dos Petroleiros agradece imensamente a todos os Sindicatos, de diversas categorias, que ofereceram solidariedade e ajuda material para possibilitar a realização deste 3º CONFUP. Contar com o apoio desses companheiros, nesse momento de grande ataque ao movimento sindical, nos dá ainda mais força para seguirmos na luta.

Saudações Sindicais,
Federação Única dos Petroleiros

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
13, 14 e 15 de junho de 1997
Nova Friburgo - RJ

Regimento Interno

CAPÍTULO 1- DA CONVOCAÇÃO E REALIZAÇÃO

Artigo 1º - A Federação Única dos Petroleiros convoca o 3º CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS -3º CONFUP a ser realizado no Rio de Janeiro, nos dias 13, 14 e 15 de junho de 1997.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Artigo 2º- O 3º CONFUP terá como objetivo:

- a) discussão e deliberação das teses e propostas ao ternário referido no artigo 3º;
- b) interação entre os delegados no campo político, ideológico e cultural, pautando-se o relacionamento na fraternidade e na ética da classe trabalhadora;
- c) a solidariedade ao movimento operário nacional e internacional.

CAPÍTULO III - DO TEMÁRIO

Artigo 3 – O 3º CONFUP, para cumprir os seus objetivos, discutirá e deliberará sobre o seguinte temário:

Análise de Conjuntura Nacional e Internacional

As posições políticas sobre este tema serão apresentadas pelas forças políticas, no sábado de manhã, com a participação de todos os delegados.

Não haverá votação e cada visão política apresentará uma síntese para as resoluções do 3º CONFUP

Comissão 1 - Sindicalismo e Ação Sindical

- Balanço da Campanha Reivindicatória 96/97- Desmonte dos Sindicatos de Petroleiros e busca de alternativas

- Metas e Ações Sindicais

Comissão 2 - Políticas Específicas

- Pauta de reivindicações

- Aposentados e PETROS

- Terceirização

Comissão 3 - Saúde, Meio Ambiente e Novas Tecnologias

Comissão 4-Regulamentação do Setor Petróleo

- Novos cenários

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 4º - A organização do congresso será desenvolvida pela Comissão Organizadora, composta pela FUP: Caetano, Humberto, Sílvia, Spis e Villa.

§ Único - A mesa diretora do congresso será composta por cinco membros eleitos entre os delegados sendo um presidente, dois secretários e dois relatores, cabendo:

- a) ao presidente, dirigir os trabalhos;
- b) aos secretários, fazer as inscrições e controlar o tempo;
- e) aos relatores a elaboração do relatório final do 3º CONFUP

Artigo 5º - A FUP, num prazo máximo de 60 dias, deve divulgar as resoluções do congresso quando encerrar-se-ão os trabalhos da Comissão Organizadora.

CAPÍTULO - DOS DELEGADOS

Artigo 6º - Os delegados ao congresso serão eleitos em Assembléias Gerais e/ou Congressos Regionais ou eleitos na suas bases, especificamente convocados pelos sindicatos do Setor Petróleo filiados à FUP, segundo os critérios do artigo 7º do seu estatuto.

§ Único - Os membros da Diretoria Executiva da FUP serão delegados natos ao 3º CONFUP Conforme Parágrafo 7º do artigo 14 do Estatuto da Federação

Artigo 7º - O número máximo de delegados será definido pelo seguinte critério, de acordo com a base de representação sindicalizada, de cada sindicato participante:

Critério:

Critério: Nº Sindicalizados	Delegados Eleitos
até 1.000	12
de 1.001 a 2.000	16
acima de 2.000	16 + 1 a cada 360 sindicalizados

§ 1º - Os delegados e suplentes eleitos para o 3º CONFUP deverão estar inscritos junto a Comissão Organizadora até o dia 27/05/97, via documento ou fac-símile.

§ 2º - Serão inscritos delegados e suplentes para substituição a ausentes da chapa em que se elegeram.

§ 3º - Os delegados suplentes poderão ser credenciados, em substituição aos delegados efetivos, até 2 (duas) horas após o encerramento das inscrições. Os delegados suplentes deverão ser inscritos e credenciados obedecendo a ordem decrescente enviada pelos sindicatos.

§ 4º - Delegados suplentes poderão inscrever-se no horário normal de inscrição, caso haja desistência mediante documento assinado, dos delegados efetivos.

§ 5º - O delegado só poderá participar com direito a voz e voto da comissão para a qual foi indicado, quando do credenciamento.

CAPÍTULO VII - DAS TESES E MOÇÕES

Artigo 8º - As teses e moções terão que ser aprovadas em pelo menos uma Assembléia ou Congresso Regional, de vendo ser inscritas na Comissão Organizadora até o dia 27/05/97.

§ 1º - As teses que não forem enviadas à FUP até o dia 27/05/97 não serão aceitas.

Caberá aos sindicatos que não cumprirem o prazo reproduzirem as teses.

§ 2º - As teses deverão ser gravadas no sistema Word e enviadas em dois disquetes, como também sua impressão.

§ 3º - As moções deverão ser atinentes à questões de interesse geral dos trabalhadores.

§ 4º - As moções, para que possam ser submetidas a plenária, devem ter sido apresentadas nas comissões de trabalho, obtendo 1/3 (um terço) dos votos dos de legados presentes na hora da votação e apresentadas devidamente redigidas.

§ 5º - As teses somente poderão tratar dos assuntos constantes do temário.

CAPÍTULO VII - DAS TESES E MOÇÕES

Art. 8º - As teses e moções terão que ser aprovadas em pelo menos uma Assembléia ou Congresso Regional, deverão ser inscritas junto à Comissão Organizadora, na FUP, até o dia 27/05/97.

§ 1º - As teses que não forem enviadas à FUP até o dia 27/05/97, ou não serão aceitas.

Caberá aos sindicatos que não cumprirem o prazo, reproduzirem suas teses.

§ 2º - As teses deverão ser gravadas no sistema “word”, fonte “times new roman”, tamanho “12” e enviadas em dois disquetes, como também sua imprssão.

§ 3º - As moções deverão ser atinentes à questões de interesse geral dos trabalhadores.

§ 4º - As moções, para que possam ser submetidas a plenária, devem ter sido apresentadas nas comissões de trabalho, obtendo 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes na hora da votação e apresentadas devidamente redigitadas

§ 5º - As teses somente poderão tratar dos assuntos constantes do temário, estando a Comissão Organizadora desobrigada de reproduzir qualquer tese, no todo ou em parte, que não conste do temário.

CAPÍTULO VIII – DO FUNCIONAMENTO, CREDENCIAMENTO E INSTALAÇÃO

Art. 9º - O funcionamento do 3º CONFUP deverá obedecer a seguinte programação:

Dia 13.06 (sexta-feira)

- 14:00 às 22:00 horas – Credenciamento
- 18:00 às 19:00 horas – Jantar

- 19:00 às 22:00 horas– Abertura Solene, Plenária inicial, Regimento Interno e discussão da tese guia.

Dia 14.06 (sábado)

- 8 às 12 horas – Plenária de apresentação e debates das visões de análise de conjuntura
- 12 às 13 horas – Almoço
- 13 às 19 horas – Trabalho nas comissões: Comissão 1 – Sindicalismo e Ação Sindical; Comissão 2 – Políticas Específicas; Comissão 3 – Meio Ambiente e Novas Tecnologias e Comissão 4 – Regulamentação do Setor Petróleo
- 19 às 20 horas - Jantar
- 20 às 22 horas – Continuação dos trabalhos

Dia 01.07.2001 (sábado)

- 09:00 às 10 horas – Painel com Luís Carlos Prates (Presidente Sind. Metalúrgicos de São José dos Campos)
- 10 às 13:30 horas – Plenária Final
- 13 às 13:30 horas – Inscrição de chapas para eleição do Conselho Fiscal da FUP
- 13:30 às 14:30 horas – Almoço
- 14:30 às 15:30 horas – Votação e Apuração
- 16 horas - Encerramento

Dia 15.06 (domingo)

- 8 às 12 horas - Plenária final com apreciação dos relatórios das comissões
- 12 às 13 horas – Almoço
- 13 às 14 horas – Posse do Conselho Fiscal

DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Artigo 10 - Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a um voto.

Artigo 11 - As votações nas comissões de trabalho e sessões plenárias serão feitas levantando-se os crachás de votação.

§ 1º - A confrência dos resultados das votações, tanto nas sessões plenárias quanto nas comissões de trabalho, será feita por contraste que, em caso de dúvida, a critério da mesa, serão conferidas individualmente por credencial.

§ 2º - Não serão permitidos votos por procuração.

§ 3º - Serão convidados pela mesa diretora, quando necessário, 4 (quatro) delegados para contarem os votos dos participantes da plenária.

Artigo 12 - Nas comissões de trabalho somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e com intervenções de, no máximo 3 (três) minutos.

Artigo 13 - Todo delegado que desejar intervir nas comissões de trabalho, deverá se inscrever previamente junto a mesa, e o fará segundo a ordem de inscrição.

§ 1º - A inscrição para uso da palavra será feita com a entrega do crachá de delegado na mesa dos trabalhos, que obedecerá a ordem de chegada.

§ 2º - As inscrições se encerrarão ao final da palavra do quinto orador.

Artigo 14 - O sistema de votação nas sessões plenárias será o de maioria simples.

Artigo 15 - Nas comissões de trabalho, as propostas vencidas que obtiverem 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes na hora da votação, serão encaminhadas à plenária para votação juntamente com a proposta vencedora.

Artigo 16 - Na sessão plenária, durante a leitura dos relatórios das comissões de trabalho, a mesa anotar as propostas com os grupos de trabalho. Em seguida colocará em discussão proposta por proposta, abrindo-se 01 (uma) intervenção para cada proposta e, se necessário, abrir-se-á mais 01 (uma) intervenção a cada uma, antes da votação do relatório final do grupo, no tempo máximo de 5 (Cinco) minutos cada.

§ 1º - Qualquer delegado poderá solicitar à mesa “Questão de Ordem”, “Questão de Esclarecimento” ou “Questão de Encaminhamento”, limitado a 01 (um) minuto.

§ 2º - Qualquer delegado poderá solicitar à mesa “Declaração de Voto” após ter se absterido na votação e será limitado a 01 (um) minuto e até 03 (três) delegados por votação.

CAPÍTULO X - DAS COMISSÕES DE TRABALHO E DA PLENÁRIA

Artigo 17 - Cada comissão estabelecerá suas próprias normas de trabalho, sujeitas, porém, aos dispositivos deste Regimento Interno.

§ Único - Cada comissão de trabalho será instalada por um membro da Comissão Organizadora e, dentre os seus delegados, elegerá uma mesa composta por um coordenador, um secretário e um relator. Ao coordenador caberá dirigir os trabalhos, ao secretário, controlar as inscrições e os horários, e ao relator, fazer o relatório e apresentá-lo na plenária.

Artigo 18 - As comissões de trabalho serão formadas pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificados pelos crachás.

Artigo 19 - Os delegados integrantes das comissões poderão apresentar emendas de caráter aditivo, supressivo ou modificativo, assim como aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, as propostas, teses e moções que lhes forem submetidas.

§ Único - Será obrigatório o encaminhamento das emendas em formulário integrante da pasta do delegado.

Artigo 20 - As comissões de trabalho adotarão o título do assunto para a qual foi instituída, seguindo a pauta, o que dará um total de três comissões.

Artigo 21 - A plenária é o órgão máximo e soberano do 3º CONFUP e será composta pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificados pelos crachás.

§ 1º - A plenária só poderá modificar, aprovar ou rejeitar, em parte ou totalmente, este Regimento, na sua primeira sessão.

§ 2º - A plenária poderá aprovar ou rejeitar, na sua totalidade, as deliberações das comissões de trabalho, na sua segunda sessão.

§ 3º - Serão vedadas emendas modificativas ou aditivas da segunda sessão da plenária.

CAPÍTULO X - DOS OBSERVADORES

Artigo 22 - A Comissão Organizadora poderá credenciar observadores com direito a voz, até 3 (três) por sindicato, e sem direito a voto, previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

§ Único - Também poderão ser credenciados, a critério da Comissão Organizadora, todos os assessores, com direito somente a voz, quando solicitados pela mesa de trabalho, ligados as entidades do movimento sindical e sindicatos dos petroleiros, tais como: DIEESE, DIESAT, etc., previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

CAPÍTULO XII - DAS DESPESAS

Artigo 23 - As despesas do 3º CONFUP serão de responsabilidade dos sindicatos e rateadas proporcionalmente entre os sindicatos, tendo como base o número de delegados eleitos nas assembléias, independente do número de delegados efetivamente credenciados. As despesas rateadas são as que envolvem transporte e despesas da infra-estrutura do 3º CONFUP, tais como: alimentação, papel, transporte e hospedagem.

§ Único - Não estão contempladas no rateio as despesas efetuadas pelos sindicatos sem autorização da Comissão Organizadora.

Artigo 24 - Todas as delegações participantes do 3º CONFUP deverão estar em dia com suas obrigações financeiras junto a FUP.

§ 1º - Os sindicatos em débito deverão quitar suas dívidas até 09/06/97.

§ 2º - Não serão aceitos pagamentos individuais por delegados.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25 - Os horários e prazos definidos neste Regimento Interno serão rigorosamente observados pela Comissão Organizadora.

Artigo 26 - Caberá à Comissão Organizadora a centralização do recebimento das informações dos sindicatos e manter os respectivos controles documentais e financeiros.

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
13, 14 e 15 de junho de 1997
Nova Friburgo - RJ

Tese 1
Sindipetro – AM

Eu vou cantar meus versos (meu irmão), o lamento de um operário que nunca foi operário. Que nunca foi patrão. Ele acordava bem cedo, penava na fila, encarando o metrô, mas depois de dez anos de casa, substituíram, botaram um robô. Ele e mais alguns colegas perderam o emprego, ficaram na mão Sai o homem , entra a máquina.

Como vou viver? O que será que meu filho vai ser? Não tenho trabalho, não tenho direito, não tenho porquê ... Hoje quem manda só está pensando em se reeleger.

Lamento Operário – Santino Medonça

AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA

1. Há muito que se vem falando de crise no sistema capitalista. Muito já se produziu em teses, artigos e publicação afirmando que a crise mundial une esta nação econômica com fome, miséria e prostituição colocando a maioria da população a margem do sistema produtivo e de consumo. Se por um lado, verificamos o avanço da globalização da economia mundial e a conseqüente implantação de políticas neoliberais por outro, constata-se que a globalização tem jogado para o mercado informal milhões detrabalhadores e imposto o crescente cerceamento à organização sindical. Apesar disso, disso a organização dos trabalhadores em sindicatos e associações de classe tem construído barricadas e tentado impedir que o massacre neoliberal elimine postos de trabalho e confisque direitos sociais arduamente conseguidos através da luta de classes.
2. Na Europa a França tem capitaneado manifestações gigantescas e organizando greves que unem e tem apoio da população. Os mineiros alemães, os estudantes coreanos, os metalúrgicos belgas, a imensa população desempregada da Argentina no Uruguai e no México tem demonstrado na prática que e possível impor derrotas, ao menos parciais, ao neoliberalismo.

3. A globalização destina especial atenção a ciranda financeira. Recursos voláteis dançam entre os países emergentes trazendo intranqüilidade, desemprego, miséria e exclusão social. O volume desses recursos alcançam cifras da casa do trilhão de dólares. Por conta da facilidade com que esses recursos entram e saem dos países a dominação imperialista pode fabricar crises e destruir soberanias. Foi assim com o México e a Argentina. Para obter socorro, esses países foram obrigados a abrir mão de suas concepções nacionalistas e entregar sua siderurgia e seu petróleo e sucatear seus parques industriais.
4. Constata-se uma crescente exploração do trabalho escravo e infantil, aviltamento dos salários que, quando muito, rebaixa a condição humana a simples sobrevivência. O fantasma do desemprego faz com que seja proposto a flexibilização da legislação trabalhista, que tem encontrado eco nas centrais sindicais atreladas ao patronato. A constatação dos fatos mostra que de nada resolve flexibilizar a legislação trabalhista. A Argentina e o Chile foram, na América do Sul, quem mais abriu mão de direitos trabalhistas e vivem hoje a perversa taxa de desemprego de 20% da força de trabalho. Esta realidade impõe às lideranças sindicais atreladas a obrigação de organizar, além dos trabalhadores, as imensas hordas de desempregados, denunciando o trabalho infantil e o escravo e lutando pelo fim das discriminações às minorias e às mulheres, vítimas de todo tipo de agressão e preconceito - do assédio sexual ao limite de idade quando encontra um posto de trabalho para ocupar. O duro embate contra a globalização e o neoliberalismo requer organização e luta. Organizar Greves Gerais, Marchas e ocupações parece ser o caminho da resistência.

O 1º DE MAIO DE 1997: O MUNDO PROTESTOU

5. As comemorações do Dia do Trabalho foram marcadas por manifestações de protestos contra governos, na Europa, na Ásia e na América Latina. A união intersindical na França reuniu mais de 60.000 pessoas em Paris. Na Alemanha, as críticas ao governo e aos patrões os acusava de por em perigo a paz social e exigiam a criação de empregos. No Japão, milhares de trabalhadores participaram de diversas reuniões organizadas por sindicatos que exigiam uma melhor distribuição de renda. Enquanto isso, na Grã-Bretanha, os trabalhistas puseram fim a 18 anos de governo conservador. Tony Blair é o novo primeiro-ministro inglês e se a vitória trabalhista não significa a volta do socialismo, pelo menos significa a derrota do neoliberalismo que entregou tudo nas mãos do mercado, da educação às ferrovias. A vitória trabalhista foi tão arrasadora que venceu até no distrito que Margaret Thatcher representou por 32 anos.

CONJUNTURA NACIONAL

6. Estamos assistindo ao desmonte do Estado. Após privatizar nossa indústria siderúrgica, escancarar nossos rios à navegação estrangeira, oficializando o contrabando existente, quebrar os monopólios das telecomunicações e petróleo, “entregar” a Cia. Vale do Rio

Doce e desmantelar a indústria nacional com a abertura desenfreada às importações, gerando déficits na balança comercial, o governo FHC vem reduzindo as oportunidades para que o parque produtivo possa se modernizar. O desemprego atinge quase 10 milhões de trabalhadores, ou quase 14% da população economicamente ativa. A busca do aumento da produtividade impõe exploração com o aumento do número de horas-extras e jornadas de trabalho superior a prescrita na Constituição, e a reestruturação produtiva ou desestruturação causa a demissão em massa. Há uma relação direta entre o aumento de produtividade e a eliminação de postos de serviço. Além disso, a precarização dos serviços públicos e a informatização crescente tem atingido a capacidade de mobilização e resistência colocando as organizações sindicais na defensiva.

7. O país vive hoje em plena “ditadura civil”. O “príncipe” FHC, resultado de um pacto das elites, governa com mão de ferro e se intromete até em eleição de líder de bancada no Congresso Nacional. Intromete-se em partidos políticos ditos “aliados” exigindo a substituição de presidentes que lhe fazem oposição. E aposta que a sustentação política que hoje tem será suficiente para impor ao povo brasileiro mais quatro anos de ditadura com a sua reeleição em 1998. Seu projeto tem o objetivo de desarticular e neutralizar a oposição de movimentos sociais, políticos e sindicais. Compete, portanto, a cada um de nós, a responsabilidade de intervir nesse processo e impedir o massacre anunciado. É preciso organizar a resistência, conscientizando a população, não a deixando esquecer de escândalos como o SIVAM, dos precatórios e das negociatas no Congresso Nacional que garantiram a quebra do monopólio estatal do petróleo. É preciso continuar apoiando e aprendendo com o MST que deu uma aula de organização e conseguiu envolver a sociedade, despertando-a para tomar partido a favor da Reforma Agrária. É preciso continuar lutando contra as privatizações entreguistas e marchar ao lado da maioria da Igreja Católica progressista e apoiando a autonomia judiciária e decisões de primeira instância e ao mesmo tempo, agir nas ruas organizando protestos contra a entrega do país ao imperialismo transnacional. Devemos alertar para a ganância de quem está se apossando do setor de telecomunicações no Brasil – No leilão da banda B da telefonia celular, nenhum consórcio se habilitou para explorar o serviço na região norte. Nas regiões onde a rentabilidade será menor, ninguém explorará. Pode-se antever o que acontecerá quando for (des)regulamentado o setor petróleo.
8. A (des)regulamentação do Setor Petróleo trará como conseqüência a elevação dos preços dos combustíveis, desabastecimento, depredação de nossas reservas, desarticulação da indústria nacional do petróleo e desemprego. A Petrobrás, empresa cujo faturamento corresponde a 3% do PIB nacional e recolhe cerca de 5% dos tributos federais está ameaçada de se transformar em uma holding de papel, como já registraram diversos jornais. A Agência Nacional de Petróleo será o órgão todo poderoso e decidirá sobre tudo o que diga respeito a petróleo e derivados no Brasil e obrigará, inclusive, a Petrobrás a ceder seus dutos e terminais para as empresas privadas e estrangeiras, que jamais investiram um tostão na infra-estrutura de petróleo no país.
9. A Petrobrás será obrigada a entregar mercado e conseqüentemente, reduzirá sua capacidade de investimentos em pesquisa, manutenção e novos negócios. A população terá que pagar preços internacionais pelos derivados e o Deputado Eliseu Resende declarou, nos principais jornais do país esperar que, até o final do ano, um litro de

gasolina, no Brasil, custa R\$ 1,00 que é justamente uma das reivindicações das multinacionais. Por outro lado, a Shell já controla o gás produzido na Bolívia - que iremos importar - e começou a comprar a Comgás, que irá distribuí-lo em São Paulo.

10. É preciso fazer ver aos senadores o desserviço que a regulamentação trará ao Brasil. Mais do que nunca é hora de concentrar todos os nossos esforços para modificar o projeto aprovado na Câmara dos Deputados e mobilizar a população, a exemplo da discussão em torno da privatização da Vale do Rio Doce.

MST E A MARCHA DA ESPERANÇA

11. O Movimento Sem Terra conseguiu o que parecia impossível no reino FHC: mobilizou a sociedade e produziu no dia 17 de abril cenas marcantes que ficarão na história. Milhares de pessoas, dezenas de milhares - homens de todas as idades, crianças e mulheres - muitas mulheres, bravas e guerreiras mulheres a clamar por REFORMA AGRÁRIA JÁ, coloriram de vermelho as largas ruas de Brasília. A sociedade se manifestou e o MST aglutinou toda a insatisfação com esse governo que governa para os ricos e banqueiros, para os “neoespertos” dos precatórios e para os “neoimpunes” de colarinho multicor. O governo menosprezou a força das ruas e deve estar re pensando a estratégia de colocar seus ministros a falar tantas besteiras na imprensa sempre tão condescendente e com espaços tão generosos para os donos do poder.
12. Brasília parou e o mundo acompanhou uma manifestação pacífica e ordeira, barulhenta e determinada. Não se registrou um único caso de violência. A marcha pedia terra, trabalho, comida, moradia e vida. Exigia o fim da força do arame, da cerca e da surda força do dinheiro. Protestou-se contra o desemprego e as Reformas do governo FHC e foi impossível não se emocionar ao encontrar, durante a marcha, uma criança com um cartaz onde se lia “FHC, devolve o emprego do meu pai” e lembrar que FHC quer demitir 1 milhão de funcionários públicos
13. E a chuva que nos encharcava o corpo e levava consigo as lágrimas que teimavam em rolar pelos nossos rostos, lavava as almas inquietas que lutam por um país melhor. A manifestação maravilhosa mostrou que, organizada, a sociedade exige mudança e planta a semente da esperança. A esperança de entregarmos aos nossos filhos um país mais justo, onde tantos não tenham que morrer por um pedaço de chão para morar e plantar. E lutamos hoje, para que amanhã a terra não seja fecundada pelo sangue. Decididamente a Marcha do dia 17 de abril e os seus desdobramentos poderão mudar a história deste País. REFORMA AGRÁRIA, ESSA LUTA É DE TODOS.

Tese 2

Sindipetro – Ceará

TRABALHADORES UNI-VOS! PELA MANUTENÇÃO DOS NOSSOS DIREITOS

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR PETRÓLEO PERSPECTIVAS APÓS O FIM DO MONOPÓLIO ESTATAL

TENDÊNCIA MUNDIAL

1. A demanda mundial de petróleo tem voltado a crescer após um longo período de estagnação. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), nos últimos dois anos (94-95) o acréscimo da média diária da produção de petróleo foi da ordem de 1,7% e até o meio do ano de 1996 a média já era de 71,7 milhões de barris/dia, ou 2,4% maior que o ano anterior.
2. Da mesma forma os preços tem demonstrado uma tendência de crescimento, situando-se em setembro/96 em pouco mais de US\$ 22,00 o barril. Na tentativa de conter essa tendência, os países consumidores, forçaram a liberação da cota de produção de petróleo imposta ao Iraque, sob a falsa argumentação de alimentar os iraquianos famintos.
3. De acordo com um estudo da Price Waterhouse, os investimentos no upstream previstos para os próximos dez anos são da ordem de US\$100 bilhões, dos quais 95% serão utilizados da seguinte forma; na Ásia (principalmente Indonésia - US\$ 15 bilhões), na antiga URSS (US\$50 bilhões) e na privatização de empresas estatais (US\$ 30 bilhões). Com essa previsão percebe-se que a orientação da indústria petrolífera mundial está voltada para a ampliação das reservas das majors em investimentos de baixo risco como a compra das reservas estatais e desenvolvimento de estruturas já conhecidas.
4. No setor de refinação, que tem uma capacidade instalada de 74,7 milhões de barris/dia, existe uma reordenação do mix de produção de refinados em função da mudança da pauta de consumo devido as exigências de proteção do meio ambiente, como a diminuição do teor de enxofre, principalmente nas refinarias da ex-URSS, que abastecem a Europa, na construção e modernização das unidades de hidrotreatamento e Unidades de MTBE e no aproveitamento maior do gás natural, substituindo o óleo combustível que será reformado para atender a demanda crescente de produtos leves (gasolina, QAV, e diesel).. Essa tendência esta sendo confirmada pelos movimentos na Petrobrás nos seus investimentos e na virtual desistência de construir uma nova refinaria, após a quebra do monopólio estatal.

CENÁRIOS POSSÍVEIS COM O FIM DO MONOPÓLIO

5. Em função da correlação de forças existente no Congresso Nacional, as possibilidades de cenários, com a nova regulamentação do setor petróleo no Brasil, por mais diversas que possamos imaginar, não diferiu muito da proposta apresentada pelo governo FHC. A ação da esquerda e do setor nacionalista, obviamente serviu de instrumento balizador do limite da vontade entreguista neoliberal. Mas em função dessa estreita variação de cenários, vamos analisar as atividades (E&P, Refinação e Transporte) orbitando em torno do Projeto de Lei aprovado na Câmara Federal, deixando claro que a dinâmica desse novo modelo, qual seja ele, favorecerá as majors ao longo do tempo, prevalecendo no início a vantagem tecnológica, logística e memória técnica obtida pela Petrobrás durante o monopólio. A extensão dessa prevalência será tanto maior quanto a capacidade da estatal em superar as pressões e o lobby interno e externo.

EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

6. Utilizando como cenário provável o limite de 3 anos para a Petrobrás desenvolver os campos por ela identificados preferencialmente e a possibilidade de parcerias e concessões, não vislumbra-se no curto prazo, grandes investimentos nem alterações no quadro atual, o que não impede algum tipo, mas pequeno, de incursão privada nessa atividade, principalmente no desenvolvimento da produção. Nesse setor, confirmando a tendência mundial, as possibilidades de investimento externo em novas descobertas são mínimas, pelo risco elevado e o retorno duvidoso em algumas bacias petrolíferas. Apenas na Bacia de Campos se poderia imaginar algum investimento em exploração ma, nada que possa alterar, as prioridades das majors.
7. Com o objetivo de definir, o mais rápido possível, as áreas produtoras, a Petrobrás agilizou alguns investimentos antecipando algumas locações e de certa forma, correndo maiores riscos do que o necessário, Mas o orçamento de 97 diminuiu em 33,1% o investimento da empresa nessa atividade, demonstrando que ela atuará seletivamente, a partir de então, nas áreas mais promissoras.
8. No Brasil temos 415 campos descobertos (349 de óleo e 66 de gás não associado) dos quais 79% pequenos, com reservas até 10 milhões de barris, 16% médios, entre 10 e 100 milhões, 5% grandes, acima de 100 milhões em reservas. Desse total, cerca de 20 campos estão fechados e a Petrobrás pretende devolver a união. Em estudo já adiantado, a Petrobrás definirá os campos marginais ou em declínio de produção para disponibilizá-los às parcerias ou concessões, o que é uma possibilidade já a partir da regulamentação. Mesmo nesse caso, dificilmente teremos grandes investimentos, pois não existem atrativos para as majors e as pequenas operadoras não têm projeto estratégico de permanência no país, mas apenas esgotar o campo ao menor custo. Observa-se aqui, duas vertentes que podem explicar a atual atuação da direção da Petrobrás; uma é a redução dos custos de produção nesses campos como um fator de manutenção dessas áreas em seu poder, e a outra seria uma preparação ou enxugamento de custos, tornando esses campos. Nesse setor, confirmando a tendência mundial, as possibilidades de investimento externo em novas descobertas são mínimas, pelo risco elevado e o retorno duvidoso em algumas bacias petrolíferas. Apenas na Bacia de Campos se poderia imaginar algum investimento em exploração, mas, nada que possa alterar, as prioridades das majors, mais atrativos para

venda ou concessão. E nessa perspectiva a Petrobrás reduziu em 8,9% os investimentos em desenvolvimento da produção para 97.

REFINO

9. Com a mudança na estrutura das atividades downstream, a Petrobrás se prepara para a desregulamentação de setor petróleo, obtendo mais flexibilidade para atuação estratégica nos nichos mais rentáveis. O refino, como produtor de combustíveis, é pouco rentável. A direção a ser seguida deve ser a de produtos especiais. O superintendente de Logística, Albano Gonçalves, já define que “mais importante que aumentar a capacidade de refino é adequar o parque a esses produtos de maior valor agregado, o que não exclui as gasolinas”. Privilegiando essa orientação, o refino teve a participação no orçamento de 97 aumentada em 7,02%, objetivamente para ampliação e otimização do parque existente.
10. As parcerias são os mais prováveis acontecimentos nessa atividade, tendo prioridade as unidades deficitárias ou de custo elevado. Confirmando a mudança de curso com relação a construção de nova refinaria, a dotação de 97 para esse projeto é de apenas R\$50 mil, quando em 96 foi de R\$ 973,71 mil.

TRANSPORTE

11. A Petrobrás tem uma estrutura operacional na atividade de transporte, com uma rede de dutos de mais de 6 mil Km e uma frota de navios que é uma das maiores do mundo, lhe asseguraria uma boa vantagem, embora não sejam suficientes num regime aberto de competição. É necessário uma definição do Plano Nacional de Abastecimento e o Plano Nacional de Refino, por parte de Agência Nacional de Petróleo (ANP), caso contrário, seremos apenas um entreposto de comércio de derivados importados. Com o pressuposto de que o abastecimento deve ser rentável em qualquer ponto do país, acreditamos que a concorrência multinacional não investirá em infra-estrutura, aproveitando-se da proposta do governo FHC e utilizar-se dos dutos da estatal, provocando um forte lobby na ANP para atender suas necessidades.
12. O artigo proposto pelo Relator, Deputado Eliseu Rezende, ao criar uma subsidiária exclusiva para assumir os ativos e a operação dos terminais e dutos da Petrobrás, provoca uma verdadeira fissura na Petrobrás, que não mais será verticalizada e integrada. Dessa forma, dividida em três empresas - Petrobrás, BR, “Dutobras”, mais facilmente as majors controlariam o mercado de derivados

PANORÂMICA DA INDÚSTRIA NO CEARÁ

13. Como já dissemos anteriormente, a Petrobrás não atuará em todos os campos des cobertos, fará parcerias ou entregará a operadoras privadas alguns deles, e o nosso esforço se resume em analisar essa realidade pós-regulamentação no nosso Estado e quais os implicadores para a categoria petroleira.
14. A atividade de exploração e produção no Ceará, que se desenvolve na Bacia do Ceará, na área marítima (Nuproce) próximo ao município de Paracuru, e na Bacia Potiguar, em

área terrestre (Fazenda Belém) nos municípios de Aracati e Icapui. Os campos offshore cearenses se encontram em declínio, necessitando de novas descobertas que apontem um substancial aumento nas reservas e possibilitem a continuidade dos mesmos sob controle e operação da Petrobrás. O custo do barril se eleva em função do declínio da produção e conseqüente diminuição da receita.

15. Esses campos, principalmente os marítimos, tem uma posição estratégica para a Petrobrás que não teria interesse, pelo menos no curto prazo, em perder a posição de controle sobre essas reservas e prováveis adjacentes e na tentativa de descobrir novas reservas; a Petrobrás tem feito algumas investidas nessa atividade, sendo que esses investimentos são forçados pelo novo regime previsto para o setor petroléob, portanto a urgência em novas descobertas é grande.
16. Em Icapui Mar tivemos grata surpresa com possibilidades de crescimento, mas os dados obtidos não nos permite fazer prognósticos precisos sobre a ligação com o campo terrestre de Fazenda Belém, além disso, temos algumas perfurações em terra com relativo sucesso, mas sem grandes previsões, o que mais uma vez nos faz refletir sobre o futuro que a Petrobrás prepara para Fazenda Belém. Um dado relevante que é a incursão ofensiva da Azevedo Travassos na região, observando e obtendo informações do campo, nos reforça a análise, como hipótese provável, de que a Petrobrás se prepara para entregar aquele campo a uma operadora privada, tendo como possibilidade de reversão com a interferência positiva nas descobertas em Icapui Mar.
17. No Nuproce as tentativas mais ousadas foram as de água profunda, que resultaram num rotundo fracasso, mas que não enterra a expectativa de sucesso nessa área. Além disso, em algumas tentativas em pequenas estruturas, apenas um campo próximo à Curimã obteve sucesso, fazendo-nos entender que as dificuldades para encontrar novos campos será crescente, definindo essa bacia como cada vez menos prioritária para novos investimentos, principalmente com a redução no orçamento de 97. Como produtor de petróleo, apesar do custo unitário do barril relativamente alto, o Nuproce ainda proporciona interesse comercial e estratégico para a Petrobrás. A possibilidade da perda desse interesse se dará a partir das pressões governamentais para o esvaziamento da empresa ou esgotamento do campo, não sendo possível que no curto prazo se concretizem essas hipóteses.
18. A tarefa de manter lucrativo um campo de produção em declínio é por si só difícil, além da inexperiência, existem outros motivos que complicam a ambiência dificultando o atingimento das metas estratégicas da empresa.
19. O que nos faz crer na hipótese de esvaziamento da empresa, tanto em Fazenda Belém como no Nuproce, é a forma de gerenciamento dos recursos humanos e materiais desses campos. Poderíamos imputar apenas à incompetência dos gerentes, mas a falta de planejamento estratégico, exemplificada pelos projetos inacabados e pelas recorrentes voltas ao início, como se estivesse andando em círculos, as indefinições e desperdícios nos levam a afirmar que deliberadamente a Petrobrás provoca um sucateamento das atividades de E&P no Ceará. O pior dos indícios é o descompromisso com os recursos humanos da empresa, gerando uma insatisfação geral que se consolida com a precarização dos locais de trabalho e principalmente com as recorrentes transferências e mudanças na estrutura organizacional

20. Na atividade refino e transporte não há grandes alterações previstas, basicamente em função da adequação unidade á nova realidade. Mesmo sendo de pequena escala, a ASFOR se sustentará pela atuação em produtos de alto valor agregado com a instalação da ULUB e da UHDT. Outra perspectiva que se abre no setor petróleo no Ceará é a construção no Porto de Pecém de um Parque de Tancagem. Obstante essa avaliação, não teremos nenhum crescimento de efetivo próprio, embora se avalie a manutenção do atual efetivo teremos um virtual crescimento do serviço terceirizado, principalmente na manutenção.
21. Com relação a refinaria, que poderia ser a afirmação do setor petróleo no Ceará, não podemos alimentar perspectiva alguma para sua construção, pelo menos nos próximos dez anos, dado os motivos já abordados.
22. Nenhuma grande alteração se colocará de imediato após a regulamentação do setor petróleo. É previsível em Fazenda Belém uma concessão ou parceria, a continuar o ritmo de declínio na produção. No Nuproce a alteração prevista é a continuada redução de custos, e como há a tendência de aumentar as despesas com serviços e materiais para a manutenção da produção num campo em declínio, ocorrerá uma pressão cada vez maior para redução dos custos de pessoal, com a retirada de vantagens e/ou benefícios, como também transferência de pessoal, provocando uma tensão crescente nas relações de trabalho. Na ASFOR existirá um busca acelerada para manter os níveis previstos de produtividade, com a manutenção de uma política ofensiva em busca de clientes potenciais e redução permanente de custos, vendo seguir os rumos já seguidos por outras refinarias da Petrobrás, com a terceirização da vigilância e manutenção. As relações com o sindicato serão tensas a medida que os objetivos não tenham mais pontos congruentes com o fim do monopólio.
23. Surgem então as perguntas: O que fazer com o aumento da terceirização? O que fazer com o possível surgimento de novas empresas? Sabemos somente que os novos elementos que surgirão com a nova realidade fortalecem a idéia de preparar melhor a categoria para uma consciência operária e capacitá-la para disputa ideológica que se dará.

CONSEQÜÊNCIAS PARA NORDESTE E PARA O CEARÁ

24. A região NE de maneira geral será uma das mais penalizada com:

- Aumento nos preços de derivados, que trarão conseqüências negativas para o esforço de inserção da economia Regional na Nacional e perda de avanços na qualidade de vida da população em geral, atingindo mais severamente a mais carente, que será penalizado com a transferência desses aumentos para os preços de alimentação, produção, tarifas e transportes de maneira geral.
- Cabe destacar que em sendo uma região onde a economia baseia-se em cima de médios e pequenos empreendimentos, haverá um forte desaquecimento das atividades, gerando desemprego, agravando ainda mais o quadro atual.
- Investimentos em exploração e produção cairão, pois a meta é produzir lucro o mais rápido possível, relegando a segundo plano, a atuação na busca de novos campos petrolíferos, em setor que é de alto risco, preferindo atuar em segmentos como a distribuição.

25. Destacamos que não podemos levar em consideração o aporte de quantia relevante que estão sendo anunciadas para região (Nordestão, Porto do Pecém, Planta de Gás Natural RN, Unidade na Bahia e outros) que refletem a pior característica da elite em presarial nacional, que sempre usaram o estado para financiar seus próprios negócios, atender pleitos políticos sem levar em consideração os interesses maiores da nação.
26. Entendemos que os reais propósitos des tes investimentos deveriam ser matéria de apuração do poder Legislativo ou Judiciário.
27. Queremos destacar o comportamento, envolvimento de profissionais da Petrobrás, por desinformação, pelo poder de realização muito forte nos funcionários da empresa, (ressaltamos bem intencionados), na concretização destes investimentos, mas notamos uma veemência em alguns em sua defesa pública, que nos leva a crer que estes estão de alguma forma, defendendo interesses outros, talvez querendo preservar colocações futuras, o que contrariam os mais elementares princípios éticos profissionais.
28. Chama-nos a atenção o caso do Ceará, onde os parlamentares em sua maioria da base parlamentar governistas, votaram este projeto que obriga a Petrobrás a criar uma subsidiária nos moldes já destacados, em que temos a defesa dos investimentos cita dos em setores que serão transferidos para alguns iluminados grupos empresariais. Causa estranheza tal comportamento.

Tese 3

STIEP – Espírito Santo

AS MUDANCAS OPERADAS PELO CAPITAL NO MUNDO E OVOCARAM UMA FORTE CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL

1. No início dos anos 70, abriu-se um período de crise prolongada do capitalismo em nível internacional, Acirrou se a luta pelos mercados, assim como os conflitos com a classe trabalhadora, levando a importantes mudanças na organização capitalista de produção de ser viços e do trabalho.
2. O capital abriu assim, um período de elaboração de uma alternativa ao modelo taylorista - fordista de produção, cujas conseqüências foram:
 - a) O aumento do desemprego estrutural;
 - b) O avanço das formas de trabalho precário - temporário, à tempo parcial; em domicílio, terceirizado, etc., e a constituição de um leque de condições sociais que vai da relativa estabilidade no emprego com qualificação. Há os que têm emprego, os subempregados e os desempregados;

- c) Mudanças no trabalho com o fim de profissões tradicionais e o surgimento da polivalência;
- d) Mudanças na localização das empresas através da “interiorização” e da busca de “terrenos virgens” em termos de experiência sindical, atraídas também pelas vantagens de todo tipo oferecidas pelos governos locais;
- e) Mudanças nas dimensões das empresas, devido aos processos de focalização e integração da produção;
- f) Isso tem levado á segmentação da classe trabalhadora, assim como a sua dispersão, invertendo o processo anterior de “homogeneização e “concentração” das empresas em regiões operárias e em grande unidades.

A PERDA DO REFERENCIAL SOCIALISTA TAMBÉM INFLUENCIOU A CRISE DO MOVIMENTO SINDICAL

3. Nos últimos anos ocorrem profundas mudanças no cenário internacional que estabeleceram novos parâmetros econômicos e políticos . Entre estas mudanças destacam-se:
 - a) O fim da “ordem mundial” existente desde o pós II Guerra Mundial, com extinção da União Soviética e a tentativa de constituição de “uma nova ordem”, onde a hegemonia militar é exclusiva dos Estados Unidos, que vê sua liderança de potência econômica disputada por outros países imperialistas, como Alemanha e Japão.
4. Uma deterioração da correlação de forças políticas em detrimento dos movimentos de contestação ao capital, o marco criado pelas lutas operárias estudantis no final dos anos 60 e início dos anos 70, e pelas vitórias das lutas de libertação nacional (Vietnã 1975, Nicarágua/ 1979) foi substituído pela ofensiva neoliberal nos mais diversos países e por novas táticas de contra insurgência nas regiões do Terceiro Mundo onde forças revolucionárias disputavam o poder.
5. A crise dos regimes burocráticos que oprimiam a classe trabalhadora da União Soviética no Leste Europeu. Crise que, se por um lado liberou o movimento socialista em nível internacional da pesada carga política e ideológica que significa essa opressão exercida em nome do socialismo, por outro, a forma como se deu sem a hegemonia da auto - organização dos trabalhadores nem de propostas de um socialismo com democracia (o que diferenciava das anteriores rebeliões anti-burocráticas), tem sido usada pela propaganda ideológica burguesa como o “fim da História”.
6. Este contexto de crise do referencial socialista, criou o ambiente político - ideológico para a agudização da crise do sindicalismo no Brasil. Essa crise do referencial, reforçou tendência sempre presentes no meio sindical de aceitação das relações capitalistas de produção - o regime de trabalho assalariado - não só como o marco mas também como o horizonte no qual deve se dar a ação sindical.
7. O capitalismo vive uma fase socialmente regressiva e politicamente autoritária, tanto nos países imperialistas como nos dependentes, como resultado da crise aberta no início dos

anos 70. As organizações dos trabalhadores, ao limitar o horizonte de sua ação a esses marcos, buscam defender os interesses de um setor dos trabalhadores contra outros. Isso pode ter uma expressão internacional na busca do protecionismo em aliança com os padrões nas políticas “xenófobas” inspiradas pela ultradireita, ou nacional ao “vestir a camisa da empresa “na competição como as outras empresas etc. Paralelamente, cresce a bandeira da “parceria” capital - trabalho como justificava para que os trabalhadores abram mão seus direitos e fim de melhorar a competitividade de “sua empresa “. Esse contexto estimula individualismo e saída politicamente autoritárias. Busca-se anular a idéia da ação coletiva dos trabalhadores e os espaços de participação política anteriormente conquistados. O/a trabalhador passaria a existir socialmente apenas enquanto eleitor, consumidor e como parceiro/a da empresa.

8. Essa nova fase do capitalismo possui, portanto, uma base material e ideológica para o enfraquecimento da classe trabalhadora enquanto sujeito político.

NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL A CRISE DO MOVIMENTO SINDICAL É PARTE DA CRISE DA CLASSE TRABALHADORA ENQUANTO

SUJEITO POLÍTICO

9. A crise também se manifesta no questionamento do papel do sindicalismo na sociedade e na sua incapacidade de dar respostas consistentes a esse questionamento.
10. Nos países imperialistas essa crise tem sua origem no desmonte neoliberal do Estado do Bem - Estar (Welfare State). Nesses países, o sindicalismo, seja sob a influência social democrata ou estalinista, está reduzido a um papel menor, integrado á ordem burguesa. E agora nem mesmo o papel desempenha do pelas centrais sindicais, nos anos 50 a 70, através dos pactos sociais, pode ser reeditado.
11. No Brasil a crise tem sua origem no impacto devastador que vem tendo aplicação combinada do receituário neoliberal (privatização de empresas e serviços, liberação do comércio, desregulamentação do mercado de trabalho) com a reestruturação capitalista da produção e dos serviços:
12. Além disso, o sindicalismo cutista, que teve na sua origem uma forte presença nos setores estratégico se ponta na economia, vê seu espaço cada vez mais ocupado pelas estratégias patronais de “participação! parceria” e sua orientação classista questionada pela tendência à fragmentação dos interesses no interior da classe trabalhadora.

Tese 4

Sindipetro – RS

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. No mundo, os acontecimentos atuais têm demonstrado o avanço da globalização econômica, financeira e comercial. Esta mesma globalização que tem como base a política neoliberal, que é defendida pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.
2. Na América Latina, com exceção de Cuba, em todos os países vigoram políticas neoliberais e uma submissão a estes órgãos. Na verdade, este processo está avançando, e o fator fundamental é a abertura do mercado pela empresas transnacionais. Estas grandes corporações visam produzir mais e consequentemente atingir maiores lucros. Com isso, fazem redução de seus custos e quem paga é o trabalhador. Com o salário menor e jornadas de trabalho mais intensas, o trabalhador ainda é obrigado a ver seus direitos arrancados. Está claro que a globalização gera desemprego, precarização dos contratos trabalhistas e ataque aos direitos da organização sindical. Por isso, não se pode contestar a importância dos sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores. Hoje, os sindicatos representam a força do trabalhador tanto a nível nacional como mundial. As greves e mobilizações vistas recentemente na Europa, Ásia e América Latina demonstram que os sindicatos estão reagindo e buscando alternativas para acabar com este neoliberalismo que está se infiltrando em todo o mundo.
3. Recentemente, tivemos a eleição do líder trabalhista Anthony Charles Lynton Blair como primeiro- ministro da Grã-Bretanha. Uma vitória histórica, onde se assistiu o fim de 18 anos de um governo extremamente conservador. Mas, até que ponto este partido é vencedor? Um candidato acrescentou a palavra novo ao partido trabalhista (New Labour Party), e com idéias neoliberais conseguiu romper com quase duas décadas de domínio conservador. Tony Blair deixou de falar de estatização, de defender os sindicatos e ganhou as eleições. Sem dúvida uma realidade preocupante, onde somos obrigados a admitir esta outra face do neoliberalismo. A vitória de um partido trabalhista inglês que adota as teses de um partido conservador. Será que a política neoliberal está se hegemonzando em todo o mundo?
4. Em outro extremo, Lima, capital do Peru entrava para o noticiário mundial: era a ação do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA). Nome indígena escolhido pelo grupo em homenagem ao cacique Tupac Amaru, líder na guerrilha contra os espanhóis.
5. Um país cheio de miséria e desemprego que nada lembra a Grã-Bretanha. Porém, deixa transparecer o paradoxo que se estabelece com esse movimento.
6. Após o presidente Alberto Fujimori ter dito que a guerrilha no Peru tinha acabado, o Tupac Amaru invade a casa do embaixador japonês e faz quase 600 reféns. O seqüestro

dura 126 dias. A ação termina com a morte de todos os guerrilheiros, de um refém e com a libertação dos restantes. Fato que pela sua audácia e coragem demonstrou a insatisfação do povo peruano. Esta mesma inquietação se reflete em outros países. Há poucos dias, assistimos a tomada da república do Zaire pelo líder rebelde Laurent Desiré Kabila. Um país que estava a quase 32 anos sob o domínio da ditadura de Mobutu Sese Seko. Não há dúvidas que a eleição de Tony Blair, a ação do Tupac Amaru e a queda de Mobutu, marcaram o cenário internacional e as páginas de todos os jornais do país. Portanto não podemos ficar alheios à esta conjuntura. Nossa posição é de tentar compreendermos os ideais, e contextualizá-los no meio em que vivemos.

7. Já sabemos, que a globalização traz custos muito altos aos trabalhadores, por isso, grandes mobilizações tem acontecido no cenário internacional. A greve da Coreia do Sul, a mobilização dos mineiros na Alemanha e dos trabalhadores franceses e belgas da Renault, mostram que nem tudo está perdido, e que existem maneiras de se lutar contra esta política entreguista. O atual processo de globalização constitui uma fase da internacionalização da economia, baseada em outro padrão de acumulação, na terceira revolução industrial, na redefinição do papel dos estados nacionais e na rearticulação das relações entre estado e sociedade.
8. Entendemos que a conjuntura internacional é de extrema importância para o desenvolvimento do país. Os fatos acontecem todo os dias e a toda hora. Tem sido notório o ataque feito às organizações sindicais, aos contratos de trabalho e as negociações coletivas. Com isso, a violência torna-se crescente nos confrontos sociais, fazendo que haja grandes mobilizações sindicais, como mostram as greves gerais na França, Coreia do Sul e também no Brasil.
9. É inegável, o arrocho salarial e o desemprego em diversos países. Na Argentina, cerca de 20% da população está desempregada. No México a situação é caótica, um exemplo de que a aplicação deste programa neoliberal está em franca decadência. Isto prova que o neoliberalismo está imperando nos países do mundo, mas não consegue estabilizar sua hegemonia.
10. Isso, porque a única medida concreta desta política é o controle da inflação. Não existe um programa para retomada de crescimento dos países e nem solução para o desemprego que se alastra no mundo.
11. O que vemos é uma profunda mudança provocada pelo neoliberalismo. Uma transformação em que o trabalhador não é prioridade. O capital, a nível internacional promovem um dos maiores ataques que se tem registro contra a classe trabalhadora. Uma política imposta e sem resultados. E, por isso, enfrenta a resistência dos trabalhadores e sindicatos.
12. No Brasil o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mostrou que o governo FHC não é politicamente intocável.
13. Assim, entendemos que a arma é a união dos sindicatos e trabalhadores, para que se possa influir neste curso neoliberal, seja através de mobilizações, greve e movimentos. O que não podemos é ficar passivos diante desses acontecimentos.
14. A redução dos direitos sociais e trabalhistas dos assalariados, o avanço da terceirização e das privatizações que atingem o mundo é alarmante. Entretanto, acreditamos que se a

política neoliberal já está se mascarando através de outros agentes, é porque podemos combatê-la. Enquanto os neoliberais governarem os nossos países, lutaremos contra sua hegemonia, propondo alternativas em que o sacrifício de uma nação, não seja simplesmente esquecido.

CONJUNTURA NACIONAL

15. A conjuntura nacional só pode ser entendida, através do projeto liberal que rege o cenário internacional. No Brasil, este projeto tem início com Fernando Collor de Mello que é o representante demais um pacto entre as elites e cumpre o seu ideário, agora, chamado neoliberal. O neoliberalismo abre as portas do Brasil para intervenção do capital internacional e permite a entrada dos grandes grupos econômicos dando início às privatizações. Já o crescimento da candidatura do campo popular democrático 89 e 94, e o impeachment de Collor desestrutura esta aliança e rompe. Neste contexto, o afluxo do capital internacional já interfere de forma incisiva na América Latina e o Brasil está incluído.
16. Através de Fernando Henrique Cardoso, a elite se reorganiza e segue seu projeto. O Plano Real adota a cartilha da política mundial de minimizar o problema da dívida externa e de implantar seu projeto anti-inflacionário ancorado no dólar.
17. O Brasil paga custo altíssimo para se adequar ao que o neoliberalismo chama de modernidade. O processo inflacionário pára, no entanto, o déficit das contas externas e internas cresce, isto provoca falências e quebra de setores tradicionais da economia, como a indústria atacadista. Taxa de desemprego sobe assustadoramente e a precarização das relações de trabalho tem início de forma generalizada sob alegação de modernidade. A exclusão social é vista nas ruas, no trabalho informal, no aumento da miséria e da criminalidade. Contribuem de forma fundamental para este estado social, as altas taxas de juros, as privatizações selvagens e a abertura indiscriminada de importações.
18. FHC sob os olhares protetores da elite organizada, cumpre rigorosamente o programa liberal apoiado pelos meios de comunicação de massa conservadores. Os exemplos ficam por conta das mudanças constitucionais; da entrega das empresas estratégicas, como a Vale do Rio Doce; da criação do Proer para salvar as grandes bancas e do início da reforma administrativa e da previdência.
19. Também se torna um traço fundamental do modelo neoliberal as diversas formas de corrupção na esfera pública. Os grandes empresários, alta burocracia estatal e os políticos de plantão saqueiam o patrimônio público. Uma sucessão de escândalos ocupam os noticiários e o caso PC dá início a enxurrada deles. Passando pelo SIVAM, Bancos Econômico e Nacional, privatizações com moedas podres, precatórios e a compra de votos para reeleição.
20. No estado, os recursos públicos são usados pelo governo para ser vir a fins privados através de negociações secretas entre Antonio Britto e a GM.
21. Neste cenário, o movimento dos trabalhadores perde sua força nas reivindicações econômicas, o desemprego e a recessão abafam as grandes mobilizações sindicais no início do Plano Real. Poucas categorias conseguem se organizar de forma expressiva.

22. A quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações e a interferência na estrutura do funcionalismo federal leva estes trabalhadores ao imobilismo. Os confrontos com os setores que se rebelam à ordem de extermínio à organização dos trabalhadores são tratados como caso de polícia e no melhor estilo da ditadura militar. A postura de FHC na greve dos petroleiros e agora frente ao MST mostra esta disposição.
23. A Central Única dos Trabalhadores rediscute os rumos do sindicalismo nacional.
24. As lutas unificadas começam a crescer em todo o país, estudantes, trabalhadores e vários setores da sociedade vão às ruas contra as privatizações e as reformas estruturais projetadas por FHC.
25. O Movimento dos Sem Terra dá um exemplo de resistência e capacidade de ação política. E ninguém vai esquecer o massacre de Eldorado de Carajás.
26. A Reforma Agrária e os direitos dos trabalhadores voltam a ser a bandeira das lutas nacionais.
27. A moralização na política também faz parte das campanhas populares.
28. O governo FHC vai ficar marcado por escândalos que vão do SIVAM aos títulos precatórios, onde os culpados pelas negociatas ainda não foram punidos.
29. Mas, a democracia corrupta de FHC não pára. A compra de votos para aprovar a emenda da reeleição revela os bastidores de uma política trapaceira, onde o presidente se coloca acima de qualquer suspeita. No entanto, o trabalho sujo feito pelo Ministro das Comunicações desmente este pseudoafastamento do Presidente da República. A distribuição de dinheiro e de concessão de canais de rádio e televisão feita no gabinete ao lado do “escritório presidencial” e a mobilização rápida dos partidos que apoiam o governo de evitar a CPI da reeleição é uma manobra que dá margem a suspeita.
30. A direção que toma o governo FHC está bem próxima da que tomou o governo Collor. O momento é de ação conjunta, onde os trabalhadores se organizem para derrubar o projeto das elites que usando nomes como globalização, flexibilização, reformas, entre outros, acaba empurrando a classe trabalhadora para o desemprego, a miséria, a marginalidade formando um exército de excluídos.
31. O papel dos sindicatos nesta conjuntura é fundamental, para organizar a luta da classe trabalhadora contra esse projeto liberalizante que é brutal para seus direitos. Mas, na verdade, a atual conjuntura do país, é apenas um reflexo do que está acontecendo no resto do mundo. Mas nada é imutável.

CONJUNTURA ESTADUAL

32. A cumplicidade do governador Antonio Britto com Fernando Henrique Cardoso não diminui os efeitos do neoliberalismo no estado.
33. Seus efeitos têm atingido de forma violenta a economia gaúcha, tal vez mais do que outras regiões do país.

34. As importações desenfreadas e o câmbio supervalorizado provocam a depressão dos preços dos bens produzidos no RS. Alimentos e produtos industrializados para exportação. O número de concordatas e falências no estado aumentou em 69% de 94 para 95. Primeiro aniversário do Plano Real.
35. Assim, enquanto o país cresceu 2,4%, o estado teve um crescimento negativo de 0,2% em 1995.
36. Mesmo com RS neste estado, Britto mantém sua política de privatizações e favorecimento aos grupos econômicos. Para isto, conta com o apoio dos grandes meios de comunicação que propagandeam o sucateamento planejado dos serviços públicos e acabam favorecidos nesta divisão de bens públicos. A entrega da CRT a RBS é um exemplo claro deste tipo de negociata.
37. Os poucos investimentos na educação, na saúde, na agricultura e no pagamento de salários dignos ao funcionalismo refletem também a política fiscal do PMDB no estado. Em um crescimento do produto interno bruto de 200%, o ICM cresceu apenas 157%.
38. A semelhança com a política de FHC vai mais longe. Enquanto FHC admite a entrada de capital estrangeiro sem qualquer salvaguarda do patrimônio nacional. Britto negocia a soberania do estado. Ao negociar a dívida do estado com o governo federal assinou contrato com a CEF onde se comprometeu a demitir 20 mil servidores públicos; dar o controle do dinheiro da venda da CRT e CEE ao governo federal, entre outras cláusulas entreguistas.
39. No discurso, Antonio Britto anuncia seu compromisso com as áreas sociais. No orçamento, as provas em contrário. Para o Funterra, em 96, o orçamento destina R\$ 5,2 milhões para assentamentos rurais a nível estadual, nenhum foi feito. Para este ano, o orçamento foi reduzido pra 2 milhões. Enquanto 100 mil famílias gaúchas vivem a dramática situação de não ter onde plantar.

E PARA OS EMPRESÁRIOS TUDO

40. Os benefícios fiscais no estado foram alterados através de nova lei. Originalmente permite-se uma isenção de 60%.
41. O FUNDOPEM e o PROPLAST beneficiam as grandes empresas em até 75% de isenção. Percentual implantado pela nova lei.
42. Mas o que vai ficar marcado na história do RS é o servilismo deste governador ao grande capital. Um empréstimo de 253 milhões de reais à GM e cláusulas de um contrato feito escondidas da sociedade gaúcha revelam a índole de um governo dado a negociatas e comprometido com as elites. Além de mostrar que o discurso está bem longe da prática de Antônio Brito que despreza as áreas sociais em benefício do capital.
43. d justificativa de aumentar o número de empregos, é falsa na transação com a GM. Com certeza estes recursos gerariam mais empregos se produtos agrícolas e investimentos na infra-estrutura do estado, na qual se inclui a reforma agrária, educação e saúde, etc.

44. Em meio a tudo isto, Brito não dá ouvidos ao movimento popular que se agitou contra a privatização da Caixa Econômica Estadual selada pela Assembléia Legislativa e que deve levar a privatização do Banrisul, que se mantém unido contra a entrega do Meridional,
45. A resistência dos trabalhadores cresce e o enfrentamento com o CPERS é fato novo para Antônio Britto. Uma prova de fogo para quem se proclama aberto ao diálogo e faz da mídia a sustentação do seu governo.

Tese 5

Sindipetro – RN

RESOLUÇÕES DO 12º CEPETRO - RN

30 e 31 de maio de 1997

Natal - RN

DESAFIANDO A CONJUNTURA

INTRODUÇÃO

1. O Congresso é o momento em que o conjunto da categoria analisa todos os elementos e acontecimentos que compõem e influenciam a nossa realidade, tornando mais fácil ou mais difícil a Campanha Reivindicatória de setembro e as demais lutas, organiza e elabora a Pauta de Reivindicações e as Estratégias dessas lutas.
2. A correta análise da conjuntura do mundo e do Brasil nos permite identificar e diferenciar inimigos e adversários, como também o essencial e o secundário em cada momento e principalmente, como formular melhor nossas reivindicações e sobretudo traçar a melhor forma de conquistá-las. Eis aí o verdadeiro papel do congresso e de todos os que apostam em fazer avançar a luta dos trabalhadores e de nossa categoria.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

ECONOMIA EM CRISE

3. A economia capitalista, em nível global, vive uma fase crítica de decadência, caracterizada pelo progressivo declínio das taxas de crescimento econômico e pelo desemprego estrutural. Entre as inúmeras causas do declínio das taxas de crescimento está a principal, a queda da taxa de lucro. Por outro lado, observa-se o crescimento da

produtividade a partir das inovações tecnológicas, seguido do crescente desemprego estrutural ou tecnológico.

4. A crise vem acelerando o processo de centralização e globalização do capital. Como resultado, seus efeitos têm maior repercussão mundial, assim como as políticas propostas ou impostas como solução pelas classes que encarnam os interesses do capital.

CREPÚSCULO DO ESTADO PREVIDENCIÁRIO

OFENSIVA NEOLIBERAL

5. O estado provedor da seguridade se desenvolveu baseado nas idéias de Keynes como contraponto ao Estado socialista em construção na URSS. A crise atual, identificada como sendo a crise do modelo Keynesiano, ensejou reação das classes dominantes. Reação esta que adquiriu ares de verdade absoluta após a derrocada do “socialismo real”, fundamentando-se em velhas teses liberais, cujas características são:
 1. Desmonte do estado previdenciário e fim da intervenção estatal na economia;
 2. Eliminação e flexibilização dos direitos trabalhistas;
 3. Ampliação do fluxo de capitais e mercadorias e a criação dos blocos econômicos regionais.
4. O neoliberalismo aparece, portanto, como resposta das elites à crise, na tentativa de superar a queda da taxa de crescimento via redução do custo do trabalho e eliminação dos impostos sobre o capital, que financiavam o estado previdenciário. Em tese, o aumento dos lucros resultaria na recomposição dos níveis de investimentos e viabilizaria a inauguração de um novo ciclo de crescimento econômico capitalista. O resultado, no entanto, é esse que assistimos, em agravamento há décadas: multiplicação dos pobres e miseráveis, inclusive no primeiro mundo, com o desemprego tecnológico massivo e a eliminação de direitos trabalhistas e previdenciários.
5. Entrelaçados com o acirramento da crise ressurgem os movimentos neofascistas. o crescimento da intolerância étnica, recuo das práticas e conquistas democráticas e o avanço do conservadorismo em todos os campos. É válido resgatar que a estabilidade democrática, presenciada desde o pós-guerra, está associada às condições econômicas favoráveis, que possibilitaram o estado previdenciário e a ampliação de conquistas populares. E, assim como se alternam as fases econômicas, também se alternam as formas de domínio político da burguesia sobre o proletariado.

ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES

6. Acossados pelos efeitos da crise e pela exclusão própria do sistema, categorias, etnias, povos e nações lutam contra o caos e a violência de tão perverso sistema, como a greve de 24 dias dos trabalhadores franceses, as manifestações na Europa contra o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, as manifestações políticas na América Latina, a resistência de países que se proclamam socialistas aos ataques e imposições neoliberais. A natureza destas batalhas vai desde as manifestações de categorias em luta até as insurreições e a guerra civil e são reflexos do agravamento da crise capitalista, da radicalização da luta de

classes e do crescimento da resistência que se gesta ao projeto neoliberal, que embora seja vitorioso politicamente pela sua ampliação no mundo, não consegue responder às necessidades dos povos nem reanimar o crescimento capitalista.

7. A verdade é que não há solução para a crise nos marcos do atual sistema, e embora as lutas de que falamos tenham um papel importante, estas precisam estar associadas à luta pelo fim do regime capitalista e pela construção da nova sociedade. As condições históricas atuais são mais favoráveis à construção do Socialismo que no início do século, possibilitando o advento de uma sociedade mais avançada, capaz de superar os erros cometidos no passado.

CONJUNTURA NACIONAL

O GOVERNO FHC

8. O governo FHC vem colecionando vitórias e impondo ao conjunto da sociedade o receituário neoliberal que traduz o consenso das elites internas e externas. Vencida a reforma do capítulo da ordem econômica da Constituição, o governo passou à reforma da previdência, da administração pública e à aprovação da reeleição, utilizando o mais fiel e despudorado estilo fisiológico e autoritário. Sua política econômica tem resultado no crescimento da dívida externa com conseqüente agravamento da dependência nacional ao capital externo e numa crescente desnacionaliza, implicando no aumento das remessas de lucros e dividendos para o exterior.
9. O Plano Real tem fôlego ainda, mas se mantém à custa das privatizações e de um fluxo positivo de capitais, dependendo deste último para financiar o déficit da balança de pagamentos. E, embora não haja indicação segura da iminência de uma crise cambial, o sinal de alerta já foi aceso.
10. O quadro social é dramático com a elevação do desemprego e o agravamento das péssimas condições de vida do povo, sem mencionar os índices de mortalidade infantil e de criminalidade. O desmonte dos serviços públicos só agrava os problemas de uma população cada vez mais excluída do mercado de trabalho e de consumo.

PROJETO PARA O BRASIL

11. Os trabalhadores não podem nutrir nenhuma ilusão quanto aos destinos do país a continuar sob a lógica do capital. A fase crítica deste regime decadente só apresenta perspectivas de crescimento da miséria social, do desemprego em massa, de ameaças à democracia, de redução e eliminação de direitos. Por isso, o Socialismo coloca-se como a única alternativa à degradação social crescente no Brasil. E lutar pelo Socialismo significa travar as lutas específicas cotidianas e as de resistência ao neoliberalismo, buscando construir as condições subjetivas necessárias para a conquista da emancipação e do avanço social. Nesse sentido é preciso avançar na construção do Bloco Parlamentar de Oposição no Congresso Nacional para a construção de uma Frente Política Nacional, porta voz de um projeto de desenvolvimento alternativo nacional e soberano.

Tese 6

Sindipetros Campinas/ Paulínia/ São Paulo/ São José dos Campos/ Mauá e Paraná

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. O pano de fundo desse cenário internacional expressa uma grave crise do sistema capitalista imperialista. Esta não é uma crise de agonia, de fim do modo de produção. Crise cujos traços combinam estagnação econômica com pobreza e miséria para a maioria população do planeta - exclusão social em massa e desemprego estrutural crônico (Resolução do 5º CONCURTO).
2. Apesar do dinamismo da economia dos EUA dos últimos anos, persiste a estagnação no Japão, e a Europa não consegue reduzir as altas taxas de desemprego.
3. O cenário atual está caracterizado pelo avanço da globalização econômica, financeira e comercial defendida pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) com base na ideologia neoliberal. Trata-se de um processo em curso, comandado pelas grandes corporações transnacionais, que procuram abrir novos mercados para sua produção, e ao mesmo tempo, recuperar as taxas de lucro, reduzindo seus custos pelo aumento da exploração dos trabalhadores, via redução de salários, aumento das jornadas de trabalho e retirada direitos dos trabalhadores. A globalização tem representado o aumento do desemprego, a precarização dos contratos de trabalho, a informalidade e crescentes ataques aos direitos de organização sindical.
4. O atual processo de globalização constitui uma fase particular da internacionalização da economia, baseada em um novo padrão de acumulação, na terceira revolução industrial, na redefinição do papel dos Estados Nacionais e na rearticulação das relações entre Estado e Sociedade.
5. O ritmo e a natureza da inserção das economias nacionais à globalização são diferenciados e depende em grande medida de opções políticas e da correlação de forças entre os setores populares e os defensores do neoliberalismo. Ainda não está concluída a forma de inserção das economias nacionais no mercado global.
6. Os sindicatos, em nível nacional e mundial, podem influir em seu curso. Greves e mobilizações recentes na Europa, Ásia e América Latina revelam que os sindicatos reagem e buscam alternativas para a maneira excludente como a globalização vem se processando. Essas lutas ainda ressentem-se da ausência de um projeto alternativo que se contraponha ao neoliberalismo.
7. Grandes mobilizações, como a greve na Coreia do Sul, a mobilização dos mineiros alemães, e dos trabalhadores franceses e belgas da Renault, revelam que os trabalhadores não estão dispostos a arcar com os custos da globalização, e que é possível impor derrotas ao neoliberalismo.

8. As estratégias e os atuais modelos de organização sindical, criados num período de fronteiras nacionais parcialmente protegidas, tem sido incapazes de enfrentar as transformações econômicas em curso.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO

A CRESCENTE HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO

9. O crescimento do sistema financeiro internacional constitui uma das principais características da globalização. Um volume crescente de capital acumulado é destinado à especulação propiciada pela desregulamentação dos mercados financeiros. Nos últimos quinze anos o crescimento da esfera financeira foi superior aos índices de crescimento dos investimentos, do PIB e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Isto significa que, num contexto de desemprego crescente miséria e exclusão social, um volume cada vez maior do capital produtivo é destinado à especulação.
10. 9) O setor financeiro passou a gozar de grande autonomia em relação aos bancos centrais e instituições oficiais, ampliando o seu controle sobre o setor produtivo. Fundos de pensão e de seguros passaram a operar nesses mercados sem a intermediação das instituições financeiras oficiais. O avanço das telecomunicações e informática aumentou a capacidade dos investidores realizarem transações em nível global.
11. Cerca de 1,5 trilhão de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta nas 24 horas do dia, Isso corresponde ao volume do comércio internacional em um ano.
12. Da noite para o dia esses capitais voláteis podem fugir de um país para outro, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política. A crise mexicana de 94/95 revelou as conseqüências da desregulamentação financeira para os chamados mercados emergentes. Foram necessários empréstimos da ordem de 38 bilhões de dólares para que os EUA e o FMI evitassem a falência do Estado mexicano e o início de uma crise em cadeia do sistema financeiro internacional.
13. Ao sair em socorro dos especuladores, o governo dos Estados Unidos demonstrou quem são os seus verdadeiros parceiros na Nafta. Sob a forma da recessão, do desemprego e do arrocho dos salários, os trabalhadores mexicanos prosseguem pagando a conta dessa aventura. Nos períodos “normais” a transferência de riquezas para o setor financeiro se dá por meio do serviço da dívida pública, através da qual uma parte substancial dos orçamentos públicos são destinados para o pagamento das dívidas contraídas junto aos especuladores.
14. O governo FHC destinou para o pagamento de juros da dívida pública um pouco mais de 20 bilhões de dólares em 96.

O NOVO PAPEL DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS

15. As empresas transnacionais constituem o carro chefe da globalização. Essa empresa possuem atualmente um grau de liberdade inédito, que se manifesta na mobilidade do capital industrial, nos deslocamentos, na terceirização e nas operações de aquisição e fusões.
16. A globalização remove as barreiras à livre circulação do capital, que hoje se encontra em condições de definir as estratégias globais para a sua acumulação.
17. Essas estratégias são na verdade cada vez mais excludentes. O raio de ação das transnacionais se concentra na órbita dos países desenvolvidos e alguns poucos países periféricos que alcançaram certo estágio de desenvolvimento. No entanto, o caráter setorial e diferenciado dessa inserção tem implicado, por um lado, a constituição de ilhas de excelência conectadas às empresas transnacionais e, por outro lado, a desindustrialização e o sucateamento de grande parte do parque industrial constituído no período anterior por meio da substituição de importações.
18. As estratégias globais das transnacionais estão sustentadas no aumento de produtividade possibilitado pelas novas tecnologias e métodos de gestão da produção. Tais estratégias envolvem igualmente investimentos externos diretos realizados pelas transnacionais e pelos governos dos seus países de origem. A partir de 1985 esses investimentos praticamente triplicaram e vêm crescendo em ritmos mais acelerados do que o comércio e a economia mundial.
19. Por meio desses investimentos as transnacionais operam processos de aquisição, fusão e terceirização segundo suas estratégias de controle do mercado e da produção. A maior parte desses fluxos de investimentos permanece concentrada nos países avançados, embora venha crescendo a participação dos países em desenvolvimento nos últimos cinco anos. A China, seguida de outros países asiáticos, são os principais receptores dos investimentos diretos. O Brasil ocupa o segundo lugar desta lista, onde destacam-se os investimentos para aquisição de empresas privadas brasileiras (COFAP Metal leve, etc.,), nos programas de privatização, em particular nos setores de infra-estrutura,

LIBERALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO

20. O perfil altamente concentrado do comércio internacional também é indicado do caráter excludente da globalização econômica. Cerca de um terço do comércio mundial é realizado entre as matrizes e filiais das empresas transnacionais e 1/3 entre as próprias transnacionais.
21. Os acordos concluídos na Rodada Uruguai do GATT e a criação da OMC mostraram que a liberação do comércio não resultou no seu equilíbrio, estando cada vez mais concentrado entre os países desenvolvidos.
22. A dinâmica do comércio na Mercosul traduz essa tendência. Na realidade a integração do comércio nessa região, a exemplo do que ocorre com o Nafta e do que se planeja para o Alca em escala continental, tem favorecido sobretudo à atuação das empresas transnacionais, que constituem o carro chefe da regionalização.

23. O aumento do comércio entre os países do Mercosul nos últimos cinco anos foi da ordem de mais de 10 bilhões de dólares. Isto se deve em grande parte às facilidades que os produtos e as empresas transnacionais passaram a gozar com a eliminação das barreiras tarifárias no regime de união aduaneira incompleta que caracteriza o atual estágio do Mercosul.
24. No mesmo período, o Mercosul acumulou um déficit de mais de 5 bilhões de dólares no seu comércio exterior. Este resultado reflete as conseqüências negativas das políticas nacionais de estabilização monetária ancoradas na valorização do câmbio e na abertura indiscriminada do comércio externo pra tiradas pelos governos FHC e Menem.
25. O empenho das centrais sindicais para garantir os direitos sociais no interior desses mercados tem encontra do enormes resistências. As propostas do sindicalismo de adoção de uma Carta Social do Mercosul, de democratização dos fóruns de decisão, de fundos de reconversão produtiva e de qualificação profissional tem sido rechaçadas pelos governos e empresas transnacionais.
26. A liberalização do comércio e a abertura dos mercados nacionais têm produzido o acirramento da concorrência. A superexploração do trabalho é cada vez mais um instrumento dessa disputa. O trabalho infantil e o trabalho escravo são utilizados como vantagens comparativas na guerra comercial. Essa prática, conhecida como dumping (rebaixamento) social, consiste precisamente na violação de direitos fundamentais, utilizando a superexploração dos trabalhadores como vantagem comparativa na luta pela conquista de melhores posições no mercado mundial. Nesse contexto, as conquistas sindicais são apresentadas pelas empresas como um custo adicional que precisa ser eliminado (“custo” Brasil, “custo” Alemanha etc...).

OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA

27. São distintos os impactos da globalização para os países da periferia do sistema capitalista. O grau de inserção desses países depende em grande parte do estágio de desenvolvimento industrial alcançado até os anos oitenta, das perspectivas de crescimento do mercado interno e de condições políticas que vão se constituindo internamente. Isto vale para os países da América Latina, cujos governos se orientam, pelas formas subordinadas de inserção preconizadas pelo chamado Consenso de Washington.
28. A partir dos anos cinquenta, num contexto de políticas desenvolvimentistas e populistas, consolida-se a divisão internacional do trabalho com a presença de empresas multinacionais operando em setores chaves da estrutura produtiva de países como Brasil, México e Argentina. Desde então, as elites políticas e econômicas desses países aceitaram a condição de sócio minoritário na condução do capitalismo associado e dependente da região.
29. Por meio dessa associação com o capital estrangeiro a burguesia industrial abdicou de qualquer pretensão à hegemonia na condução do desenvolvimento nacional, aceitando um papel subalterno na dinâmica do capitalismo dependente. O desenvolvimento industrial alcançado pela associação com o capital externo foi acompanhado de um padrão de financiamento que aprofundou a dependência desses países. Os empréstimos externos dos

anos setenta resultam no pesadelo da crise da dívida externa dos anos 80, provocada pelo aumento das taxas de juros internacionais.

30. Os planos de estabilização monetária e a reforma do Estado são as condições impostas pelas organizações financeiras internacionais para que esses países venham se inserir, num futuro remoto, à nova realidade econômica mundial. A baixa taxa de crescimento dos países latino-americanos é uma das faces desse modelo de estabilização (vide quadro 1 abaixo). Mas as consequências perversas são imediatas, e se expressam na desindustrialização, no desemprego, no aumento da miséria, na privatização das empresas e dos serviços públicos, com corte nos gastos sociais em educação, saúde, moradia, previdência etc.
31. O desemprego na Argentina, da ordem de 20% da força de trabalho, a informalidade do mercado de trabalho no Brasil, de cerca de 50% da PEA (população economicamente ativa), e o brutal arrocho dos salários que se seguiu à crise Mexicana ilustram dramaticamente o preço que os trabalhadores latino-americanos estão pagando em nome da pretensa modernização econômica da região (vide quadro 1).

IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E OS SINDICATOS

32. A eliminação dos postos de trabalho representa o lado mais perverso da globalização. Duas conferências de cúpula do G-7 já trataram do problema mundial do desemprego e a posição dos chefes de Estado dos países mais ricos foi a mesma: Nada a fazer, senão prosseguir os programas de ajuste com base no rigor fiscal e no equilíbrio monetário. Mesmo que isto implique a continuidade das medíocres taxas de crescimento da economia mundial dos últimos vinte anos (vide quadro 2 das taxas de crescimento dos países do G-7).
33. Esta é a verdadeira causa do desemprego. A incorporação das novas tecnologias e de novos modelos organizacionais está, evidentemente, relacionada ao problema do desemprego.
34. Os governos neoliberais dizem que o custo do trabalho e as conquistas históricas dos trabalhadores são as causas do desemprego. Buscam eliminar essas conquistas por meio da flexibilização da legislação trabalhista. O argumento é completamente mentiroso: a Espanha e a Argentina foram os países que mais avançaram na flexibilização e as taxas de desemprego, ao invés de cair estão, por volta de 20% da população ativa.
35. As transformações no mundo do trabalho indicam claramente as grandes dificuldades colocadas para um sindicalismo baseado exclusivamente nos setores tradicionais. A organização dos desempregados, dos trabalhadores informais, das mulheres que ingressam no mercado de trabalho em condições ainda mais precárias do que os homens, e de contingentes cada vez mais amplos de excluídos, representa um desafio crucial para o futuro do sindicalismo.
36. A precarização dos contratos de trabalho (tempo parcial, tempo de terminado), o aumento das jornadas, a rotatividade, a informalidade, a redução dos salários e a deterioração das

condições de trabalho são outras tantas formas de ataque aos trabalhadores. Em razão destes ataques, o perfil do mercado de trabalho nos países desenvolvidos e em desenvolvimento começa apresentar semelhanças (o crescimento do desemprego nos países do G - é um fenômeno quase generalizado, como podemos comprovar no quadro 3).

**Quadro 1 - Taxas de crescimento
países latino-americanos selecionados (*)**

Países	Período							
	81/90(*)	90	91	92	93	94	95	96
<i>Brasil</i>	1,6	-4,4	0,2	-0,8	4,2	5,7	4,2	3,1
<i>Argentina</i>	-0,9	0,1	8,9	8,7	6,0	7,4	-3,5	
<i>Chile</i>	3,0	3,0	7,3	11,0	6,3	4,2	8,5	
<i>México</i>	1,7	4,4	3,6	2,8	0,6	3,5	-6,9	

(*)média%

Quadro 2 - Taxas de crescimento - países G-7

G-7	Período						
	81-90(*)	1991	1992	1993	1994	1995	1996
<i>EUA</i>	2,6	-0,6	2,7	2,2	3,5	2,0	2,1
<i>Alemanha</i>	2,2	4,5	1,8	-1,2	3,0	2,1	0,9
<i>Japão</i>	4,1	4,3	1,0	0,1	0,5	0,7	2,6
<i>Itália</i>	2,2	1,2	0,7	-1,2	2,2	3,0	2,4
<i>França</i>	2,4	0,8	1,3	-1,5	2,9	2,4	1,4
<i>Inglaterra</i>	2,7	-2,0	-0,5	2,3	3,8	2,4	2,2
<i>Canadá</i>	2,9	-1,8	0,8	2,2	4,6	2,2	1,8

(*)média%

Quadro 3

Taxa de desemprego - países desenvolvidos (definição OCDE)

Países	Período						
	81-90(*)	1991	1992	1993	1994	1995	1996
<i>EUA</i>	7,1	6,7	7,5	6,9	6,1	5,6	5,8
<i>Alemanha</i>	7,1	5,5	7,8	8,9	9,5	9,4	11,1
<i>Japão</i>	2,5	2,1	2,2	2,5	2,9	3,2	3,4
<i>Itália</i>	8,0	8,1	9,7	10,3	9,3	8,2	11,8
<i>França</i>	9,3	9,4	10,3	11,7	12,3	11,6	12,1
<i>Inglaterra</i>	9,1	8,1	9,7	10,3	9,3	8,2	7,9
<i>Canadá</i>	9,4	10,3	11,3	11,2	10,4	9,5	9,6

(*)média%

37. O novo padrão de acumulação pressupõe a destruição das conquistas trabalhistas obtidas no período anterior. Os ataques à organização sindical, ao contrato de trabalho e às negociações coletivas vêm se tornando cada vez mais intensos, ampliando a violência dos confrontos sociais e resultando em grandes mobilizações sindicais, como demonstram as greves gerais da França, Brasil e Coréia do Sul.

38. Estruturados numa fase de economias nacionais reguladas, mercados parcialmente protegidos e padrões de organização tradicionais, os sindicatos têm encontrado enormes dificuldades para combater os efeitos da globalização.
39. Apesar da crise, as perspectivas são muito maiores para uma ação internacional da classe trabalhadora, com vistas a realização de ações articuladas entorno de objetivos comuns. A uniformização das estratégias empresariais e os ataques aos trabalhadores produz reações nacionais que devem ser canalizadas pelo movimento sindical internacional para a promoção de campanhas mundiais.

CONJUNTURA NACIONAL

AS BASES POLÍTICAS ECONÔMICAS DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

40. A coalizão política e econômica que tem sustentado o modelo neoliberal como a única alternativa de inserção à globalização é resultado da crise do modelo nacional desenvolvimentista, e do predomínio da ideologia liberalizante.
41. “Desde os anos 40, partiu do Estado a coordenação política, fiscal e financeira que viabilizou o crescimento médio do PIB brasileiro de 7% ao ano nos últimos 50 anos” (RESOLUÇÃO DO 5º CONCURTO). Iniciada no final da década de 70, a crise desse modelo de desenvolvimento desorganizou o amplo e heterogêneo pacto das elites brasileiras que sustentou o Estado Brasileiro nas últimas décadas.
42. A impossibilidade de reedição desse pacto das elites e devido à ameaça concreta da candidatura democrático-popular nas eleições presidenciais de 89 e 94, resultou na adesão progressiva das elites ao modelo neoliberal de ajuste da economia brasileira e de inserção subalterna à globalização nas suas diversas dimensões - financeira, produtiva, comercial.
43. De acordo como ideário neoliberal, os governos dos últimos anos privatizaram quase todas as empresas estatais que não dispunham de restrições constitucionais à sua venda, desmantelaram os instrumentos de regulação e promoção da atividade econômica (industrial, agrícola, tecnológica, etc.), realizaram uma abertura indiscriminada das importações, e promoveram cortes drásticos.
44. Esse conjunto de mudanças alterou radicalmente a face política e econômica do país, e o atual modelo de estabilização econômica colocam novos dilemas para a ação sindical e exigem do movimento sindical a ampliação da resistência contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, a elaboração de propostas alternativas e a construção de uma política de alianças para resistir ao neoliberalismo.

A “RESISTÊNCIA” SUBALTERNA DAS ELITES AO NEOLIBERALISMO

45. A socialização dos prejuízos das grandes empresas nacionais, provocados pela abertura indiscriminada da economia e o aumento da competição, a utilização dos mecanismos do Proer para salvar os grandes bancos e grandes especuladores, mostra que a adesão aos princípios do neoliberalismo, de regulação da economia exclusivamente pelo mercado,

mostra que a progressiva adesão das classes dominantes ao projeto neoliberal não é incondicional.

46. Mesmo o modelo das privatizações foi elaborado e implementado para penultimamente um rearranjo na posição dos diversos capitais (nacionais e externos), capaz de garantir espaços para o grande capital nacional, seja ele financeiro e/ou industrial.
47. Da mesma maneira, o projeto de regulamentação da presença do capital privado nas diversas áreas de infraestrutura é orientado à garantir uma presença, ainda que limitada, ao capital nacional. Esse seguimento tem procurado colocar-se, ao menos, na condição de sócios secundários, capaz de proporcionar riscos menores à sua rentabilidade, comparativamente aos setores em que atualmente estão presentes.
48. Essas iniciativas demonstram a posição subalterna da burguesia nacional, adequada à acomodação parcial dos seus interesses diante da internacionalização dos setores que estão sendo privatizados e daqueles que estão sendo objeto de aquisição e fusões, lideradas pelas empresas multinacionais (eletro metal-mecânico, agroindústria, têxtil e calçados, químico, autopeças, metalurgia e bens de capital).
49. Os segmentos da burguesia que não estão encontrando espaços para acomodar os seus interesses, são vários grupos nacionais, de médio e grande porte, da indústria de bens de capital, mecânica, metalurgia, eletrônica, autopeças, têxtil, calçados e do complexo químico. Ao empresariado nesses setores restará a opção de promover fusões com grandes grupos multinacionais ou sair desses setores e atuar naqueles que ainda restarão na condição de excluídos de cadeias produtivas globais, portanto sujeitos a menor concorrência externa ou de multinacionais instaladas no país.
50. Entretanto, essas iniciativas de acomodação de interesses sequer podem ser caracterizadas como uma resistência ao ajuste neoliberal. Ao contrário, revelam, simplesmente, que a burguesia nacional tem somente colocado alguns condicionantes para se ajustar à nova ordem econômica, por meio, da transferência dos prejuízos para o Estado e/ou da criação de mecanismos com pensatórios para enfrentar a concorrência externa.
51. E ao mesmo tempo crescente a desconcentração da produção industrial brasileira. Os ramos têxtil e calçadista tem instalado suas novas plantas nos Estados do Nordeste e mesmo fechado antigas unidades no Sul para reabri-las modernizadas no Ceará, Paraíba e outros Estados da região. Frente a concorrência externa se busca as mesmas vantagens comparativas, baixos salários e reduzidos direitos trabalhistas, por isso proliferam as cooperativas de mão de obra na região.
52. A desconcentração industrial não está restrita a esses dois setores, na indústria eletroeletrônica, nas autopeças e nas montadoras de automóveis, as novas plantas são no Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, e Rio de Janeiro, apenas uma das novas fábricas da GM e da VW serão instaladas em São Paulo e fora da região do ABC.
53. Os estados e municípios têm disputado essas empresas em uma verdadeira guerra fiscal. Isenção de ICMS, doação de terrenos, isenção de taxas municipais, créditos tributários, e mesmo participação financeira nos investimentos são oferecidas para atrair novas empresas. Reduzindo a base de arrecadação tributária e ameaçando os gastos com políticas sociais, saúde e educação. Uma gigantesca transferência de renda para as grandes empresas em particular para as montadoras, por exemplo, para GM instalar uma

fábrica em Gravataí, RS, o governo do Estado ofereceu um pacote de incentivos financeiros de R\$ 200 milhões.

54. O governo federal tem assistido passivamente essa guerra fiscal, que ameaça as finanças dos estados e municípios. Mas vale tudo para reduzir as pressões empresariais e ao mesmo tempo manter intactas as diretrizes que têm orientado o programa de estabilidade em curso. Contando com a adoção de sucessivas medidas de incentivos às exportações, de apoio às micro e pequenas empresas, e na redução do chamado “custo Brasil”, o governo tem conseguido deslocar as pressões sobre a valorização cambial e os juros elevados.
55. Soma-se a essas ações, a introdução de mecanismos temporários de proteção aos setores industriais mais afetados pela concorrência internacional (têxtil e calçados, automotivo, brinquedos etc). É fundamental observar que essas medidas são paliativas para recompor a capacidade de investimentos produtivos nesses setores, mas o suficiente para reduzir temporariamente, as fortes pressões políticas contra o Executivo.

O PLANO REAL É ATUALMENTE O PRINCIPAL CONDICIONANTE À INSERÇÃO SUBORDINADA DO PAÍS NA GLOBALIZAÇÃO.

56. A redução das taxas de inflação - obtida por meio do Plano Real - tem proporcionado à coalizão política, responsável pela sustentação do governo de FHC, garantias para dar continuidade do ajuste neoliberal. No entanto, suas fragilidades tornam o comportamento dos preços, da produção e dos investimentos mais dependentes da evolução econômica dos países desenvolvidos.
57. É preciso sublinhar, portanto, que o Plano Real não é um simples programa de estabilização de preços, mas um plano econômico que alia a estabilização a uma inserção subordinada de economia à globalização, com impactos devastadores para a capacidade de investimentos públicos e acelera a desorganização da estrutura produtiva.
58. A grande liquidez no mercado financeiro mundial permitiu ao Brasil ter acesso a vastos recursos financeiros, em grande parte especulativos. Nos últimos anos, não apenas o governo, as estatais, e as multinacionais captaram divisas, mas também instituições financeiras brasileiras e empresas privadas nacionais. O Plano Real e os outros planos de estabilização ancorados no dólar são resultados desse contexto favorável.
59. Entretanto, esses recursos são muito voláteis e podem ser repatriados em virtude de mudanças bruscas na política de juros nos países desenvolvidos e/ou da formação de expectativas negativas quanto à capacidade do Estado continuar honrando seus compromissos internos e externos. A crise do México é um exemplo dos riscos que os países da América Latina estão sujeitos devido à adoção desse modelo de estabilização.
60. A contradição entre a modernização neoliberal e a questão social
61. A submissão das elites à globalização reduziu drasticamente as oportunidades para que o parque produtivo fosse capaz de promover estratégias ativas de reestruturação e modernização, com geração de emprego.

62. O desemprego atinge mais de 3,8 milhões de trabalhadores, segundo dados oficiais que subestimam o número de desempregados. Na pesquisa SEADE/DIEESE, na região metropolitana de São Paulo, mais 1,26 milhões de trabalhadores estão desempregados, corres pondendo a uma taxa de 14,8%. Estima-se para todos o país que o contingente de desempregados (aberto e oculto) supere 9,65 milhões, representando cerca de 13,8% da população economicamente ativa.
63. O aumento da produtividade nas empresas resulta, sobretudo da exploração do trabalho (aumento das horas extras, dos turnos de trabalho etc.) e da reestruturação produtiva, causando demissões em massa dos trabalhadores. Na indústria de transformação, entre 1989-1995 houve um aumento de produtividade da ordem de 45% e, ao mesmo tempo, foram eliminados mais de 2,06 milhões de empregos.
64. A jornada de trabalho no Brasil é uma das mais elevadas entre os países em desenvolvimento. Segundo dados da PNAD/93, cerca de 39% de todos os trabalhadores tinha uma jornada superior a 44 horas semanais. Além disso, mais de 21% possuía jornada de trabalho igual ou superior a 49 horas por semana. Na Grande São Paulo, segundo o SEADE/DIEESE, em 1990, na indústria de transformação, cerca de 35% dos assalariados trabalhavam mais de 44 horas semanais, enquanto, em 1995, esse número cresceu para 42,5%.
65. Nos serviços e no comércio, esse número, saltou, respectivamente, de cerca de 32% e 49% para cerca de 36% e 55%.
66. Um contingente de 53% da força de trabalho é composta de empregos precários, autônomos, ou seja, estão à margem do regime de assalariamento formal - base social do sindicalismo, especialmente da CUT. A taxa de rotatividade do trabalho está em torno de 37%, o que significa que mais de um terço da força de trabalho troca de emprego, anualmente essa enorme rotatividade restringe brutalmente os espaços para a construção de laços de solidariedade entre os trabalhadores, e dificulta o trabalho sindical no local de trabalho.

O CRESCIMENTO DA PRECARIZAÇÃO NA BASE SOCIAL DO SINDICALISMO.

67. A desestruturação produtiva esta se manifestando tanto nos setores tradicionais quanto naqueles setores (com plexos eletrometa e químico) que lideraram o crescimento industrial entre os anos cinquenta e setenta, onde se localiza a parcela importante da base social que forjou o sindicalismo com bativo, Esse processo tem resultado em dificuldades crescentes de mobilização e ação sindical nesses setores.
68. Do mesmo modo, a longa trajetória de precarização dos serviços públicos e a privatização de empresas estatais, somadas à informatização e à recente crise do sistema financeiro atingiu também a capacidade de mobilização e resistência desses grandes segmentos sociais, igualmente responsáveis pela criação e expansão do sindicalismo combativo ao longo de toda a década anterior.
69. Nos anos noventa, o baixo crescimento econômico, as mudanças na organização da produção, o ataque político e ideológico das classes dominantes contra os sindicatos, as inovações tecnológicas, o desemprego elevado e a precarização do trabalho são os principais mecanismos que têm deslocado os sindicatos para a defensiva.

70. Apesar da rotatividade e a informalidade do mercado de trabalho brasileiro, já existente nos anos oitenta, a luta pela redemocratização e reposição das perdas provocadas pelo processo inflacionário permitiu que o sindicalismo se organizasse e crescesse. O corporativismo e o perfil pulverizado do sindicalismo brasileiro naquele período não impediu o avanço das lutas.
71. A redução da inflação deslocou a agenda do movimento sindical. Durante o longo período nos concentramos na defesa do salário e do poder aquisitivo, não dávamos prioridade aos outros temas da agenda. Contraditoriamente, com fim da ditadura e a redemocratização surgiam novos atores sociais e a luta sindical já não tem o caráter intrinsecamente democrático de enfrentamento com a ditadura militar. Além disso, as agendas nacional e sindical se tornaram mais abrangentes e complexas (reforma do estado, abertura econômica, reestruturação e desemprego tecnológico, terceirização, deslocamento de plantas produtivas, crise bancária, sucateamento dos serviços públicos, etc.) colocando novos desafios para os sindicatos.
72. O projeto das elites para a manutenção do poder
73. A estratégia atual do governo de realizar as privatizações, garantir a presença do capital privado nas áreas de infra-estrutura e avançar nas reformas administrativas e da previdência atende ao objetivo de dar fôlego ao plano de estabilidade econômica por meio da redução do ritmo explosivo do endividamento público interno e externo e sinalizando o compromisso de FHC com as políticas apoiadas pelo Consenso de Washington.
74. Essa é a aposta da coalizão política que sustenta o governo e que se move na direção de reeditá-la nas eleições majoritárias de 98, por meio de FHC, com a aprovação da emenda da reeleição.
75. As ações da aliança governista na reforma política administrativa, na estrutura sindical, na legislação trabalhista e em novas iniciativas de flexibilização do mercado de trabalho têm o objetivo de desarticular e neutralizar a oposição de movimentos sociais, políticos e sindicais, tal como já vem ocorrendo com a atitude de “criminalizar” o MST e todos os movimentos que lutam pela reforma agrária no país.
76. Assim, pesará para o movimento sindical, no próximo período, a responsabilidade de intervir de maneira ativa na sociedade com vistas a construir permanentemente uma alternativa global ao modelo neoliberal em curso, opondo-se às políticas neoliberais, apresentando alternativas de desenvolvimento, e reorganizando as atuais formas de organização e ação sindicais

O SETOR RURAL NOS ANOS NOVENTA

77. Propagandeada como a “âncora verde” do real a agricultura brasileira na verdade tem pouco a comemorar. No que diz respeito aos resultados do modelo de desenvolvimento aplicado ao longo das últimas décadas - baseado na diversificação da pauta de exportações e no uso intensivo de insumos modernos associado a um forte aporte subsidiário - o que se pôde observar foi uma modernização parcial do setor agrícola, criando um segmento altamente tecnificado às custas da concentração fundiária e da marginalização dos setores mais descapitalizados entre os pequenos agricultores.

78. Com o endividamento externo e a crise de financiamento do Estado, este modelo já deu mostras de sua insustentabilidade. Enquanto na década de 70 se aportavam US\$30 bilhões ao ano em crédito rural, para 1996 este valor foi de cerca de US\$ 5,2 bilhões. De outro lado, a condução da taxa de câmbio que levou a sobre-valorização do real em relação ao dólar associada ao longo prazo de financiamento e a baixa taxa de juros no mercado internacional facilitaram as importações,
79. Sem os cofres públicos a lastrear nos mesmos volumes de outrora e com os indicadores econômicos e sociais a demonstrar o alto custo desta modernização, entramos em um período onde os rumos da agricultura são ditados por medidas de cunho cada vez mais liberalizantes, em contramão a tudo aquilo que ocorre nos países desenvolvidos em matéria de presença do Estado na agricultura.
80. Sob o governo FHC, ganha corpo a estratégia de inserção da agricultura no receituário neoliberal. Progressivamente se retira o setor público das funções de financiamento direto da agricultura e da condução das políticas de comercialização e abastecimento alimentar.
81. Os estímulos são concentrados nas regiões tidas como aptas a dar respostas em termos de produtividade compatível aos padrões internacionais -o que significa apostar nos mecanismos de aprofundamento das desigualdades.
82. Além de demonstrar a total ausência de qualquer lampejo de estratégias articuladas de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, no fortalecimento do mercado interno e na democratização social, estas medidas entregam os agricultores completamente à mercê da volatilidade dos mercados.
83. 40) Na agricultura familiar, que abrange 4.339,053 estabelecimentos e da qual se ocupam 12 milhões de pessoas, estima-se que anualmente cerca de 200 mil famílias deixam o meio rural, agravando com isso a situação de desemprego e miséria na periferia das médias e grandes cidades. Para aqueles que conseguem permanecer no campo a situação não é mais cômoda, apenas um em cada mil pequenos agricultores têm acesso às políticas de crédito do governo.
84. 41) Esta situação de crise e miséria no meio rural tem trazido à tona sérios conflitos que demonstram, por um lado, a capacidade de resistência, luta e organização dos trabalhadores rurais brasileiros mas, de outro demonstram também a incapacidade do poder público e das elites retrógradas em dar respostas aos problemas mais emergentes do país.
85. 42) Ao contrário e necessário processo de ocupações desencadeado pelos trabalhadores sem-terra - condição necessária para a efetiva democratização fundiária, para a incorporação dos excluídos e para o incremento da capacidade produtiva - os latifundiários respondem com a mais cruel violência, recriando inclusive a velha UDR - o braço armado do latifúndio.
86. Como prova da convivência do Estado, estados internacionais mostram que de 225 casos de assassinatos acompanhados, apenas 11% terminaram em processos judiciais.
87. 43) Ao invés de realizar a reforma agrária e investir na agricultura familiar - pela sua capacidade de geração de empregos a menor custo, pela sua capacidade au

88. ambientais - o governo FHC pretende se apoiar justamente sobre aqueles setores que promoveram a concentração fundiária, a exclusão social e a degradação ambiental,
89. 44) Grande parte das definições políticas de FHC sobre a agricultura e a questão da reforma agrária foram fruto de grande pressão, seja por parte dos agricultores familiares e sem-terra, seja por parte dos grandes produtores e latifundiários, sempre privilegiando estes últimos (como no caso da securitização das dívidas)
90. As tímidas iniciativas governamentais com o o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, implementado a partir das negociações do Grito da Terra Brasil - representam muito pouco ainda em termos de amplitude e volume de recursos para dar conta da situação dos 2,5 milhões de estabelecimentos que se encontram na categoria de transição.
91. Para FHC existem dois “Brasis”, um moderno, altamente tecnificado, responsável pela produção agrícola e o resto, atrasado, com baixa produtividade e renda. Tudo se resolveria, para o governo federal, estendendo a modernização do primeiro para o segundo Brasil. Por essas e outras, de celeiro do mundo (no discurso do milagre econômico) o Brasil pode passar a ser um grande importador de alimentos a continuar a tendência neoliberal das políticas de FHC.

Tese 7

Resoluções do 12º Congresso Local dos Petroleiros de Minas Gerais

TESE 1 – MTS

ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL

CONTRA AS REFORMAS DE FHC

POR TERRA, EMPREGO, SALÁRIO E APOSENTADORIA

1. FHC governa para o FMI, para banqueiros, grandes empresários e latifundiários. Depois de dar bilhões para banqueiros, através do Proer; pagar mais R\$ 30 bilhões de juros e parcelas da Dívida Externa e Interna; entregar as empresas estatais aos monopólios privados; e propor aumentar os salários dos verdadeiros marajás: deputados, senadores e o do próprio FHC, esse governo diz que só pode “aumentar” em R\$ 8 reais o salário mínimo e que não tem dinheiro para fazer Reforma Agrária.
2. Além de massacrar trabalhadores sem-terra, de jogar milhões no desemprego, FHC ainda quer acabar com a aposentadoria, através da Reforma da Previdência; fazer a Reforma Administrativa, para demitir mais de 1 milhão de funcionários públicos (professores, médicos, enfermeiros, funcionários de escolas e universidades); vendeu a Vale do Rio

Doce e pretende privatizar as demais estatais e atacar os direitos trabalhistas: acabar com a licença maternidade, com o 13º salário, rebaixar os salários e aumentar a jornada e o ritmo de trabalho, através do contrato tempo rário e da flexibilização da jornada, dos bancos de horas etc.

UNIR OS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

3. Mas a luta unificada dos trabalhadores da cidade, do campo e da juventude pode derrotar FHC e seu projeto neoliberal. Brasília mostrou o caminho. Mais de 60 mil trabalhadores tomaram a capital federal no dia 17 de abril. Os sem terras, com suas ocupações e sua marcha vitoriosa deram uma lição de luta. E os trabalhadores da cidade, a juventude, os aposentados, os índios e o movimento popular juntaram-se a eles, aos milhares por Reforma Agrária, contra o Desemprego, contra a Reforma Administrativa, contra a privatização da Vale, em defesa da Aposentadoria, do salário, dos direitos sociais, da Educação e da saúde.

POR UM PLANO DE LUTAS RUMO À GREVE GERAL

4. A manifestação de Brasília ator doou o governo, abriu a possibilidade de unificar as lutas dos trabalhadores num novo patamar, de tal modo que encurrale FHC e seus aliados. O desafio do movimento sindical e da CUT é, ao lado do MST, da UNE e demais organizações do movimento popular, dar continuidade à grande mobilização de Brasília.
5. Durante o mês de maio, quando se estão realizando as assembleias para eleger os delegados para os Congressos Regionais, Estaduais da CUT e dos Peleiros, a FUP e os sindicatos tem a responsabilidade de estar mobilizando os trabalhadores e apresentando um plano de lutas rumo à Greve Geral, para arrancar as reivindicações dos trabalhadores e derrotar FHC.
6. O CONFUP propõe e chama toda a direção da FUP e da CUT a apresentar um plano unificado de lutas, que incorpore o MST e a UNE, em direção à construção da Greve Geral. Desde já, devemos unir todas as correntes de esquerda da CUT para lutar por este plano e pela Greve Geral. Não podemos permitir que a CUT, mais uma vez, desperdice uma conjuntura que permita à classe trabalhadora colocar esse governo de banqueiros, grandes empresários e latifundiários contra parede.
7. É hora de construir a Greve Geral por Reforma Agrária, Redução da jornada sem Redução dos Salários, defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, aumento geral dos salários e à contra todas as Reformas de FHC.’

O CAMINHO DA CONCILIAÇÃO COM A BURGUESIA SÓ CONSTRUIU DERROTAS

8. A estratégia da maioria da direção da CIJT de, em aliança com a burguesia e via a negociação permanente, conquistar “cidadania” sob o capitalismo, tem se traduzido numa política que tem levado a luta dos trabalhadores a um beco sem saída.
9. A política das Câmaras Setoriais, dos Fóruns tripartites, dos atos com a FIESP “contra o desemprego (na verdade contra os juros e a recessão); da participação nas Reformas, sob

o manto da defesa das “Reformas Populares” tem desarticulado os trabalhadores e impedido que se construa a ofensiva contra FHC e seu plano. Vejamos a atuação da direção majoritária da CUT nos últimos anos:

CÂMARAS SETORIAIS

10. Alardeadas aos quatros ventos como o máximo da atuação do sindicalismo moderno da Articulação Sindical, foram o pontapé inicial para colaborar com os patrões na sua nova política industrial. O pacto resultante significou aumento de produtividade e da produção para as montadoras, redução de impostos para as grandes multinacionais, aumento estrondoso dos lucros para a patronal e arrocho salarial e desemprego para os trabalhadores.

GREVE DOS PETROLEIROS

11. A greve dos petroleiros em maio de 95 foi o primeiro grande enfrentamento com o governo FHC, com seu projeto neoliberal e suas Reformas. Junto com os petroleiros, no dia 3 de maio, pararam os previdenciários, aeroportuários, telefônicos, eletricitários e funcionários das universidades. No dia 9 de maio entraram em greve os metroviários de São Paulo e ferroviários em todo país. Entraram em greve também os transportes em Brasília, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte e os professores das Universidades Federais.
12. No dia 5 de maio a direção nacional da CUT vota, por maioria, a participação da Central na negociação das Reformas, sob o manto da formulação de “defesa das Reformas Populares”, quando os trabalhadores em luta defendiam a derrota das Reformas e o boicote das mesmas no Congresso.
13. O governo vota a ilegalidade da greve e bota o exército nas portas das Refinarias. A executiva da CUT, por maioria, se recusa a convocar a Greve Geral e até mesmo um dia nacional de luta com paralisações, sendo que várias categorias paralisaram em apoio aos petroleiros, entre elas, os operários da Volks, da Ford, Mercedes e Cofap, no ABC.
14. Não estamos discutindo aqui se o resultado em si da greve seria outro se a CUT tivesse cumprido o papel que eu cabia de unir as lutas e fazer de tudo para construir a solidariedade, mas sim que a atuação da maioria da CUT enfraqueceu a luta contra o governo.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

15. Na votação da Reforma da Previdência na Câmara, no início de 96, esteve colocada a real oportunidade de realizar a maior ação conjunta dos trabalhadores sob o governo FHC e uma poderosa greve geral. Todo mundo sabia que se havia uma bandeira capaz de unificar todo o povo em uma só luta era justamente a defesa da aposentadoria por tempo de serviço. As dificuldades do governo com essa Reforma eram evidentes: havia crise na base governista no congresso e 85% da população era contra a Reforma.
16. A CUT chamou a preparação da greve geral no final de 95, Mas no início de 96, a maioria da direção da CUT vai à negociação com o governo e pactua um protocolo

vergonhoso. O protocolo firmado pela maioria da direção da CUT e também pela Força Sindical com FHC atacava conquistas e direitos históricos dos trabalhadores: acabava com a aposentadoria por tempo de serviço, com a aposentadoria proporcional, com a aposentadoria especial dos professores universitários, com a aposentadoria integral do funcionalismo, etc. E a imagem mais triste desse episódio talvez tenha sido a do presidente da CUT, pela TV, tentar vender para os trabalhadores que tempo de contribuição era mesma coisa que tempo de serviço. Lamentável!

17. Em todas essas políticas desenvolvidas pela maioria da direção da CUT nesses últimos anos tem um fio condutor: o pressuposto de que a busca da solução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores deve ser feita junto com os patrões e o governo e não contra eles.

A GLOBALIZAÇÃO, UM MAL PARA OS TRABALHADORES

18. O Governo dos EUA e o FMI, dizem que as economias nacionais devem ajustar-se à globalização para chegar ao “primeiro mundo”.
19. Nas empresas, os patrões dizem que é necessário o contrato temporário, a flexibilização da jornada e o arrocho nos salários para: as empresas à globalização.
20. O governo FHC, representante dos - grandes empresários e latifúndio, aplica a cartilha do FMI para adequar o país aos novos tempos.
21. Por trás deste falatório de modernidade se esconde a verdadeira face da globalização: aumento da exploração dos trabalhadores em todo planeta e uma submissão maior dos países dependentes ao imperialismo.
22. O aumento da produção, seja pela incorporação de uma nova máquina ou pela utilização de trabalho escravo, é facilitado pela liberdade do capital para deslocar produção de um país para outro em função da diminuição dos custos ou de ocupar mercado.
23. O significado da “globalização” é a liberdade para as grandes empresas explorarem o proletariado em nível “global” e o resultado é que os 447 bilionários do mundo detêm uma renda superior à metade da população do planeta.
24. Frente a essa nova realidade, o movimento sindical cutista está diante de duas alternativas: adaptar-se à globalização, tentando “democratizá-la”, como propõe a Articulação Sindical, através do combate aos “efeitos negativos”; ou afirmar a luta contra a globalização e pelo socialismo como uma necessidade dos trabalhadores contra a miséria imposta pelo capitalismo.
25. A opção por uma destas duas estratégias determinará a política da direção da Central. A Articulação Sindical defende que a CUT apresente um projeto que desenvolva o capitalismo no Brasil para gerar emprego e distribuir renda.
26. Nós, delegados deste CONFUIP afirmamos que não há nenhuma possibilidade de desenvolvimento capitalista que garanta bem estar ao trabalhador.
27. O lucro é a razão de ser do capitalista, a luta por salário, emprego e terra esbarra no lucro da patronal que a Articulação não está disposta a questionar.

28. O exemplo maior foi a câmara setorial do ABC em que o acordo com as montadoras resultou no desemprego para os metalúrgicos e no aumento dos lucros para a patronal.
29. Em 96, o Brasil recebeu 14,7 bilhões de dólares de “investimentos” externos e o impacto sobre o nível de emprego foi negativo.
30. Não há como evitar as consequências da implantação do projeto neoliberal no país a não ser derrotando-o em sua globalidade.
31. Acordos pontuais no marco deste projeto não passarão de simples enfeites utilizados pelo governo para legitimá-lo.
32. A luta operária e popular é a saída para a situação atual. Neste sentido o MST tem sido um exemplo para o conjunto dos trabalhadores. Somente a mobilização e a unidade dos trabalhadores terá força para virar a mesa.

TESE 2 - CSC

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A Conjuntura internacional se desenvolve, nesses dias, no contexto mais geral de uma fase de decadência do sistema capitalista, antítese da era de prosperidade vivida nas primeiras décadas do pós-guerra e expressão do esgotamento do padrão de acumulação de capital proveniente daquele período. Configura-se uma situação crítica caracterizada por taxas de crescimento econômico declinantes e elevados níveis de desemprego em quase todos os países onde predomina a economia de mercado. Ao mesmo tempo, combinada à crise econômica, verificam-se os desdobramentos do declínio da liderança econômica norte-americana no mundo capitalista, fenômeno decorrente do desenvolvimento desigual, que solapa as bases da ordem internacional formalizada nos acordos de Bretton Woods e acirra os conflitos entre as grandes potências.
2. A crise vem acelerando o processo de centralização e globalização do capital. Como resultado, seus efeitos têm maior repercussão mundial, assim como as políticas propostas ou impostas como “solução” pelas classes que encarnam os interesses do capital.

A OFENSIVA NEOLIBERAL

O neoliberalismo surge neste quadro e vem sendo aplicado desde os anos 80 como uma resposta da burguesia ao panorama crítico, uma solução pretensamente global, implementada em todos (ou quase todos) os países do mundo, respeitadas as particularidades nacionais. Tendo adquirido ares de venda absoluta após derrocada “socialismo real”, seu objetivo é, basicamente, elevar as taxas de lucros das empresas multinacionais (revertendo a queda observada nas últimas décadas). Em tese, o aumento dos lucros resultaria na recomposição dos níveis de investimentos e viabilizaria a inauguração de um novo ciclo de crescimento econômico capitalista, o que na prática não vem acontecendo.

1. Como bandeira, os neoliberais defendem uma ampla liberalização das regras de comércio e investimentos internacionais, quebra de barreiras, abertura das bolsas e de todos os setores da economia à participação estrangeira. A prática não corresponde precisamente a esta idéia, que esbarra em contradições como os pesados subsídios agrícolas nos EUA, Japão e Europa e não contraria o crescimento do protecionismo, rixas e retaliações entre as grandes potências (envolvendo especialmente EUA, Japão e Europa), assim como entre essas e os países dependentes.
2. Para o chamado Terceiro Mundo, a imposição do neoliberalismo tem um sentido e efeitos particularmente perversos sobre a economia nacional (uma vez que muitas das regras “liberalizantes” são impostas sem reciprocidade e as condições de competição e comércio são bastantes desiguais). A abertura se traduz em maior endividamento e desnacionalização, agravando a dependência, a espoliação estrangeira e a miséria.
3. Ingredientes comuns da receita neoliberal, registradas em todos os cantos em que é adotada, são as medidas visando reduzir o padrão de vida dos assalariados. Implicam na eliminação de direitos trabalhistas e previdenciários, elevação do nível de desemprego e a precarização dos contratos e desmame da rede de seguridade social. Em boa medida, a busca de elevação das taxas de lucros por parte das multinacionais (que em última instância constitui a essência do neoliberalismo) dá-se através de um plano deliberado de arrocho dos salários, associado à degradação (precarização) das condições de trabalho, eliminação de direitos e destruição dos serviços públicos - neste último caso, é bom que se diga, o objetivo é a diminuição dos impostos e encargos do setor privado com o financiamento da rede de previdência e seguridade social; o dinheiro antes usado para essas finalidades seria reembolsado como lucro pelos capitalistas. A desigualdade entre as classes sociais torna-se ainda mais escandalosa.
4. Na medida em que se realiza, o projeto neoliberal opera uma nova divisão internacional do trabalho (em detrimento dos países dependentes) e promove uma expressiva mudança nas políticas definidas e desenvolvidas pelos Estados nacionais, que revelam uma subordinação ainda maior aos interesses dos monopólios, em especial do capital financeiro e se prestam à função de árbitro, que vinham exercer desde o pós-guerra, principalmente, nos países mais desenvolvidos onde foi construído o chamado Estado de Bem Estar Social-Welfare State.

TESE – ASS

CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

1. Discutir a conjuntura internacional e nacional em nossos Congressos Regionais pode parecer algo bastante longe dos problemas que enfrentamos em nos so local de trabalho e nossa Cidade. Porém com a nova organização do capital, “a globalização da economia”, cada iniciativa tomada por mais distante tem influência no nosso dia-a-dia.

A MUDANÇA DE PERÍODO

2. Assistimos a nível internacional uma profunda mudança de período. Desta ca-se o amadurecimento de um novo modelo da ordem social que, no entanto, enfrenta

resistência dos trabalhadores, e, ainda não conseguiu firmar-se enquanto nova ordem mundial. Um dos aspectos que o neoliberalismo tem a comemorar é o controle da inflação, pois não tem havido nem retomada consistente de crescimento econômico, nem muito menos o de mercado de trabalho. A falência dos regimes burocráticos do Leste Europeu foi instrumentalizada pelos conservadores para questionar a viabilidade de uma alternativa ao capitalismo. Eufóricos proclamaram o “fim da história”. Mas há um fio condutor entre o levante Zapatista no México e as greves na França, as lutas sindicais na Coreia e a luta do Brasil e boa parte da América Latina que indicam uma recusa em aceitar passivamente o horizonte que o neoliberalismo lhes oferece.

3. O taylorismo-fordismo vem sendo questionado desde os anos 70 por sua incapacidade de responder aos desafios de um acirramento da concorrência num cenário onde se pode esperar altas taxas de crescimento. O toyotismo tem se mostrado incapaz de ser uma alternativa eficaz, ao ponto, que por exemplo, até no Japão está sendo questionado o trabalho vitalício, um dos alicerces fundamentais para a eficaz cooptação de trabalhadores. Sem as promessas universalizantes originárias, o mundo do capital e o neoliberalismo ficam reduzidos a aumentos das taxas de exploração do trabalho e dos ritmos de trabalho, gerando um cenário onde destaca-se o aumento da instabilidade no emprego e o desemprego estrutural.
4. Os anos 90, em contraste com os anos 70, apresentam um panorama político institucional que foi comemorado como avanço das democracias formais em todo Ocidente (incluindo a ex. URSS e o Leste Europeu). E quase todos os países foram renovados os governos através de eleições. Em geral, diminuíram de forma drástica as limitações aos direitos de organização política e informação. No entanto, esse período de democratização coincidiu com o de aumento da desigualdade na distribuição de renda.
5. O clima político e intelectual atual é diferente ao do começo da década. As classes dominantes perderam boa parte de sua euforia com o programa neoliberal, mas não abandonaram o programa.
6. Sob o manto ideológico da globalização desenvolve-se um protecionismo de novo tipo, do qual não conseguem participar os países dependentes, como o Brasil.
7. O Estado foi retirado de inúmeros setores através das privatizações, mas tem um papel chave na valorização do capital através das gigantescas públicas que rendem altas taxas de juros aos grandes capitais - incapazes de valorizar-se na produção - ajudando a gerar grandes déficits nas finanças públicas.
8. Prometeram recuperar o emprego, mas as altas taxas de desemprego e exclusão estabilizam-se ou aumentam. Ou então, substituíram aquela promessa por flagelo: distribuir a mesma massa salarial entre um número de trabalhadores, através de diversas formas de trabalho precário - que reforçam a desigualdade na distribuição da renda.
9. A esta altura os conservadores já não prometem nenhum paraíso. Apenas afirmam que a deles é a única alternativa. Buscam firmar seu ideário como um “pensamento único”. O fazem no vácuo provocado pela ilegitimidade da social democracia no

Primeiro Mundo e os antigos nacionalistas da América Latina assumiram nos anos 80 programas similares aos neoliberais.

10. Há também o impacto que as medidas aplicadas pelo capital, desde os anos 70, tem tido sobre o perfil da classe trabalhadora. O aumento do setor terciário e da participação das mulheres no mercado de trabalho, uma maior dispersão geográfica e em unidades empresariais menores, a precarização do trabalho e o aumento do desemprego os métodos gerenciais que visam ativamente a cooptação político-ideológica dos trabalhadores, criaram novos desafios para a organização sindical e política da classe trabalhadora.
11. O mundo que emergiu das transformações comandadas pela burguesia instável, mais injusto e mais desigual.

CONJUNTURA NACIONAL

12. A conjuntura nacional não pode ser entendida sem o Plano Real, e este sem uma mudança no cenário econômico internacional. Se a década de 80 foi marcada pela crise da dívida externa. Os anos 90 estão caracterizados pelo afluxo de capitais internacionais aos mercados financeiros latino-americanos, o Brasil incluído.
13. Os planos econômicos (Real etc) têm tido um grande êxito na contenção dos processos inflacionários, mas ao custo de aumentar o déficit nas contas internas e externas dos países, provocando o desmanche de setores inteiros da economia, fazendo crescer assustadoramente as taxas de desemprego e de precarização do trabalho, e da exclusão, entre outros resultados perversos.
14. Em torno da candidatura FHC e do Plano Real conformou-se o mais amplo leque político conservador desde o início da ditadura. A vitória FHC abre uma nova etapa política. Agora além do consenso neoliberal entre diversos setores das classes dominantes, há uma força política que está se capacitando para implementá-lo.
15. Paralelamente, os setores democrático-populares que em 1989, tinham perdido por estreita margem a eleição presidencial e que em 1992, acumularam novas energias com o processo contra o ex-presidente Collor hoje não se apresentam como alternativa, acudados programaticamente e sem capacidade político-organizativa para mobilizar sua base.
16. Agenda neoliberal deslançou o antigo rol de questões colocados nos anos 80. Abertura às importações, privatizações e flexibilizações trabalhistas tem dem a fazer parte do senso comum das pessoas.
17. Principais reformas neoliberais sob FHC:

-
- • Mudanças constitucionais da Ordem Econômica: alargamento do leque das privatizações.
 - • Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Medidas de reforma trabalhista e sindical: a partir de iniciativas do MTb para chegar às mudanças na legislação.
-

- Escancaramento do mercado frente às importações (sobrevalorização do real e queda das tarifas), ainda durante a campanha eleitoral.
- Início da reforma da previdência social.
- Início da reforma administrativa do Estado.

O FUNCIONALISMO PÚBLICO E A CONJUNTURA

1. Num quadro de crescente desemprego e subemprego, a única alternativa restante de saúde e educação e outros serviços para milhões de trabalhadores acaba sendo o acesso aos serviços público Os mesmos desmontados e sucateados ao longo de anos pelo governo federal, estaduais e municipais; os mesmos criticados pela maioria da população brasileira, aliadas à esquerda e o movimento sindical; os mesmos que contam, em seus próprios quadros, com inúmeros funcionários sem perspectivas profissionais, desanimados e distantes de compreender o papel social para a população pobre daquilo que produzem.
2. A defesa de serviços públicos com a máxima qualidade é, atualmente e cada vez mais, a defesa da sobrevivência e educação mínima de milhões de trabalhadores brasileiros e seus familiares. É preciso, portanto, como prioridade neste momento, articular projetos e programas de aproximação dos serviços oferecidos com as periferias das cidades, garantindo o diálogo com esta população excluída e a percepção da importância do serviço público para a sua própria sobrevivência. Dentro dos serviços públicos, lutar pelo resgate do papel social do trabalho público, a luta por carreira e profissionalização que apontem perspectivas de crescimento profissional, a garantia e a melhoria da qualidade do atendimento à população.

AGENDA POLÍTICA E REIVINDICAÇÕES

3. A contragosto das classes dominantes, os setores populares conseguiram introduzir apenas a questão de reforma agrária como parte da agenda política nacional, ao ser reconhecido como de interesse de amplos setores da população (afetados diretamente pela concentração da terra) - Questão explosiva como outras neste país de exclusões. Esse desempenho político atípico se deve à ampla articulação que existe em torno do tema sob a liderança do MST, que se mantém como organização com características de movimento de massas e uma estrutura de quadro.
 4. O movimento sindical cutista vive uma situação aparentemente contraditória. Por um lado, continua havendo ampla agitação entre os trabalhadores assalariados ainda que, em níveis inferiores aos da década passada. Mas por outro, essa mobilização nem se consegue assumir um caráter de reivindicações gerais.
 5. Para desfazer mitos sobre a suposta impossibilidade de organizar a luta dos trabalhadores por causa dos efeitos dispersivos que teria a nova exclusão de que são alvo, está o exemplo dos trabalhadores Sem Terra que desde apontada exclusão social dão exemplos de possibilidades e capacidades para a organização e ação reivindicativa e política
-

6. São experiências organizativas concretas as que moldam à classe trabalhadora, e não necessariamente as “condições subjetivas” de sua existência social as que determinam o alcance de sua organização e ação.
7. Neste sentido a crise política e orgânica que vive o movimento sindical cutista é um elemento que incide de forma ativa na conjuntura nacional aplainando o caminho para a ofensiva dos neoliberais.

UM NOVO REGIME POLÍTICO

8. Como em outros países sob a hegemonia neoliberal a tônica no Brasil é a confrontação com os setores populares que fazem mobilizações. A postura de FHC, agora frente ao MST sinaliza nesse sentido
9. Para tanto há todo um aparelhamento do Estado, para capacitar as Forças Armadas e as policiais para lidar com conflitos sociais - que voltam a ser enquadradas como questões de “segurança nacional”. O que é um claro retrocesso em termos da luta pela democratização e cidadania do país, no entanto, toda essa disposição conservadora, vem sacramentando pela legitimidade do mandato obtido nas urnas, etc.
10. O governo FHC está redesenhando o regime político saído do Congresso Constituinte de 1986-1988. A Constituição Federal incorporava contradições próprias do período de crise política na qual foi gestado. Já o regime político que está emergindo do governo FHC é caracterizado pelos pilares básicos do projeto autoritário-neoliberal.
11. São alguns de seus traços:
12. A crescente concentração de poder no Executivo Federal. A expressão mais evidente disso é o que o Executivo legisla através de Medidas Provisórias e o Congresso Nacional é apenas homologar - graças à capacidade do governo convencer parlamentares através de negociações.
13. Na votação da reeleição chegou a seu ponto mais alto o processo de dissolução do sistema de representação partidária. Com exceção do PT e do PC do B que se mantiveram coesos, os demais que haviam se declarado contrários às iniciativas do governo sofreram desgarramentos na base do “é dando que se recebe”.
14. Esse processo de concentração de poderes se espalha também no campo da política econômica. Por exemplo, o regime automotivo que beneficiou montadoras e acelerou o processo de desnacionalização e falências no setor de autopeças foi definido em reuniões fechadas entre montadoras multinacionais e os burocratas do governo.
15. A questão social eterniza-se numa questão de polícia, ou quando necessária até das Forças Armadas. Foi o caso dos conflitos de terra em 1995-96 e da greve dos petroleiros. Este fenômeno é decorrência de outro mais amplo. Sob a pressão dos EUA o governo brasileiro vem desenvolvendo iniciativa que mudam as funções das Forças Armadas sob o pretexto de auxiliar na luta contra o tráfico de drogas.
16. Os meios de comunicação de massas têm promovido uma imagem positiva de FHC e fazem em relação às “reformas necessárias”, isto é, as neoliberais. Isentam FHC das culpas em relação aos resultados adversos do seu projeto: aumento do desemprego,

crescimento da violência urbana, concentração da riqueza, etc. Frente a esse acúmulo político, a ampla frente conservadora não tem substituto para FHC e, por isso, sua reeleição e a pedra de toque para a continuidade do projeto neoliberal, reforçando assim, os traços autoritários do novo regime político que está sendo desenhado. O Brasil com FHC segue o caminho já trilhado pela Argentina de Menem, Peru de Fujimori e o México com o PRI.

Tese 8

Aprovada no Congresso Local do Sindipetro Cubatão, Santos e São Sebastião

ANÁLISES DE CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

A tese não apresenta questões relacionadas à Conjuntura Nacional e Internacional, tratando apenas de Sindicalismo e políticas específicas da categoria.

Tese 9

Sindipetros PA e AM

ANÁLISES DE CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

POR TERRA. EMPREGO, SALÁRIO E APOSENTADORIA!

CONSTRUIR A GREVE GERAL

1. FHC governa para o FMI, para banqueiros, grandes empresários e latifundiários. Depois de dar bilhões para banqueiros, através do Proer; pagar mais de R\$ 30 bilhões de juros e parcelas da Dívida externa e interna; entregar as empresas estatais aos monopólios privados; e propor aumentar os salários dos verdadeiros marajás: deputados, senadores e o do próprio FHC, esse governo diz que só pode “aumentar” em R\$ 8 reais o salário mínimo e que não tem dinheiro para fazer Reforma Agrária.
2. Além de massacrar trabalhadores sem terra, de jogar milhões no desemprego, FHC ainda quer acabar com a aposentadoria através da Reforma da Previdência; fazer a Reforma Administrativa, para demitir mais de 1 milhão de funcionários públicos (professores, médicos, enfermeiros, funcionários de escolas e universidades); vendeu a Vale do Rio Doce e pretender privatizar as demais estatais e atacar os direitos trabalhistas: acabar com a licença maternidade, com o 13º salário, rebaixar os salários e aumentar a jornada e o

ritmo de trabalho, através do contrato tempo rário e da flexibilização da jornada, dos bancos de horas, etc.

UNIR OS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

3. Mas a luta unificada dos trabalhadores da cidade e do campo e da juventude pode derrotar FHC e seu projeto neoliberal. Brasília mostrou o caminho. Mais de 60 mil trabalhadores tomaram a capital federal no dia 17 de abril. Os sem terras, com suas ocupações e sua marcha vitoriosa deram uma lição de luta. E os trabalhadores da cidade, a juventude, os aposentados, os índios e o movimento popular aos milhares juntaram-se a eles por: Reforma Agrária: contra o Desemprego; contra a Reforma Administrativa, contra a privatização da Vale; em defesa da Aposentadoria, do salário, dos direitos sociais, da Educação e da saúde.
4. Por um plano de lutas rumo à Greve Geral.
5. A manifestação de Brasília atordoou o governo, abriu a possibilidade de unificar as lutas dos trabalhadores num novo patamar, de tal modo que encurre FHC e seus aliados. O desafio do movimento sindical e da CUT é, ao lado do MST, da UNE e demais organizações do movimento popular, dar continuidade a grande mobilização de Brasília.
6. O CONFUP propõe e chama toda a direção da FUP e da CUT a apresentar um plano unificado de lutas, que incorpore o MST e a UNE, em direção à construção da Greve Geral. Desde já, devemos unir todas as correntes de esquerda da CUT para lutar por este plano e pela Greve Geral. Não podemos permitir que a CUT, mais uma vez, desperdice uma conjuntura que permite à classe trabalhadora colocar esse governo de banqueiros, grandes empresários e latifundiários contra parede.
7. E hora de construir a Greve Geral por Reforma Agrária, Redução da Jornada sem Redução dos Salários, defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, aumento geral dos salários e contra todas as Reformas de FHC.

Tese 10

Sindiquímica – Bahia

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

TESE Nº 001

1. Se entre o fim da 2ª guerra mundial e 1973, foi considerado a “idade de ouro” do sistema capitalista, onde houve o maior desenvolvimento econômico e também social no 1º mundo, este curto período histórico, foi apenas um exceção em 400 anos de capitalismo. Pois, este nunca esteve, não está e nem nunca estará preocupado com a questão social, mas apenas em ter o mais rápido e maior lucro possível.

2. Se os trabalhadores do 1º mundo, ainda têm um padrão de vida 10 a 15 vezes maior que o nosso, isto não caiu do céu, mas foi fruto de mais de 1000 anos de luta dos trabalhadores em seus sindicatos fortemente organizados.
3. Em torno de 1973, inicia-se uma crônica crise do capitalismo, onde as constantes quedas nas taxas de lucros, de produtividade e um grande acirramento da concorrência intercapitalista. Piorando mais ainda, com a criação da OPEP e quadruplicação do preço do petróleo, cujo os exportadores subdesenvolvido, tinham que defender seu “poder de troca”.
4. Esta crise ressuscita as idéias e políticas liberais, que foram locauteadas com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, gerando a depressão econômica dos anos 30 e, posteriormente, foi jogada na lona após 2 guerra, prevalecendo o Welfare State - Estado de bem- estar social nos países ricos.
5. Com uma denominação nova (Neoliberalismo) estas idéias políticas são incorporadas pelos governos M. Thatcher na Inglaterra e de R. Reagan nos E.U.A. eliminando várias conquistas históricas dos trabalhadores e preconizando ao máximo possível as relações de trabalho.
6. Apesar das políticas neoliberais pregarem no 1º mundo o Estado-Mínimo, sem intervir na economia e nas relações de trabalho, com total flexibilização e desregulamentação destas; desregulamentando o mercado e do sistema financeiro; talvez exceto na Ingla terra, E.U.A., nos demais países do 1º Mundo, muito pouco destas políticas foram implementadas. Na América Latina, onde o consenso de Washington impôs via F.M.I., B.M., B.I.D. e OM.C - Organização Mundial do Comércio -. não houve nenhum desenvolvimento econômico-social e sim desindustrialização nas 3 principais economias - Brasil, México, Argentina - paradoxalmente, onde o neoliberalismo não penetrou, foi onde houve o maior desenvolvimento econômico nos últimos 20 anos no caso dos “Tigres Asiáticos”.
7. Enquanto o welfare state primou por desenvolvimento econômico, também o social, já o neoliberalismo prioriza os “interesses do Mercado” versus os “Direitos Sociais”.
8. Como o seu objetivo maior é recuperar as antigas taxas de lucros, entendem que o caminho mais fácil é a crescente concentração das grandes empresas e grandes bancos, com plena globalização da indústria, mercados e sistema financeiro. Com isto, as 200 maiores empresas controlam 25% da atividade econômica mundial, empregando apenas 18,8 milhões de assalariados, ou seja, apenas 0,75% da mão-de- obra mundial.
9. Em contrapartida, temos um elevado processo de desindustrialização, cerca de 1 bilhão de desempregados ou subempregados, maior miséria no 3º mundo e reaparecimento da miséria nas capitais do 1º mundo.
10. Apesar de uma grande desindustrialização, cerca de 50% de redução de postos de trabalho, não houve queda na produção mundial e nem aumento de salários proporcionalmente aos ganhos de produtividade - se houvesse, os trabalhadores ainda empregados, teria maior poder de consumo e geraria novos postos de trabalho.
11. Contudo isto, apesar da diminuição drástica dos postos de trabalho, dos salários reais, das conquistas sociais, exceto os Tigres Asiáticos, não houve grande crescimento econômico. Todas as grandes economias ficaram muito distante das enormes taxas de crescimento

dos anos 50 e 60, patinando em torno de 3% . Por outro lado, houve um maior crescimento do comércio do que da produção e uma enorme financeirização do mercado. Onde o capital que gira na ciranda financeira é cerca de 23 vezes maior que o capital produtivo. Hoje circula cerca 1,5 trilhão de dólares ao dia no mercado.

12. Mesmo no 1º mundo hoje, caminha para ter cerca de 1/3 da sua população, sem poder consumir, por falta de poder aquisitivo. Como os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho e de consumo e a cada dia diminuindo o valor do salário desemprego - que antes era 70% do salário na ativa - pago pelo sistema de seguridade social; vão se organizar e reagirem contra o avanço do neoliberalismo? A melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores sempre dependeu e sempre dependerá do nível de mobilização e sua correlação de força em qualquer parte do mundo.
13. No caso do antigo 2º mundo - Ex. U.R.S.S. e países comunistas - ainda se encontram com muitas dificuldades após o desmoronamento do leste europeu.
14. Se nos países do leste europeu e na Rússia, o povo votou em massa, após a “queda” nos partidos neoliberais e contra os comunistas, pensando em melhorar seu padrão de vida, quebrou a cara.
15. Pois, se antes tinham habitação, saúde, educação e emprego garantido, mesmo com alguns racionamentos e cerceamento de algumas liberdades democráticas, com os neoliberais no poder, além de não conquistar as liberdades tão desejadas - circular, consumir coisas mais modernas e liberdades de expressões ainda perderam a liberdade de ter as necessidades básicas que durante 70 anos na Rússia e 45 no leste europeu tiveram.
16. Como prova disto, mesmo os E.U.A. injetando 10 bilhões de dólares na Rússia, para o governo ganhar as eleições contra os comunistas, não perdeu devido a fraude. Em vários países, os comunistas voltaram ao poder, via processo eleitoral.
17. Contudo, o processo político na Rússia é muito complicado. Por isto poucos capitalistas tiveram coragem de investir lá. Todo o patrimônio do Estado, em vez de democraticamente ser dividido com o povo que construiu nestes últimos 70 anos, foi confiscado, pelos mesmos burocratas que estavam no poder, de forma autoritária. Hoje existe uma verdadeira guerra entre as “gangues” que estão no poder; para ampliar sua fatia e grande parte do povo morrendo de fome.
18. Por isto é difícil prever se teremos uma saída democrática ou ditatorial no caso russo.
19. A China tem crescido muito ultimamente, é claro com grande interesse dos E.U.A. e todo seu apoio visando mais cedo ou mais tarde colher frutos geopolíticos. Infelizmente, o gigante comunista asiático continua sendo uma caixa de segredos para nós, que devemos conhecê-lo melhor a fim de não fazer juízo de valor do que não sabemos bem.
20. Contudo, quando ouvimos um empresário afirmar que um chinês trabalha por 20 ou 30 dólares ao mês é preciso ficar claro como isto funciona. Uma empresa capitalista faz uma sociedade com o estado chinês onde o lucro tem uma certa divisão. Os chineses têm suas necessidades básicas bancadas pelo estado, que entra com sua farta mão-de-obra e às vezes com matéria-prima, enquanto os empresários estrangeiros entram com seu capital. Se o empresário brasileiro bancasse aluguel, saúde, alimentação e educação para seu trabalhador e mais 20 ou 30 dólares, não seria muito melhor do que um salário mínimo de R\$ 112,00?

21. O caso cubano merece nossa total solidariedade. Pois, somente no ano passado voltou a produzir o mesmo que produzia em 1991, quando o corte abrupto da ajuda soviética derrubou o seu P.I.B. - produto interno bruto - em 37,5%. Podemos comparar Cuba à uma ilha de Itaparica ampliada, sem petróleo, sem grandes rios e sem madeira, e o que é pior, nos fundos do quintal dos E.U.A., que faz tudo para prejudicá-la.
22. Mesmo com todas estas carências energéticas, Cuba detém um padrão de saúde e de educação melhor do que os dos E.U.A., para o conjunto da população.
23. Cuba inovou na sua produção agrícola, onde tudo aquilo que o agricultor produzir acima da cota para o Estado, ele pode vender no mercado livre, inclusive para os turistas. Aqueles trabalhadores mais qualificados que estão desempregados podem abrir seu próprio negócio, pagando uma taxa anual. Porém, não pode assalariar ninguém, só trabalhando pessoas do núcleo familiar.
24. O maior problema cubano hoje é o insuportável e inaceitável bloqueio econômico imposto pelos E.U.A., que chega ao absurdo de ameaçar retaliar empresas estrangeiras que negociaram com Cuba. Precisamos lutar contra este bloqueio hediondo.
25. Acontecerá em Havana entre 03 e 09 de agosto de 1997 um Encontro Internacional sobre Globalização e Neoliberalismo e suas conseqüências para os trabalhadores. Trabalhadores e intelectuais de vários países estarão debatendo este processo e naturalmente os caminhos que tomaremos para enfrentá-lo. Será importante uma delegação baiana e quem sabe da nossa categoria, fazendo uma grande campanha de “Donativos” para nos solidarizarmos com as dificuldades dos cubanos.

CONJUNTURA BRASILEIRA

26. O governo F.H.C. e seus aliados, decidiram subordinar a economia brasileira à todas as imposições do Consenso de Washington. Se por um lado, fazendo isto, ele consegue atrair capitais externos para manter a falsa paridade real/dólar, por outro está torrando todo patrimônio brasileiro, que levamos 50 anos para construir. Entregou as grandes siderúrgicas, preparando o terreno para entregar a Petrobrás, Vale do Rio Doce, Telebrás e Eletrobrás, sendo todas altamente lucrativas e que poderiam fortalecer o Estado, para alavancar a economia.
27. Iniciou seu governo com uma dívida interna de 60 bilhões de dólares, que deverá chegar a 200 bilhões este ano. Assumiu compromisso de pagar cerca de 20 bilhões do serviço da dívida externa ao ano. Torrou cerca de 30 bilhões de dólares para salvar bancos falidos. Gastou alguns bilhões para comprar sua reeleição e fazer a “contra” - Reforma constitucional. Isto porque, 70% das nossas conquistas na constituição de 1988, sequer foram regulamentadas, e o próprio F.H.C., consignatário dela, além de não se referir a elas, ainda está financiando o corte de parte dos 50% que foi regulamentado.
28. Segue os mesmos caminhos neoliberais que quebrou o México - hoje 80% dos componentes da indústria automobilística mexicana vem do E.U.A.
29. A Argentina - que, antes de flexibilizar as relações de trabalho, tinham desemprego de 3,6% em 1990 e hoje tem 22% e, finalmente, parte do processo já que este país não privatizou sua mina e a indústria de cobre que é sua principal fonte de renda.

30. No Brasil, temos hoje cerca de 10 milhões de desempregados e uma altíssima taxa de rotatividade de 37%, que dificulta muito qualquer trabalho sindical de resistência. Contudo, precisamos conscientizar nossos trabalhadores que foram somente com as greves gerais na França, Argentina, Israel, Coréia, Alemanha e mesmo no Brasil, que se impediu um maior avanço do protesto neoliberal a mais tempo.
31. Recentemente, uma marcha de 400.000 trabalhadores sobre Roma, contra o desemprego e as políticas liberais. É bom lembrar que na Itália existe o desemprego que varia de 1 a 3 anos.

POLITICAS PUBLICAS

32. Em vez do governo F.H.C. implementar um conjunto de políticas públicas: seguridade social, educação, saúde e previdenciária; política industrial, ciências e tecnologias, qualificação profissional, emprego e renda e importação/exportação; política agrícola, reforma agrária, capacitação do camponês de como melhor usufruir da terra, preços mínimos, armazenamento e integração com a agroindústria; política tributária e fiscal, tributando as grandes propriedades e fortunas, pagando mais impostos os mais ricos, e como hoje, quem menos ganha são os que mais pagam impostos. Receita social baseada no faturamento e lucro e não mais sobre as folhas de salários; optou apenas por políticas compensatórias; comunidade solidária, algumas cestas básicas para alguns municípios miseráveis enquanto cerca de 33 milhões de brasileiros morrem de fome, enquanto o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de grãos do mundo.
33. Enquanto E.U.A., Japão e a Europa mantêm sua agricultura altamente subsidiada, o Brasil cortou subsídios dos pequenos e médios agricultores, beneficiando os grandes. Enquanto nos anos 70, investia cerca de 20 bilhões de dólares na agricultura, em 1996, foram apenas 5,2 bilhões. Isto contribuiu para aumentar o desemprego no campo, ampliar o êxodo rural e o inchaço nas grandes cidades, crescendo a miséria, marginalidade e a violência.

POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA

34. Pós anos 90, o Brasil não conseguiu mais sequer manter os níveis de emprego, que tínhamos até 1989. Temo um incremento de cerca de 1,5 milhões de novos trabalhadores chegando ao mercado de trabalho ao ano, sem novos empregos, existe um déficit hoje, e cerca de 10 milhões de desempregados no Brasil.
35. Por isto, precisamos mobilizar a sociedade para exigir do governo um programa de geração de emprego e renda, utilizando bem os recursos do F. A. T. - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Se o governo F.H.C. torrou quase 30 bilhões de reais para salvar banqueiros maus administradores, em vez de desregulamentar e flexibilizar a legislação trabalhista, deve investir alguns bilhões de reais para gerar empregos com boas condições de trabalho e não mais precário do que é, ainda hoje. Também é necessário atender todas as reivindicações do MST do departamento rural da CUT. já que o Brasil é um dos pouquíssimos países industrializados que não fez sua Reforma Agrária. Assentando o homem no campo, garantindo condições de trabalho, evitaremos o inchaço das grandes

idades, a marginalidade, a violência e garantiremos um melhor processo de distribuição de rendas.

Assina:

João Rocha - TIBRAS -
SINDIQUÍMICA/SUP

TESE N° 002

CARTA AO GOVERNO DA REPÚBLICA DA INDONÉSIA

1. Ao
2. Governo da República da Indonésia
3. Palácio do Governo
4. Jacarta - Indonésia
5. Exmo. Sr. Presidente da República
6. Atentos aos graves problemas enfrentados pelo povo do Timor-Leste, há mais de vinte anos submetido à dominação por parte do vosso país, vilipendiado pela mais violenta opressão e massacrado pelas prisões, pela tortura e pelos assassinatos em massa, nós, trabalhadores da indústria do petróleo e petroquímica do Brasil, na Bahia, reunidos no 1º Congresso Unificado da Categoria, em 16, 17 e 18 de maio de 1997, nos dirigimos a V. Exa. para manifestar a nossa indignação frente a tantas barbaridades do Governo da Indonésia e ao mesmo tempo declarar a nossa solidária riedade ao povo maubere, em luta pela sua independência e soberania.
7. Conclamamos o governo liderado por V. Exa. ao cumprimento das resoluções da ONU sobre a questão, à libertação de todos os presos políticos, em particular o líder da resistência leste-timorense, Xanana Gusmão, ao fim da tortura e acatar a proposta de negociação nas bases do Plano de Paz apresentado pelo Conselho Nacional de Resistência Maubere.
8. Cordialmente,
9. Mesa Diretora do 1º Congresso Unificado dos Petroquímicos e Petroleiros da Bahia.”
10. Encaminhar cópia desta carta para a Representação do Timor-Leste em Angola - Moçambique, através da embaixada de Angola no Brasil.

Assinam:

Antônio Barreto- FAFEN

Luís Carlos Santos - FAFEN

Iglésias - COPENE

Aílton Bonfim - FAFEN

Carlão - FAFEN

TESE N° 003

REALIDADE NACIONAL - MST

1. 4. Se existe uma realidade neste país como exemplo para toda classe trabalhadora, brasileira é o MST. O seu exemplo foi calcado na vontade de sobreviver com dignidade e trabalhar. A ação é resultado de tudo que pensam e necessitam para atingir seus objetivos.
2. No dia 17 de abril, o líder nacional do MST disse que só a solidariedade dos trabalhadores não era o suficiente, o ideal seria que cada categoria estivesse fazendo greve, em razão das dificuldades vividas pela classe trabalhadora, em função da política neoliberal. Por isto, propomos:
3. Seja elaborado um seminário com o MST, com o objetivo de ser passado os motivos, as dificuldades, organizações, coragem, que o fazem até dar a vida pela causa.
4. Trocar experiências.

Assinam:•

Jufran Guimarães - POLIALDEN

SINDIQUÍMICAJSUP

TESE N° 004

REALIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL

5. 2. Hoje existe uma realidade entreguista de FHC corrompido e comprado pelo consenso de Washington, tendo como propósito acabar com os movimentos organizados, entregar as riquezas brasileiras aos estrangeiros e rezar na cartilha do “Tio Sam”.
6. 3. A ordem dos países imperialistas é sucatear cada país de terceiro mundo e subjugar cada presidente. Isto vem acontecendo desde 1964 e é hora de darmos um basta neste jogo de cena da direita, sempre trocando as cartas e sem pre fazendo a mesma jogada, endividando cada vez a nação brasileira e aumentando a miséria do povo.
7. 4. Na perspectiva de uma candidatura de esquerda para disputar as eleições presidenciais de 1998, proponho que:
 - - Sejam formados comitês de formação popular.
 - - Sindicatos (dirigentes) esclarecerem a categoria que, após 33 anos, em 1998, teremos mais uma chance de conseguir mudanças de verdade,

- - Interagir com o MST discutindo os caminhos para esta nova realidade.

TESE N° 005

TESE GERAL SOBRE CONJUNTURA

1. *“Es bueno que analisemos cada vez mais que se pueda que significó ei pasado para el pueblo, y es bueno que cada vez que esternos delante de cual quier tipo de dificultad transitoria e che mos urna mina ai pasado y compare mos...”*
 2. *Ernesto ‘Che’ Guevara’*
3. Não poderíamos começar esta tese sobre a realidade nacional e internacional sem deixar de lembrar que em
4. 1997 estamos completando 80 anos da revolução social na Rússia e 30 anos de assassinato do maior exemplo do internacionalismo proletário, ERNESTO “CHE” GUEVARA.

REALIDADE INTERNACIONAL

5. Assistimos a nível internacional uma profunda mudança de período, Destaca-se o amadurecimento de um novo modelo da ordem social que, no entanto, enfrenta resistência dos trabalhadores e, ainda não conseguiu firmar-se quanto nova ordem mundial.
6. Existe uma imensa pressão para abdicação das políticas aplicadas desde o pós-guerra mundial até a crise de 1973, mas o receituário neoliberal aplicado sobretudo desde os anos 80 apenas pode comemorar poucos resultados positivos: destacando-se o controle da inflação. Não tem havido nem retomada consistente de crescimento econômico, nem muito menos de mercado de trabalho.
7. A falência dos regimes burocráticos do Leste Europeu e na ex-União Soviética, que oprimiam a classe trabalhadora se, por um lado, liberou o movimento socialista em nível internacional das pesadas cargas política e ideológica que significava essa opressão exercida em nome do socialismo, por outro, foi instrumentalizada pelos conservadores para questionar a viabilidade de uma alternativa ao capitalismo. Eufóricos proclamaram o “fim da história”. Mas, há um fio condutor entre o levante Zapatista no México e as greves na França, as lutas sindicais na Coreia e a luta dos Sem Terra no Brasil e por boa parte da América Latina, que indicam uma recusa em aceitar passivamente o horizonte que o neoliberalismo lhe oferece.
8. Como fim da “guerra fria”, sem as “ameaças e guiadas pelos interesses nos novos negócios, as classes dominantes têm atacado o Estado de Bem-Estar no Primeiro Mundo

e os embrionários serviços públicos e estrutura desenvolvimentista na América Latina, visando sua privatização. Dessa forma, no entanto, desfizeram as políticas de pacto social que deram estabilidade aos regimes em inúmeros países e sobre as quais ergueram-se poderosas máquinas sindicais burocratizadas, com o objetivo de disciplinar os trabalhadores, reforçando tendências sempre presentes no meio sindical de aceitação das relações capitalistas de produção - o regime de trabalho assalariado - não só como o marco, mas também como o horizonte no qual deve se dar a ação sindical.

9. O taylorismo-fordismo vem sendo questionado desde os anos 70, por sua incapacidade de responder aos desafios de um acirramento da concorrência num cenário onde se pode esperar altas taxas de crescimento. O toyotismo tem se mostrado incapaz de ser uma alternativa eficaz, ao ponto que, por exemplo, até no Japão está sendo questionado o “trabalho vitalício”, um dos alicerces fundamentais para a eficaz cooptação de trabalhadores. Sem as promessas universalizantes originárias, o mun do capital e o neoliberalismo ficam reduzidos a aumentos da taxa de exploração do trabalho, gestando um cenário onde destaca-se: o aumento da instabilidade no emprego e o desemprego estrutural; o avanço das formas de trabalho precário (terceirização); mudanças no trabalho com o fim de profissões tradicionais e o surgimento da polivalência; mudanças na localização das empresas através da “interiorização” e da busca de “terrenos virgens” em termos de experiência sindical, atraídas também pelas vantagens de todo tipo oferecidas pelos governos locais; mudanças nas dimensões das em presas, devido aos processos de focalização e integração da produção. Ao invés da prometida paz social, temos o fantasma do recrudescimento da luta de classes como floco i em l Angeles, Buenos Aires, e, mais recentemente, aqui no Brasil, com a grande marcha dos Sem Terra à Brasília, que na verdade se transformou numa grande manifestação em todo o país - a aliança camponesa e operária - contra o governo FHC.
10. Os anos 90, em contraste com os anos 70, apresentam um panorama político institucional que foi comemorado como avanço das democracias formais em todo o Ocidente (incluindo a ex-URSS e o Leste Europeu). Em quase todos os países foram renovados os governos através de eleições. Em geral, diminuíram de forma drástica as limitações aos direitos de organização política e informação. No entanto, esse período de “democratização” coincidiu com o aumento acelerado da desigualdade na distribuição de renda. Consolidou-se uma prática onde a mudança de governo não significa mudanças nos rumos da sociedade. Construíram-se sistemas políticos onde as eleições são pouco mais que simulacro de soberania popular. Onde as verdadeiras instâncias de poder passam ao largo das instituições formais.
11. O clima político e intelectual atual é diferente ao do começo da década. As classes dominantes perderam boa parte de sua euforia com o programa neoliberal, mas não o abandonaram: sob o manto ideológico da globalização desenvolve-se um protecionismo de novo tipo, do qual não conseguem participar os países dependentes, como o Brasil; o estado foi retirado de inúmeros setores através das privatizações, mas tem um papel chave na valorização do capital - incapazes de valorizar-se na produção - ajudando a gerar grandes déficits nas finanças públicas; prometeram recuperar o emprego, mas as altas taxas-de desemprego e exclusão aumentam. Ou então, substituíram aquela promessa por flagelo - distribuir a mesma massa salarial entre um número de trabalhadores através

de diversas formas de trabalho precário, que reforçam a desigualdade na distribuição de renda.

12. A esta altura os conservadores já não prometem nenhum paraíso, apenas afirmam que a deles é a única alternativa. Buscam firmar seu ideário como um “pensamento único”. O fazem no vácuo provocado pela ilegitimidade da alternativa fracassada do “socialismo real” e pelo fato que a social-democracia no Primeiro Mundo e aos antigos nacionalistas da América Latina assumiram nos anos 80 programas similares aos neoliberais.
13. Há também o impacto que as medidas aplicadas pelo capital desde os anos 70 têm tido sobre o perfil da classe trabalhadora. O aumento do setor terciário e a participação das mulheres no mercado de trabalho, uma maior dispersão geográfica e em unidades empresariais menores, a precarização do trabalho e o aumento do desemprego, os métodos gerenciais que visam ativamente a cooptação político-ideológica dos trabalhadores, criam novos desafios para a organização sindical e política da classe trabalhadora. Mas se é verdade que debilitam as antigas bases de atuação, não impedem a construção de novas bases. Para tanto, deve-se desvencilhar do peso das burocracias construídas sob os alicerces que foram postos na fase anterior.
14. O fim da ex-URSS liquidou o mundo bipolar, mas significou a instauração dos EUA no cenário mundial, com a autorização (ou não) da ONU para intervir em todo o globo.
15. O mundo que emergiu das transformações comandadas pela burguesia internacional desde os anos 70 é mais instável, mais injusto e mais desigual. E também um mundo insustentável, tanto nos aspectos sociais como ambientais. Em relação ao meio ambiente, em pese várias iniciativas próprias da burguesia como políticas de controle ambiental, ISO 14.000, a aplicação, em alguns países, da Agenda 21 não se tem conseguido mudar significativamente os impactos da crise ambiental global e, às vésperas do próximo milênio, o quadro de depredação do planeta é alarmante.
16. No novo contexto, os EUA precisam legitimar um poder de intervenção político-militar unilateral e imperial. Esse direito autoconcebido chegou a seu ponto mais alto com as recentes medidas dos EUA em relação à CUBA, permitindo ações judiciais que têm aplicação extraterritorial e reforçando o bloqueio em condições cada vez mais duras.

REALIDADE NACIONAL

17. A conjuntura nacional não pode ser entendida sem o Plano Real e, este, sem uma mudança no cenário econômico internacional. Se a década de 80 foi marcada pela crise da dívida externa, os anos 90 estão caracterizados pelo afluxo de capitais internacionais aos mercados financeiros latino-americanos, o Brasil incluído. Este dado novo permitiu às classes dominantes, por um lado, minimizar o problema da dívida externa (já que haveria agora dívidas suficientes para sua rolagem) e, por outro lado, a implementação de planos antiinflacionários ancorados no dólar. Estes planos têm tido um grande êxito na contenção dos processos inflacionários, mas ao custo de aumentar o déficit nas contas internas e externas dos países, provocando o desmanche de setores inteiros da economia, fazendo crescer assustadoramente as taxas de desemprego e de precarização do trabalho, aumentando a exclusão social, entre outros resultados perversos. Para financiar; têm se

visto abnegados a pagar taxas de juros e a fazer privatizações selvagens, de forma a que o capital especulativo continue ingressando no país.

18. Em torno da candidatura FHC do Plano Real, conformou-se o mais amplo leque político conservador desde o início da ditadura. A vitória de FHC abriu uma nova etapa política. Agora, além do consenso neoliberal entre diversos setores das classes dominantes, há uma força política que está se capacitando para implementá-lo - vale ressaltar que a aprovação da reeleição, por parte do Congresso Nacional, faz parte do plano de continuidade dessa política. Paralelamente, os setores democrático-populares que em 1989 tinham perdido por estreita margem a eleição presidencial e que em 1992 acumularam novas energias com o processo contra o ex-presidente Collor, hoje, não se apresentam como alternativa, acuados programaticamente e sem capacidade política organizativa para mobilizar sua base.
19. A agenda neoliberal desprezou o antigo rol de questões colocadas nos anos 80. A abertura às importações, privatizações e flexibilização trabalhista, tendem a fazer parte do senso comum das pessoas.
20. Desde 1994 até aqui, os trabalhadores brasileiros tiveram seus direitos restringidos, seus salários ainda mais archoados, milhões de postos de trabalho desativados. Construíram e realizaram um número significativamente menor de greves e de lutas em relação ao período anterior. É a dura realidade de um balanço sincero.
21. A CUT e seus sindicatos filiados perderam a credibilidade no seio da classe trabalhadora e não conseguiu opor, com firmeza, resistência aos avanços do neoliberalismo, por conta de vacilações entre posições de combate e de conciliação. A tática das “reformas populares” mostrou-se falida e inócua, já que seu encaminhamento prático foi uma contraposição a política de resistência e uma tentativa de abandono de eixo “Contra as reformas neoliberais de FHC”. Isso em um momento em que o governo FHC recusava discutir qualquer reforma que não fosse dentro de sua ótica e programa neoliberais. É inegável o equívoco. Propor reformas populares, sem mobilização, abrindo mão de quase tudo, na primeira rodada de negociação, nos trouxeram uma grande ilusão. Não serviu para nada.
22. Desde a introdução do neoliberalismo, enquanto programa de governo no Brasil, com Collor, em 1990, a direção majoritária da CUT foi ao “entendimento nacional”, resistiu ao “Fora Collor”, errou compulsivamente no episódio da Reforma da Previdência, abrindo a guarda da classe trabalhadora para FHC bater. No episódio das negociações da previdência foram cometidos, pelos negociadores da CUT, erros de ordem estratégica, tática, de método e de mérito.
23. Desde a fracassada tentativa de revisão constitucional, em 1993, o tema da previdência social foi eleito como carro-chefe de nosso movimento de resistência. Em 1995, o movimento social, principalmente composto por estudantes, trabalhadores e aposentados, fez com que FHC recuasse na sua tentativa de reforma sobre o tema. Era a reforma de maior apelo popular. Sob o ponto de vista da resistência ao avanço das reformas, tinha caráter estratégico.
24. Fechar qualquer acordo sobre a previdência sem sequer botar o “time em campo”, demonstrou precipitação, um grave erro tático, pois o governo não tinha maioria para, em um ano eleitoral, aprovar com facilidade matéria de cunho tão sabidamente antipopular.

Concordar com a mudança, no texto da lei, de “tempo de serviço” para “tempo de contribuição”, sem uma decisão formal de qualquer instância da CUT, significou desrespeitar a principal definição da nossa Central sobre o assunto, atender à principal proposta do governo, reduzir o direito histórico dos trabalhadores e ferir gravemente a democracia interna. A mudança conceitual de “tempo de serviço” para “tempo de contribuição” significa a introdução de um conceito neoliberal de seguridade social, na medida em que rompe com a idéia atual de solidarismo na qual “trabalhou, se aposenta” para “contribuiu, pede se aposentar” se provar e se der tempo. O conceito de “contribuição” facilita a posterior privatização do sistema previdenciário. Este caminho foi trilhado no Chile, México e Argentina.

25. A aprovação da reeleição - mecanismo que favorece especialmente a candidatura de FHC, revela o consenso existente entre as classes dominantes em seguir com a política do capital financeiro que ordena os atuais mecanismos da estabilização monetária atual e empobrece a maioria do povo. O governo agora se prepara para efetivar de uma vez por todas as suas “reformas”: Previdência e Administrativa e consumir outras tantas privatizações - Vale do Rio Doce, TELEBRAS...
26. Num quadro de crescente desemprego e subemprego, a única alternativa restante de busca de saúde, educação e outros serviços para milhões de trabalhadores, acaba sendo o acesso aos Serviços públicos. Os mesmos, desmontados e sucateados ao longo dos anos pelos governos federal, estaduais e municipais; os mesmos criticados pela maioria da população brasileira, aí incluída a esquerda e o movimento sindical; os mesmos que contam, em seus próprios quadros, com inúmeros funcionários sem perspectivas profissionais, desanimados e distantes de compreender o papel social para a população pobre daquilo que produzem.
27. A defesa dos serviços públicos com a máxima qualidade é, atualmente e cada vez mais, a defesa da sobrevivência e de educação mínima para milhões de trabalhadores brasileiros e seus familiares. É preciso, portanto, como prioridade neste debate, articular projetos e programas de aproximação dos serviços oferecidos com as periferias das cidades, garantindo o diálogo com esta população excluída e a percepção da importância do serviço público para sua própria sobrevivência. Dentro dos serviços públicos, lutar pelo resgate do papel social do trabalhador público, a luta por carreira e profissionalização que apontem perspectivas de crescimento profissional, a garantia e a melhoria da qualidade do atendimento à população.
28. A contragosto da classe dominante, os setores populares conseguiram introduzir apenas a questão da reforma agrária como parte da agenda política nacional, ao ser reconhecida como interesse de amplos setores da população (afetados diretamente pela concentração da terra). Questão explosiva como outras neste país de exclusões esse desempenho político atípico se deve à ampla articulação que existe em torno do tema sob a liderança do MST, que se mantém como organização com características de movimento de massas e uma estrutura de quadros.
29. O movimento sindical cutista vive uma situação aparentemente contraditória. Por um lado, continua havendo ampla agitação entre os trabalhadores assalariados, ainda que em níveis inferiores aos da década passada. Mas, por outro lado, essa mobilização nem se unifica e nem consegue assumir um caráter de reivindicações gerais. Para se desfazer

mitos sobre a suposta impossibilidade de organizar a luta dos trabalhadores assalariados por causa dos efeitos dispersivos que teria a nova exclusão de que são alvos, está o exemplo dos trabalhadores Sem Terra, que desde a “ponta” da exclusão social dão exemplos de possibilidades e capacidades para a organização e ação reivindicativa e política. São experiências organizativas concretas que moldam a classe trabalhadora, e não necessariamente as “condições subjetivas” de sua existência social as que determinam o alcance de sua organização e ação.

RESISTÊNCIA AGRESSIVA CONTRA A AÇÃO NEOLIBERAL

30. O cenário que se apresenta para os trabalhadores é, portanto, de resistência, porém esta deve assumir um novo caráter que pretendemos agressiva, superando o perfil defensivo que tem marcado a atuação do movimento social - exceção do MST - no último período. A resistência agressiva não se confunde com a “resistência propositiva” que dominou parte da esquerda até agora; trata-se de uma linha de denúncia do capital financeiro que comanda os destinos da nação e que leva o país para uma situação de maior dependência e subordinação ao imperialismo e grande miséria do nosso povo, e de ação prática combativa.
31. Considerando a importância dos meios de comunicação e seu servilismo à política de FHC, é necessário desenvolver iniciativas mais ousadas de comunicação, entre as quais deve ganhar destaque às rádios comunitárias e apoiar outra que venha a surgir. As administrações de esquerda, os sindicatos, a CUT e as outras organizações populares são elementos decisivos neste combate.
32. As mudanças constitucionais impulsionadas pelas classes dominantes através do governo FHC, revelam, também, que a burguesia necessita de amplos poderes para implementar a política que abraçou tornando o regime ainda mais restritivo e sugerindo um país sem leis para governar. Nesta perspectiva, torna-se importante desenvolver uma ampla campanha contra a privatização da Vale do Rio Doce que, hoje, transformou-se em um símbolo de entreguismo das classes dominantes e, por outro lado, de soberania nacional.
33. A experiência latino-americana mostra que o projeto neoliberal não consegue estabilizar a dominação política das classes dominantes. Sua força reside, por um lado, na capacidade de desestruturar antigos sujeitos políticos do campo democrático-popular, e por outro lado, no vácuo pela ausência de um projeto alternativo. Por isso, passado o primeiro impacto, as lutas sociais e a instabilidade política retomam o centro do cenário político como mostram os exemplos de México, Argentina, Peru, Chile, Venezuela, Paraguai, Equador e o próprio Brasil. Como nos anos 80, o que está em debate é a saída da crise. Mas, diferentemente daquele período, agora, a iniciativa está inteiramente com a burguesia, a partir de uma correlação de forças que lhe é amplamente favorável. A estratégia do movimento sindical deve combinar resistência ao projeto neoliberal e construção de um projeto alternativo deste campanha popular.

Assinam:

Robson - POLIBRASIL

Aristides - POLIALDEN

João Dantas - COPENE
Carlos Alberto - BASF
Luís Carlos - FAFEN
Eduardo Pipoca - FAFEN
Nogueira - BRASTERMINAIS
Andrade - FAFEN
Osmário - TEQUIMAR
Macedo - TEQUIMAR
Afonso - RLAM
Edson Boquinha - APOSENTADO
Fonseca - APOSENTADO
Gutierrez - DEDITIDO POLITICO
Luís Aboim - RLAM
Luís Carlos - APOSENTADO
Nelson Araújo - DEDITIDO POLÍTICO
Pedrão - APOSENTADO
Seara - APOSENTADO
Sheila - RLAM
Vitorino - RLAM
SINDIQUÍMICA/SUP

Tese 11

5º Congresso dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás AL e SE

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

CONTRA AS REFORMAS DE FHC, POR TERRA, EMPREGO, SALÁRIO E APOSENTADORIA!

CONSTRUIR A GREVE GERAL

1. FHC governa para FMI, banqueiros, grandes empresários e latifundiários. Depois de dar bilhões para banqueiros, através do Proer; pagar mais de R\$ 30 bilhões de juros e parcelas da Dívida externa e interna; entregar as empresas estatais aos monopólios privados; e pro por aumentar os salários dos verdadeiros marajás: deputados, senadores e o do próprio FHC, esse governo diz que só poderá repor” em R\$ 8 reais o salário mínimo e que não tem dinheiro para fazer Reforma Agrária.
2. Além de massacrar trabalhadores sem terra, de jogar milhões no desemprego, FHC ainda quer acabar com a aposentadoria, através da Reforma da Previdência; fazer a Reforma Administrativa, para demitir mais de 1 milhão de funcionários públicos (professores, médicos, enfermeiros, funcionários de escolas e universidades); entregou a Vale do Rio Doce e pretender privatizar as demais estatais e atacar os direitos trabalhistas: acabar com a licença maternidade, com o 13º salário, rebaixar os salários e aumentar a jornada e o ritmo de trabalho, a flexibilização da jornada, dos bancos de horas etc.

UNIR OS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

3. Mas a luta unificada dos trabalhadores da cidade e do campo e da juventude pode derrotar FHC e seu projeto neoliberal. Brasília mostrou o caminho. Mais de 60 mil trabalhadores tomaram a capital federal no dia 17 de abril. Os sem terras, com suas ocupações e sua marcha vitoriosa deram uma lição de luta. E os trabalhadores da cidade, a juventude, os aposentados, os índios e o movimento popular juntaram-se a eles, aos milhares por: Refonna Agrária; contra o Desemprego; contra a Reforma Administrativa, contra a privatização da Vale ; em defesa da Aposentadoria, do salário, dos direitos sociais, da Educação e da saúde.

A GLOBALIZAÇÃO, UM MAU PARA OS TRABALHADORES

4. O Governo dos EUA e o FMI, di zem que as economias nacionais devem ajustar-se a globalização para chegar ao “primeiro mundo”.
5. Nas empresas, os patrões dizem que é necessário o contrato temporário, a flexibilização da jornada e o arrocho nos salários para adequar as empresas à globalização.
6. O governo FHC, representante dos grandes empresários e latifúndio, aplica a cartilha do FMI para adequar o país aos novos tempos.
7. Por trás deste falatório de modernidade se esconde a verdadeira face da globalização: aumento da exploração dos trabalhadores em todo planeta e uma submissão maior dos países dependente ao imperialismo.
8. O aumento da produção, seja pela incorporação de uma nova máquina ou pela utilização de trabalho escravo, é facilitado pela liberdade do capital para deslocar produção de um país para ou tro em função da diminuição dos custos ou de ocupar mercado.

9. O significado da “globalização é a liberdade para as grandes empresas explorar o proletariado em nível “global” e o resultado é que os 447 bilionários do mundo têm uma renda superior à metade da população do planeta.
10. A mídia esconde, como sempre, ser essa política de globalização a real causadora do aumento do índice de suicídio entre os trabalhadores, da exploração, da prostituição infantil e da violência como um todo.
11. Frente a essa nova realidade, o movimento sindical cutista está diante de duas alternativas: adaptar-se à globalização, tentando “democratizá-la”, como propõe a Articulação Sindical, através do combate aos “efeitos negativos” ou afirmar a luta contra a globalização e pelo socialismo como uma necessidade dos trabalhadores contra a miséria imposta pelo capitalismo.
12. A opção por uma destas duas estratégias determinará a política da direção da central, A Articulação Sindical defende que a CUT apresente um projeto que desenvolva o capitalismo no Brasil para gerar emprego e distribuir renda.
13. Nós delegados deste CONFUP afirmamos que não há nenhuma possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil que garanta bem estar ao trabalhador.
14. O lucro é a razão de ser do capitalismo, a luta por salário, emprego e terra, esbarra no lucro da patronal que a Articulação não está disposta a questionar. O exemplo maior foi a câmara setorial do AFC em que o acordo com as montadoras resultou no desemprego para os metalúrgicos e no aumento dos lucros para a patronal.
15. Em 1990 Brasil recebeu 14,7 bilhões de dólares de “investimentos” externos e o impacto sobre o nível de emprego foi nulo.
16. Não há como evitar as consequências da implantação do projeto neoliberal no país a não ser derrotando-o em sua globalidade.
17. Acordos pontuais no marco deste projeto não passarão de simples efeitos utilizados pelo governo para legitimá-lo.
18. A luta operária e popular é a saída para a situação atual, neste sentido o MST tem sido um exemplo para o conjunto dos trabalhadores. Somente a mobilização e a unidade dos trabalhadores terá força para virar a mesa.

POR UMA FRENTE CLASSISTA CONTRA OS PATRÕES E O GOVERNO

19. A tendência geral do capitalismo no Brasil, com a globalização, é aumentar a subordinação do país aos interesses das multinacionais e dos banqueiros internacionais. A grande burguesia brasileira e FHC estão juntos neste projeto.
20. Portanto, não há qualquer perspectiva de melhorar a vida dos trabalhadores aliando-se com os patrões, como propõe a Articulação Sindical, na tal “Frente pela Cidadania”. Ou, por acaso, Itamar Franco, responsável pela privatização da Embraer e pela assinatura de acordo com os petroleiros que não foram cumpridos, estará a favor de lutar pelos interesses dos trabalhadores?

21. As Eleições Gerais que ocorrerão em 98, para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais têm importância fundamental na política nacional e serão plebiscitárias sobre a política neoliberal.
22. Desde já a FUP, a CUT e os diversos setores do movimento popular deverá abrir uma Campanha Nacional contra o voto aos partidos que dão sustentação ao Governo FHC (PSDB, PFL, PMDB, PPB, PTB, PL, PSB, PV, PT etc).
23. Apesar de entendermos não ser esse Congresso legítimo para executar reformas na Constituição, devemos denunciar todos os parlamentares que votaram a favor da Reeleição, da Regulamentação do Setor Petróleo, da Reforma Administrativa, com cartazes, manifestos, boletins etc.
24. A tarefa da FUP e da CUT é reafirmar os interesses dos trabalhadores contra os patrões e não legitimar a exploração capitalista.
25. A aliança que devemos construir é a Frente Classista que unifique os trabalhadores da cidade e do campo para derrotar o projeto neoliberal.
 - Todo apoio às ocupações e a Reforma Agrária;
 - Redução da jornada sem redução dos salários, não ao Banco de horas e as Horas Extras;
 - Contra o turno fixo, em defesa das 6 horas para o regime de turnos, definida na Constituição de 88;
 - Contra o Arrocho Salarial;
 - Abaixo as Reformas Administrativas e da Previdência;
 - Não às Privatizações;
 - Contra Regulamentação do Setor Petróleo e a Defesa da Petrobrás como patrimônio público;
 - Não pagamento da Dívida Externa;
 - Por um Governo dos Trabalhadores;

Tese 12

Sindipetro – NF

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Fácil é escrever como gostaríamos que fosse a realidade. Penoso é escrever a realidade que não gostamos. O capitalismo anos 90 sobrevive, se supera e renova as formas de manter a velha exploração sobre o trabalho. A queda do bloco soviético no final da

década de 80 e a adesão da China à economia de mercado deram novo ânimo ao capitalismo internacional. O fenômeno conhecido como globalização tem sido uma via de mão única e propaganda para impor necessidades aos países periféricos, levando-os a aderirem à nova ordem econômica mundial, exposta nas rodadas de negociações do Gati e da sua substituta, a Organização Mundial de Comércio (OMC).

2. Na verdade, a chamada globalização não afetou os países hegemônicos, que se permitem algumas práticas protecionistas - que condenam nos países menos desenvolvidos - para salvaguardar interesses de alguns de seus setores sociais. Por um lado, enquanto se induz os países dependentes à OMC e seus acordos, por outro lado se esvazia a Organização Internacional do Trabalho (OIT) como fórum regulador da necessária contrapartida por parte de trabalho à internacionalização da economia, com a universalização direitos trabalhistas mínimos nas ditas "Cláusulas Sociais".
3. O significado prático disso é a expansão em dimensões inéditas das empresas transnacionais e do capital financeiro especulativo. Para pegar carona
4. E nessa onda gigantesca, as elites dominantes de muitos países promovem programas de privatização de estatais, conjugado com flexibilização ou precarização de suas legislações trabalhistas, reduzindo o custo da mão-de-obra e tornando os produtos de suas empresas competitivos. Isso se verifica, de forma mais intensa, no Sudeste Asiático, mas tem exemplos importantes na Espanha e Argentina, sendo de fato uma tendência mundial.
5. Esse quadro se completa com elevadas taxas de desemprego verificadas nas regiões do mundo com alta densidade de industrialização, que vai da Europa (taxa média de desemprego em torno de 12%) à América Latina (Argentina com 17% e Brasil com 15% de desemprego), sendo ainda de pouca intensidade nos EUA (de 7% na década de 80 para 6% de desemprego na década de 90) e Japão (2,5% de desemprego na década de 80 para 3,5% na década de 90). Ainda merece destaque o crescimento brutal na última década do conhecido "trabalho informal", que no Brasil chega a 50% da População Economicamente Ativa (PEA).
6. O reflexo político dessas transformações, e suas conseqüências - estagnação econômica e alto desemprego - iniciadas na década de 70, com a dupla Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA), e que se estendeu mundo afora na avalanche de governos com projetos neoliberais, é o atual retorno de coalizões de esquerda sociais-democratas, socialistas, comunistas, trabalhistas e outros - aos governos de países europeus. Isso se verifica na Itália, Inglaterra e França, bem como em alguns países do leste europeu.
7. Há, portanto, na dinâmica lenta de transmissão política do primeiro para o terceiro mundo, um processo de acomodação em curso. Nem neoliberalismo, nem estado de bem-estar social, mas algo entre esses dois modelos - e não extremos - nos levando a crer que a amplitude das transformações econômicas, políticas e sociais vai se reduzindo com o passar da história, tendendo a um ponto de equilíbrio entre o politicamente possível e o socialmente tolerável. Isso tem reduzido, consideravelmente, o espaço do movimento sindical mundial. Taxas de sindicalização decrescente - é a defesa do socialismo como modelo democrático de organização da sociedade.
8. O projeto econômico e político da década de 50 - Nacional Desenvolvimentista - deixou de atender às crescentes demandas sociais brasileiras. Sua crise de 80 leva à democratização do regime totalitário militar das décadas anteriores e tem seu fim nas

- eleições presidenciais de 89. Naquele episódio, o projeto neoliberal foi aplicado ao país pelo governo do candidato vitorioso, Fernando Collor de Melo. Embora destituído por um “impeachment”, Collor foi substituído pelo seu Vice, Itamar Franco, que exerceu um mandato de transição enquanto construía a candidatura de FHC. O ambiente hiperinflacionário permitido no período Itamar criou ambiente favorável a um plano econômico de estabilização de duplo objetivo: manter o governo, ganhando as eleições de 94, e preparar o Brasil para a sua inserção no mercado globalizado.
9. Nessa conjuntura, o Programa Nacional de Desestatização, gestado no governo Collor, hibernado no inverno do “impeachment” Itamar, volta a todo vapor na primavera neoliberal de FHC. Além disso, o governo FHC ataca direitos trabalhistas, previdenciários e políticos, este último na aprovação de uma emenda Constitucional para sua própria reeleição. Configura-se, assim, um cenário de aliança entre o capital internacional, as classes dominantes e os interesses pessoais do sociólogo presidente. Tal aliança visa oferecer setores econômicos para a exploração da iniciativa privada, transferir patrimônio público e evitar a ascensão de um projeto democrático e popular, que nas duas eleições pós-governo militar, estiveram em disputa direta com os candidatos neoliberais.
 10. O custo social de tal projeto apresenta sua conta. Setores industriais brasileiros não têm conseguido enfrentar a abertura desenfreada do mercado interno aos produtos internacionais, gerando resistências localizadas. O aumento brutal da exclusão social, quer seja a do desemprego aberto ou a do mercado informal, tem gerado grande aumento da violência urbana, rural e da própria polícia militar, essa como aparato repressor dos serviços dos governos estaduais do PSDB. A violência no campo, por sua vez, é resultado da impulsão nesta década de 90 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), multiplica as invasões de ocupações de latifúndios por todo o país, provocando reações violentas de proprietários, posseiros, grileiros e das polícias militares estaduais. A década de 90 é marcada também por grandes massacres de Sem Terra e milhares de outros assassinatos nos campos. O MST goza de grande simpatia da opinião pública e recebe solidariedade internacional, tornando explícita a brutal concentração de renda e riquezas no Brasil de FHC.
 11. Na esfera industrial, a política de arrocho salarial do governo FHC leva diversas categorias à greve, todas reprimidas pelo braço político do governo, os Tribunais da Justiça do Trabalho. A greve de maior notoriedade contra o governo FHC foi realizada pelos petroleiros em 1995, com duração de 30 dias e desdobramentos dramáticos na economia nacional e na ordem social. Essa greve foi violentamente reprimida e uma intervenção sindical foi patrocinada por FHC, fato que levou a OIT a condenar o governo brasileiro pelas multas impostas aos sindicatos de petroleiros. Tais multas mantêm, até hoje, o movimento sindical petroleiro em difícil situação. As demais categorias se viram, por conta do episódio, em uma nova realidade, agravada pelas baixas taxas de inflação que retiraram o sentido motor das reivindicações salariais.

Resoluções

Sindicalismo e Ação Sindical

Sindicato Orgânico

1. Defendemos que a CUT não implemente tal modelo de sindicalismo enquanto os trabalhadores não debatam o assunto, em todos o país, nas suas bases. Que a CUT, a nível nacional e através das CUT's estaduais, iniciem este debate nas bases. Em nossa categoria, devemos abrir esse debate, sobre Sindicato Orgânico, para que o conjunto dos petroleiroS possa conhecer tal proposta.

Estrutura Sindical

Foram aprovadas as seguintes propostas:

2. A FUP/CNQ deverão promover o processo de contatos para aproximação e discussão sobre o ramo químico entre os sindicatos de Petróleo Químico/Petroquímicos em cada Estado e Região;
3. Até dezembro de 97 a CNQ e a FUP deverão promover um Seminário Nacional entre as direções e representantes das bases para discutir a estrutura do ramo;
4. Que a CUT convoque os sindicatos que tenham Campanhas no segundo semestre para a unificação das lutas.

Calendário de lutas

5. Datas importantes:

- **27 de junho** – Dia Internacional de Luta Contra as Práticas Insustentáveis no Trabalho
- **25 de julho** – Dia Nacional dos Trabalhadores Rurais
- **16 de agosto** – Dia Nacional em Defesa da Vida e Melhores Condições de Trabalho – lançar um Jornal Nacional sobre os 13 anos do Acidente de Enchova e todas as vítimas de Acidente de Trabalho
- **27 de agosto** – Audiência com apresentação de vídeo no Rio de Janeiro
- **16 de setembro** – Dia Nacional de Solidariedade
Pela libertação de José Rainha e em defesa do MST

Ação Sindical

6. Campanha conjunta com as demais categorias:

7. Redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem redução de direitos;
8. Reforma Agrária;
9. Extensão, a nível nacional, das melhores conquistas de cada categoria;
10. Todo apoio às ocupações e à Reforma Agrária;
11. Contra as reformas na Previdência e Administrativa;
12. Não pagamento da Dívida Externa;
13. Defesa da Organização Sindical;
14. Discutir participação no Ato chamado pela CUT/MST a ser realizado em 25/07/97 (Dia do Trabalhador Rural).
15. Se integrar na mobilização dos companheiros da Odebrecht que estarão em vigília no dia 26/06, na portaria da companhia.

Campanha Petroleiros e Petroquímicos

16. O 3º CONFUP delibera por uma campanha pela absolvição do companheiro Zé Rainha do MST. Que a campanha seja encaminhada pela CUT, MST e partidos políticos, com:
 - carta-denúncia;
 - abaixo-assinado;
 - apoio às ocupações pela Reforma Agrária
 - no dia da apreciação do recurso judicial – Dia Nacional de Luta com vigílias, assembléias e passeatas
17. O 3º CONFUP delibera elaborar uma carta-denúncia, em forma de abaixo-assinado pelos delegados, denunciando à sociedade e aos órgãos competentes a prática sistemática de coações de constrangimentos que a Gerência da Petrobrás em todos os seus níveis, tem imposto aos trabalhadores, obrigando-os, mediante graves ameaças, a desistirem dos processos judiciais contra a citada empresa.
18. A FUP deverá levar à CNQ, à CUT e a outras entidades a proposta de organização de uma ampla campanha por mais emprego.
19. Contra a proposta do Governo de regulamentação do Setor Petróleo e a defesa da Petrobrás como patrimônio público.
20. Discutir formas de resistir nas bases contra a aplicabilidade da lei de Desregulamentação do Setor Petróleo.
21. Realização de uma campanha nacional de arrecadação de fundos para a campanha unificada.
22. Reintegração de todos os demitidos ou com contrato suspenso, cancelamento de todas as punições e cancelamento de todos os reflexos das greves de set/94 e maio/95.

23. Deliberar a partir da cartilha e das contribuições do Congresso, realizar assembléias para discutir a PLR, até 25 de julho, realizando um dia de paralisação.
24. Os demitidos deverão se constituir como uma OLT, com o objetivo de implementar, sob coordenação da FUP e sindicatos, campanhas junto aos parlamentares e na categoria.
25. A FUP deverá promover seminários regionais e, posteriormente, nacional para discussão e implementação das OLT's.
26. A FUP, via CNQ, deve propor ações do ramo químico, petroquímico e petroleiros latino-americanos para o segundo semestre (ex.: dia internacional de lutas, extensão dos direitos pela autonomia sindical, não ao ALCA, etc).
27. Primeira Mão – Após o congresso deverá ser feita uma matéria sobre a CNQ (cadeia produtiva).
28. Manter uma coluna fixa, quinzenal no Primeira Mão para informes da CNQ, e a CNQ, por sua vez, manter no jornal da CNQ uma coluna quinzenal para a FUP.
29. Participação em todas as atividades contra a retirada da 5ª turma e da campanha conjunta com os Petroquímicos.
30. Confeccionar adesivos, cartazes, mídia, confecção de fita de vídeo em defesa do turno de 6 horas, pressão no STF, referente ao julgamento da Pirelli.

Demitidos

31. Ratificar as deliberações do 1º e 2º CONFUP sobre a criação de um fundo nacional para sustentação dos demitidos políticos.
32. Realizar um Seminário Nacional dos Demitidos

Organização sindical

Foram aprovadas as seguintes propostas:

33. Seminário Nacional de Organização Sindical
 - a) Relação Sindicato/Federação/Central
 - b) Relação Federação/Confederação
 - c) Papel da Central, Federação, Confederação e OLT's
 - d) Direção Sindical: Colegiado – forma de organização

34. OLT
- a) Princípios de Organização
 - b) Propostas de construção
 - c) Estrutura
 - d) Luta conjunta com outras categorias
 - e) Idéia diferente
 - f) Não filma, nem grava porque a empresa não quer
35. Deverá ser posterior as discussões na base de seminários regionais com o mesmo temário.
36. O funcionamento do evento caberá a FUP e as organizações sindicais petroleiras. Será necessário encontrar organizações que possam se interessar pelo financiamento do evento.
37. Devemos intensificar a luta pela anistia aos sindicatos na base. Promover ações para isto. Utilizar e organizar a categoria a partir do local de trabalho (como parte da campanha reivindicatória).
38. Os petroleiro/petroquímicos se integrem a nível nacional na delegação que será enviada para o *“Encontro Latino-Americano dos Trabalhadores face ao Neoliberalismo e à Globalização”*, que ocorrerá em Cuba de 06 a 08 de agosto deste ano.

A CUT e a Comunicação

39. Os trabalhadores têm enfrentado uma batalha, na qual têm sido constantemente derrotados. É a guerra das comunicações. Os empresários além de terem o poder econômico, têm o poder político, o poder judiciário e também o chamado quarto poder, que é a comunicação. É um verdadeiro massacre. A ideologia burguesa é transmitida para os trabalhadores 24 horas por dia.
40. Os trabalhadores, na tentativa de se contraporem a isso, têm tentado diversas alternativas, como por exemplo, o aluguel de horários na TV burguesa, o que sai muito caro, tem problema de censura e, além disso, enriquece mais ainda os seus proprietários.
41. O que fazer?
42. Temos que agir de forma profissional, com visão de futuro, planejamento e prática.
43. Os trabalhadores têm que cumprir um canal de televisão. Isso porque, implantar um canal novo é impossível, pois o governo não dará a concessão.
44. A CUT deverá assumir esta tarefa.
45. São milhões de trabalhadores nas bases dos sindicatos filiados à CUT. Cada trabalhador será um acionista desse canal de TV. Como funciona no sistema telefônico, onde cada comprador

recebe um Certificado de Ações, no canal de TV cada trabalhador receberá um Certificado de Ações no valor do que vier a contribuir.

46. Os passos são os seguintes:

- a) A CUT formará uma Comissão para elaborar um projeto de uma empresa sociedade anônima (S.A);
- b) Os acionistas dessa empresa serão os trabalhadores de todo o Brasil, cujas categorias sejam filiadas à CUT;
- c) Cada trabalhador contribuirá com um determinado valor para a constituição desta empresa, dentro das suas possibilidades. Em troca dessa contribuição ele receberá um Certificado de Ações no valor da colaboração (nos moldes do sistema telefônico);
- d) Essa empresa deverá ser administrada por especialistas da área de comunicação, escolhidos pela direção da CUT;
- e) Esse Certificado de Ações só poderá ser negociado entre os trabalhadores, sendo estabelecido um valor máximo adquirido;
- f) Essa empresa adquirirá um canal de televisão, já com concessão, dos muitos que estão sendo negociados;
- g) A programação desse canal de TV, será feita de forma profissional, com propaganda comercial, sendo aos poucos implantada uma programação voltada para os interesses dos trabalhadores;
- h) Cada sindicato deverá fazer um trabalho de conscientização das suas bases no sentido de participarem desse projeto.

Imposto Sindical

47. O 3º CONFUP delibera que a FUP, sindicatos filiados devem entrar com ações judiciais para impedir a cobrança do imposto sindical de março/98. Esta ação deve conter a cobrança do destino do imposto sindical deste ano.

48. Quanto a deliberação de entrar com ação, que seja reafirmada nos CECUTs e 6º CONCUR.

49. Denunciar que a Petrobrás confiscou o dinheiro dos trabalhadores e que deve efetuar a devolução.

Campanha Reivindicatória

50. Foram aprovadas as seguintes propostas:

- a) Resgate do AC 93/94;
- b) Que o Acordo Coletivo tenha validade de 2 anos, atualizando o item salarial na bata-base, em setembro;
- c) O 3º CONFUP orienta que a campanha salarial seja encerrada com amplo debate na categoria, se possível com a realização da plenária nacional estatutária;
- d) Lei 5811/72 – Turno de 6 horas - Defesa do Projeto-de-Lei 3101/97, de 07/05/97, do deputado federal Inácio Arruda, do PC do B/CE – que atualiza a lei 5.811/71. Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, produção e refino de Petroquímica, estocagem e transporte de petróleo e seus derivados por meio de produtos;
- e) Eixo da Campanha: emprego, redução da jornada de trabalho e defesa da 5ª turma.

Mobilização

50. Propostas:

- f) Ocupar e auto-gestionar todos os setores de trabalho com possibilidades econômicas de organização;
- g) Ação em todos os setores comunitários de trabalho dentro destes princípios:
 - Ação sindical ligada a ação direta e a construção de uma estrutura horizontalizada. Ex.: Criação de comissões de bases alternativas;
 - Defender a existência de todos os trabalhadores sem discriminação;
 - Construir uma organização sindical que não aceite ser “patrão” e, ao contrário, lute o tempo todo contra ele (o patrão);
- h) Conscientizar os trabalhadores para a luta de classes (impedindo qualquer tentativa de conciliação);
- i) Mostrar que as Greves de Ocupação, com controle de produção é a única saída para os trabalhadores.

51. Bandeiras

SOMOS TODOS PETROLEIROS
FIM DO REGIME ADM DE CAMPO
RETOMAR A CAMPANHA PELO TURNO DE 6 HORAS NO ADM
TURNO DE 6 HORAS COM 6 TURMAS

PLR

52. Foram aprovadas as seguintes propostas:

- a) Confeção de 50.00 cartilhas para ser rateado entre os sindicatos e distribuído na base;
- b) Deverá ser encaminhado aos sindicatos para impressão e distribuição, junto com as cartilhas, as contribuições apresentadas no 3º CONFUP;
- c) Deverá ser divulgado no Primeira Mão;
- d) Que seja encaminhado para todas as bases o Abaixo-Assinado elaborado pela FUP (Direito aos Aposentados);
- e) Entrar com Ação de Cumprimento do Acordo Coletivo 96/97, no tocante ao pagamento da PLR;
- f) Aproveitar como eixo mobilizador da categoria o cumprimento do ACT 96/97, cláusula 7ª, da MP 1539 e da resolução do CCE nº 10/95, que determina o pagamento da PLR no mês seguinte a realização da AGO da empresa e pagamento dos dividendos;
- g) Se constou no ACT 96/97, a formação de comissão para discutir critérios para pagamento da PLR, não precisa estar escrito para qualquer leigo entender que é para pagamentos em 97 referente aos resultados de 96;
- h) Se a comissão era para definir a PL que deverá ser paga em 98, com base nos lucros ou resultados de 97, porque constou no ACT 96/97, que vigorará de 01/09/96 a 31/08/97;
- i) A Assessoria Jurídica da FUP deverá fazer uma análise do sentido do art. 2º da MP 1539, combinando com o parágrafo 1º do art.5º, resolução do CCE-10/95, para saber se tem possibilidade de ingressar na junta com relação a PLR de 95, já que a de 96 ainda temos até 31/08/96 para cobrar o cumprimento do ACT 96/97.

Em Defesa da Petrobrás

Defender o monopólio do Governo é a nossa obrigação

52. O projeto do Governo Federal, atendendo a política neoliberal é acabar com os serviços estatais, privatizando o país. Por isso, sacrifica a soberania do país. As empresas estratégicas para o nosso desenvolvimento perdem o sentido.

53. Para viabilizar esse projeto, os meios justificam os fins, o que explica a compra de votos, a corrupção, a política de “é dando que se recebe”. Cabe aos trabalhadores resistir. Nós, petroleiros, temos que continuar defendendo o monopólio estatal do petróleo, criado pela Lei 2004, e a

Petrobrás, para nos diferenciarmos do governo e deixarmos claro que a nossa categoria não se rendeu ao projeto neoliberal.

54. Para contrapormos aos “novos tempos” da desregulamentação do petróleo, é fundamental que a Petrobrás deve continuar como gestora da Lei 2004.

55. Urge que as direções sindicais parem de estar a reboque do parlamento. O movimento sindical deve ter no parlamento, ou melhor, nos parlamentos e partidos políticos de esquerda, seus aliados, mas jamais devem submeter sua ação a eles. O movimento de base deve sobrepor-se.

Aceitar a modelagem da Petrobrás à quebra do monopólio do petróleo é aceitar a privatização da empresa

56. Há setores na nossa categoria apostando na Petrobrás moderna e no novo sindicalismo do petróleo. Tratando-se de uma política mais flexível, capaz de entender as dificuldades das gerências, adequando as nossas reivindicações e esse modelo. Isso significa aceitar as relações empresariais predominantes na empresa privada.

57. Somos contrários! Não queremos a Petrobrás privatizada. Querem ameaçar os bravos petroleiros, para facilitar a privatização da Petrobrás.

58. Nossa proposta é que o movimento sindical petroleiro vote e defina:

- O monopólio está vivo!
- O petróleo é nosso!
- A Petrobrás é do povo brasileiro!

Plano de Luta

58. Os sindicatos deverão procurar a Aepet e outras entidades de seus estados para formar um comitê visando a defesa da Petrobrás e dos interesses nacionais na regulamentação do Setor Petróleo. Como primeira tarefa esses comitês deverão procurar os três senadores de seus estados, e mais:

- a) Criar comissões de defesa da Petrobrás, unindo as entidades ligadas à área de petróleo, e entidades populares organizadas;
- b) Desenvolver campanhas usando os horários dos partidos políticos de esquerda na TV e rádio;
- c) Fazer trabalho de conscientização interna com a categoria petroleira, com debates, seminários setoriais;
- d) Fazer trabalho de esclarecimento da opinião pública, com carro de som na rua, distribuição de panfletos, em locais de grande concentração popular, realização de pequenos show-mícios;
- e) Sindicalizar nos nossos sindicatos todos os trabalhadores de empreiteiras que atuam no setor petróleo;
- f) Abrir a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo nas bases.

Regulamentação do Setor Petróleo

59. Devemos estabelecer dois níveis de ação:

1. Externa

- Fiscalização das poucas disposições que protejam
- Desmascarar o muito que há de entreguista na legislação

2. Interna

- Envolver a categoria, coletivamente;
- Defender a categoria, como sujeito do processo, pois está com o moral baixo.

60. Deflagrar a campanha “Resgatando o Brasil”, a exemplo do MST na luta pela Reforma Agrária, os petroleiros seriam o pólo aglutinador da luta pela soberania nacional, junto com a sociedade.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA PETROLEIRA – 97/99

CAPÍTULO I - DOS SALÁRIOS

REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA 1.^a - Em 1º de setembro de 1997, a Companhia reajustará os salários de seus empregados, conforme vigentes em agosto de 1997, em 100% do ICV-DIEESE acumulado entre 1º de setembro de 1996 e 31 de agosto de 1997.

Parágrafo único - Sobre o reajuste referido incidirá o percentual de 6,21%, a título de compensação da perda salarial verificada nos meses de julho e agosto de 1995.

ANTECIPAÇÃO MENSAL DO SALÁRIO

CLÁUSULA 2.^a - A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários no dia 25 do respectivo mês. Eventuais acertos desse pagamento serão processados e pagos dentro do prazo legal.

Parágrafo único - A Companhia concederá o adiantamento de 50% do salário líquido estimado do mês, no dia 10 respectivo, para desconto integral no dia 25 subsequente.

CORREÇÃO SALARIAL E LINEARIDADE

CLÁUSULA 3.^a - A Companhia corrigirá, a partir de outubro de 1997, os salários de seus empregados mensalmente, de acordo com a variação do ICV-DIEESE do mês imediatamente anterior.

PROPORCIONALIDADE - REAJUSTE INTEGRAL

CLÁUSULA 4.^a - A Companhia garante correção integral de salário para os empregados admitidos após a data-base, desconsiderando, desse modo, a figura da proporcionalidade.

PISO SALARIAL

CLÁUSULA 5.^a - A Companhia se compromete a observar o valor mínimo de R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais) para o menor salário-básico praticado.

PASSIVOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA 6.^a - A Companhia reporá as perdas salariais anteriores a setembro de 1997 não contempladas nos Acordos Coletivos já pactuados, sem prejuízo do direito às diferenças vencidas até a data do acordo (Planos Bresser, Verão e Collor, Horas Extras de Turno, Diferenças do 13º de 1994).

Parágrafo 1º - A Companhia reconhece a validade e se compromete com o cumprimento de eventuais pendências das disposições contidas nos acordos firmados com a FUP em 5 de outubro de 1994, e 10 e 25 de novembro de 1994.

AUMENTO REAL POR PRODUTIVIDADE

CLÁUSULA 7.ª - Sobre os salários corrigidos na fórmula da cláusula 1ª incidirá o percentual de 20,14%, a título de aumento real por produtividade.

PERDAS SALARIAIS

CLÁUSULA 8.ª - A Companhia pagará no mês de setembro de 1997, a título de perda da massa salarial, o equivalente a 0,41 salários estimados para o mês de setembro de 1997, com base na fórmula da Cláusula 1ª.

(observação: esse valor está calculado com inflação previstas para os meses de Julho e Agosto de 97 fixada em 0,5%, podendo portanto ser alterado caso a inflação registrada seja diferente da prevista)

TRABALHADORES DO SISTEMA PETROBRÁS

CLÁUSULA 9.ª - A Companhia, FUP e Sindicatos acordam que os princípios constantes das cláusulas relativas a salários desse Acordo Coletivo valerão também para todo o Sistema PETROBRÁS, sendo extensivos, portanto, aos trabalhadores de todas as subsidiárias.

CAPÍTULO II - MELHORES CONDIÇÕES

ATS

CLÁUSULA 10. - A Companhia pagará o Adicional por Tempo de Serviço - ATS (Anuênio) para todos os empregados, de acordo com a tabela vigente desde 1º de setembro de 1985.

Parágrafo único - O Adicional por Tempo de Serviço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS (PL)

CLÁUSULA 11. - A Companhia distribuirá anualmente, em parcelas individuais iguais, entre todos os trabalhadores, ativos e aposentados, a título de participação nos lucros, o valor máximo permitido pela legislação em vigor.

VANTAGEM PESSOAL (VP) - INCORPORAÇÃO

CLÁUSULA 12. - A Cia. incorporará aos salários, pelo maior percentual praticado, a VP-DL 1971/82.

PERICULOSIDADE

CLÁUSULA 13. - A Companhia concederá o Adicional de Periculosidade, dentro de suas características básicas e da legislação, sendo vedado o pagamento retroativo a qualquer título.

PENOSIDADE

CLÁUSULA 14. A Companhia concederá Adicional de Penosidade no percentual de 30% (trinta por cento), conforme previsto no inciso XXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS (GF)

CLÁUSULA 15. - A Companhia manterá a concessão da Gratificação de Férias a todos os empregados do sistema PETROBRÁS nos moldes atuais.

Parágrafo Único- O pagamento será efetuado na folha do mês que anteceder ao gozo de férias.

INDENIZAÇÃO DA GF

CLÁUSULA 16. - A Companhia garante aos empregados o pagamento da indenização da Gratificação de Férias, correspondente ao período aquisitivo proporcional ou vencido e não gozado, em todas as rescisões contratuais e nos casos de aposentadoria.

Parágrafo único - Não fará jus à indenização da Gratificação de Férias proporcional o empregado dispensado a pedido, ou demitido, com menos de 1 (um) ano de casa, e aquele dispensado por justa causa.

ADICIONAL DE SOBREAVISO (ASA)

CLÁUSULA 17. - A Companhia manterá em 40% (quarenta por cento) o valor do Adicional de Sobreaviso (ASA), incidente sobre o total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio-Almoço e do ATS, efetivamente percebido no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade.

Parágrafo único - Sempre que o trabalho efetivo, em jornada de trabalho de regime em Sobreaviso, exceder as 12 horas legais, será devido o pagamento de horas extraordinárias.

ADICIONAL DE EQUIPE SÍSMICA

CLÁUSULA 18. - A Companhia concederá aos empregados, enquanto estiverem efetivamente engajados em trabalho de equipe sísmica terrestre, um adicional no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio-Almoço e do ATS.

ADICIONAL DE CONFINAMENTO

CLÁUSULA 19. - A Companhia manterá o percentual do Adicional Regional de Confinamento (ARC) em 5%, 10%, 15% e 30%, assegurados os critérios de concessão do referido adicional, constantes da Norma-30-20-00/00, de Administração de Cargos e Salários.

ADICIONAL DE HORA REPOUSO ALIMENTAÇÃO (HRA)

CLÁUSULA 20. - A Companhia manterá o valor do Adicional de Hora de Repouso e Alimentação, levando em conta a média real dos dias trabalhados, considerando as diversas jornadas trabalhadas, adotando o respectivo Total de Horas Mensais (THM), conforme Norma 30-20-00/00.

TOTAIS DE HORAS MENSAIS (THM)

CLÁUSULA 21. - A Companhia manterá em 200, 180, 175 e 168 o Total de Horas Mensais (THM) para pagamento e desconto de ocorrências de frequência, respectivamente, para as cargas semanais de 40 horas, 36 horas, 35 horas, e 33 horas e 36 minutos.

Parágrafo único - A Companhia, manterá os critérios e procedimentos referentes a desconto de faltas sem motivo justificado e quanto ao número de horas descontadas em função de cada tipo de regime e jornada adotados, bem como os descontos concomitantes dos números proporcionais de horas referentes ao repouso semanal remunerado.

HORAS EXTRAS (HE) REMUNERADAS

CLÁUSULA 22. - A Companhia restringirá a realização de serviço extraordinário aos casos de comprovada necessidade, garantindo que as horas suplementares trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

Parágrafo único - Quando o empregado optar pela compensação das horas extras realizadas terá direito a fazê-lo na proporção de uma hora extra para cada duas horas de repouso remunerado em compensação, independentemente do direito ao repouso remunerado gerado pela jornada normal.

HE/ REPOUSO

CLÁUSULA 23. - A Companhia garante que, nos casos em que o empregado, encontrando-se nos períodos de descanso fora do local de trabalho, venha a ser convocado para atividade de treinamento, ou para a realização de serviço extraordinário para o qual não tenha sido previamente convocado, as horas suplementares trabalhadas nesse período serão remuneradas com um acréscimo de 100% (cem por cento), observando-se um número mínimo de 05 (cinco) horas suplementares, independentemente do número de horas trabalhadas inferiores a 05 (cinco), como recompensa ao esforço despendido naquele dia.

HE/ DOBRA DE TURNO

CLÁUSULA 24. - A Companhia garante aos empregados que trabalham em regime de revezamento em turnos, remuneração das horas trabalhadas a título de dobra de turno acrescidas de 100% (cem por cento), qualquer que seja o número de horas, seja por prorrogação, seja por antecipação da jornada normal prevista na escala de revezamento.

Parágrafo único - Quando o empregado dobrar sua jornada de trabalho, terá direito a folga na sua primeira jornada subsequente, sem prejuízo das extras oriundas das dobras e do salário do dia

folgado. Quando a dobra ocorrer em instalações *off-shore*, ou no campo, o direito a folga será garantido no início ou final do período de férias.

HE/INTEGRAÇÃO DOS ADICIONAIS DE CÁLCULO

CLÁUSULA 25. - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras do pessoal de revezamento de turno os adicionais efetivamente percebidos pelo empregado, inclusive o Adicional de Hora Repouso e Alimentação (HRA).

HE/ VIAGEM A SERVIÇO

CLÁUSULA 26. - No caso de viagem a serviço da Companhia que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal. Excetuam-se desse tratamento os empregados isentos de ponto

Parágrafo único - Em qualquer hipótese será respeitada a opção e a forma referidas no parágrafo 2º da cláusula 21, para gozo de repouso remunerado ou pagamento das horas extraordinárias.

HE/ INTEGRAÇÃO PARA O HA

CLÁUSULA 27. - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras do pessoal de regime administrativo, o Adicional de Periculosidade, o Adicional de Tempo de Serviço, o Adicional Regional, e o Auxílio-Almoço, quando o empregado fizer jus aos referidos adicionais.

AUXÍLIO ALMOÇO

CLÁUSULA 28. - A Companhia compromete-se, na vigência do presente instrumento, a atualizar nas mesmas épocas de reajuste geral dos salários, os valores pagos a títulos de Auxílio Almoço, tendo como base a variação do índice do custo de alimentação.

Parágrafo único - O Auxílio-Almoço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 29. - No exercício de 1998, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa e por escrito, a Companhia pagará até o dia 15 de janeiro, como adiantamento do 13º salário (lei 4.090/62 e 4.749/65), metade da remuneração devida naquele mês. O empregado poderá optar, também, por receber esse adiantamento por ocasião do gozo de férias, se ocorrer em mês diferente de janeiro. Em julho, com base na remuneração desse mês, a Companhia pagará a diferença resultante entre a metade desse novo valor e o adiantamento já recebido, pelo empregado, até junho, a Companhia. pagará ainda, a esses empregados, a diferença entre o (s) adiantamentos concedido (s) e o valor da metade do 13º salário calculado com base na remuneração do mês de férias.

13º SALÁRIO REMANESCENTE

CLÁUSULA 30. - O pagamento da diferença da antecipação do 13º salário (complementar ou integral) do ano de 1997, será efetuado no dia 25.11.1997. Em dezembro de 1997, na forma da legislação em vigor, a Companhia promoverá os ajustes desse pagamento.

AUXÍLIO DOENÇA - FÉRIAS E 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 31. - A Companhia garante, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, por até 180 (cento e oitenta) dias, devidamente caracterizados pelo órgão de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que este receberá o 13º salário e as férias do período, além das vantagens que lhe são asseguradas.

AUXÍLIO DOENÇA - COMPLEMENTAÇÃO

CLÁUSULA 32. - A Companhia assegurará, a título de Complementação do Auxílio-Doença, a complementação da remuneração integral do empregado afastado, em decorrência de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional: durante os 6 (seis) primeiros anos de afastamento e durante os 5 (cinco) primeiros anos, para os demais casos de Auxílio-Doença.

AUMENTO POR MÉRITO

CLÁUSULA 33. - A Companhia estabelecerá o interstício de 12 (doze) meses para a concessão de Aumento por Mérito a todos os seus empregados, inclusive os anistiados e reintegrados.

ADICIONAL DE INTERINIDADE

CLÁUSULA 34. - A Companhia garante o pagamento do Adicional de Interinidade a partir do primeiro dia de substituição interina, em qualquer situação, tendo como base o salário do substituído.

Parágrafo único - O acréscimo percebido em razão da substituição interina terá sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, Gratificação de Férias e 13º salário.

ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E REGIONAL - CABIMENTO

CLÁUSULA 35. - A Companhia efetuará, nos termos das Normas 30-08-00 e 30-20-00/00, respectivamente, o pagamento do Adicional de Periculosidade e do Adicional Regional de Confinamento ao pessoal designado para executar trabalhos em instalações *off-shore* (embarcado) ou no campo (confinado), desde o primeiro dia de trabalho nessas condições, independente do número de dias embarcados ou confinados.

Parágrafo único - O referido pagamento não será devido nos casos de visitas ou estadas eventuais naquelas instalações e locais, com duração inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

ADICIONAL REGIONAL - TRANSFERÊNCIA

CLÁUSULA 36. - A Companhia manterá o pagamento de indenização do Adicional Regional no caso de transferência ou designação do empregado, para servir em localidades onde a

concessão da vantagem não esteja prevista em Norma e desde que já venha percebendo, por mais de 12 (doze) meses consecutivos.

Parágrafo único - A Companhia concederá a todos os empregados transferidos por conveniência da empresa, o pagamento do auxílio residência por um período de 3 (três) anos, em valor nunca inferior a um salário-básico.

REMUNERAÇÃO - PAGAMENTO

CLÁUSULA 37. - A Companhia se compromete a adotar valores vigentes na data do efetivo pagamento de parcelas referentes a serviço extraordinário, vantagens por engajamento eventual em outros regimes, indenizações normativas e demais situações análogas.

CLÁUSULA 38. - A Companhia se compromete a adequar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias o horário de trabalho nas localidades onde o local de trabalho fique fora dos centros urbanos, em locais de difícil acesso ou não servidos por transporte público regular, incluindo o horário de percurso dentro da jornada normal de trabalho para o pessoal em regime administrativo e pagamento das horas suplementares a 100% (cem por cento), ao pessoal engajado em Turno Ininterrupto de Revesamento.

Parágrafo Único - A Companhia pagará como passivo trabalhista, este mesmo período referente aos últimos 5 (cinco) anos como hora extra remunerada a 100 % (cem por cento).

CLAUSULA 39. - A Companhia concederá aos empregados lotados em localidades distantes ou de difícil acesso e/ou não servidos por linha regular de transporte público, enquanto estiverem efetivamente engajados no Regime Administrativo, confinados ou não, os benefícios previstos na norma 30-03, de Administração de Cargos e Salários.

CAPÍTULO III - DOS BENEFÍCIOS

CESTA BÁSICA

CLÁUSULA 40. - A Companhia fornecerá cesta-básica alimentar a seus empregados, em valor mensal a ser definido por Comissão Paritária, entre os sindicatos e a FUP por um lado e a Companhia por outro, a ser especialmente composta para este fim no prazo de trinta dias.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA 41. - A Companhia concederá o Auxílio-Creche/Acompanhante, nas seguintes condições:

- a) Clientela:
 - empregadas com filho ou com a guarda/tutela de menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança;
 - empregados solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados, com a guarda/tutela de filho ou menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança.

- b) Critério de reembolso:

- auxílio financeiro automático do valor da tabela-limite do auxílio-creche/acompanhante elaborada pela Companhia em conjunto com os sindicatos, com reajustes mensais.

Parágrafo único - É previsto o reembolso integral das despesas comprovadas na utilização de creche, enquanto a criança tiver até 36 meses de idade.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

CLÁUSULA 42. - A Companhia manterá o Programa de Assistência Pré-Escolar, nos termos da legislação vigente, resguardando o direito de os empregados, aposentados e pensionistas optarem entre o mesmo e os benefícios do Auxílio-Creche/Acompanhante.

BOLSA DE ESTUDOS

CLÁUSULA 43. - A Companhia prestará bolsa de estudo aos empregados com dependentes em idade escolar, ou cursando nível superior de instrução, até a conclusão deste último.

Parágrafo único - O valor da bolsa referida será definido por Comissão Paritária a ser composta para esse fim específico, entre os sindicatos e a FUP por um lado e a Companhia por outro, no prazo de noventa dias da assinatura do acordo.

ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA (AMS) CUSTEIO

CLÁUSULA 44. - A Companhia adotará, para o exercício de 1998 o mínimo de 4,5% (quatro e meio por cento) da despesa de pessoal (salários, vantagens, previdência e assistência social e encargos trabalhistas, excluída a Assistência Médica Supletiva - AMS e odontológica), para o custeio dos programas de Assistência Médica Supletiva (AMS), inclusive odontologia e de Assistência ao Excepcional (PAE).

Parágrafo 1º - A Companhia desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais de saúde de todas as especialidades médicas e odontológicas existentes nas localidades em que residam seus empregados.

Parágrafo 2º - Fica garantido o direito ao sistema de livre escolha.

AMS - BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 45. - A Companhia concederá a AMS para os empregados e demais beneficiários constantes da tabela a seguir:

BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA

A - EMPREGADO

Desde que esteja recebendo remuneração da Companhia.

B - DEPENDENTES DO EMPREGADO

1 - CÔNJUGE - Na vigência do casamento.

2 - EX-CÔNJUGE - Mediante determinação judicial.

3 - COMPANHEIRA - Inscrita no INSS nesta condição, com convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

4 - COMPANHEIRO - Com convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

5 - FILHO/FILHA/ENTEADO - (Desde que solteiro), até 21 anos; MENOR SOB GUARDA até 21 anos, ou até a conclusão do curso universitário, salvo em caso de reprovação de período, abandono, trancamento de matrícula ou exclusão do curso; OU TUTELA de qualquer idade, se inválido e DEPENDENTE SOB CURATELA.

6 - PAI - Maior de 60 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal até 06 (seis) salários mínimos.

7 - MÃE - Solteira, viúva ou separada judicialmente, sem economia própria ou com renda mensal até 06 (seis) salários mínimos ou maior de 60 anos, independentemente da situação do marido.

8 - PADRASTO - Desde que comprovado o casamento, maior de 60 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal até 06 (seis) salários mínimos.

9 - MADRASTA - Desde que comprovado o casamento, e o marido seja dependente do empregado ou seja viúva, sem economia própria ou com renda mensal até 06 (seis) salários mínimos.

C - APOSENTADO

Manutenção da atual política ou Assistência Médica Supletiva (AMS), com extensão aos beneficiários nos mesmos moldes da ativa a todos os que tenham pedido desligamento da Companhia., para aposentadoria, desde que:

a) Requeira sua aposentadoria e receba seus proventos através da PETROS nos termos do convênio Petrobrás-INSS.

b) Desde que preencham os requisitos exigidos para inclusão dos aposentados com direito a AMS.

c) Não tenha sido dispensado por justa causa.

Exceto:

- Os ex-empregados amparados pela Lei da Anistia que utilizaram o benefício de aposentadoria.
- Os ex-empregados que tenham estado em Auxílio Doença concedido pelo INSS e tiveram esse benefício transformado em Aposentadoria por Invalidez, para os quais o prazo será o período compreendido entre a data do desligamento da Companhia e o início do Auxílio-Doença.

Desde que preencham os requisitos a,b,c, incluem-se entre os aposentados com direito à AMS:

- o não mantenedor beneficiário da PETROS;
- o que se aposenta após o acordo rescisório, mesmo o celebrado na justiça;
- o preexistente à criação da PETROS.

D - DEPENDENTES DO APOSENTADO

São aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

E - PENSIONISTAS E DEPENDENTES DE EMPREGADO FALECIDO

Desde que recebam os proventos (pensão do INSS ou suplementação de pensão da PETROS) através da PETROS.

Os dependentes dos empregados falecidos são aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

AMS - CUSTEIO DE EMPREGADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

CLÁUSULA 46. - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio da AMS será efetuada conforme a tabela a seguir:

CLASSE DE RENDA em MSBP (*)	% DE PARTICIPAÇÃO			
	GRANDE RISCO		PEQUENO RISCO	
	ATE 3 DEPEN.	MAIS DE 3 DEPEN.	ATE 3 _DEPEN.	ACIMA DE 3 DEPEN.
Até 1,3 MSBP	2,0	1,5	7,0	5,0
Até 2,4 MSBP	3,5	2,0	14,0	11,0
Até 4,8 MSBP	6,5	5,5	22,0	19,0
Até 9,6 MSBP	11,0	9,0	27,0	24,0
Até 19,2 MSBP	17,0	15,0	31,0	28,0
Acima de 19,2 MSBP	19,0	17,0	35,0	32,0

(*) MSBP - Menor Salário Básico Praticado

AMS - TABELA DO GRANDE RISCO

CLÁUSULA 47. - A Companhia dará a cobertura financeira prevista na tabela do Grande Risco da AMS, para a diária de 1 (um) acompanhante nos casos de internação de:

- empregados, aposentados e pensionistas que sejam beneficiários da AMS com idade superior a 55 anos;
- dependentes menores, com até 15 anos de idade (inclusive);
- dependentes, com idade superior a 55 anos e;
- doentes terminais.

Parágrafo único - A Companhia assumirá os custos com traslado e estadia do beneficiário e seu acompanhante, quando a localidade em que residir não oferecer o atendimento técnico necessário.

AMS - COBERTURA ODONTOLÓGICA

CLÁUSULA 48. - A Companhia concederá cobertura da AMS para tratamento odontológico e ortodôntico, para os empregados e seus dependentes, beneficiários da AMS, independentemente da carência.

AMS - TABELAS DE PROCEDIMENTOS

CLÁUSULA 49. - A Companhia manterá gestões junto às sociedades médicas e odontológicas, excetuando-se as de finalidade comercial, no sentido de analisar a composição das tabelas de procedimentos, bem como desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais para o atendimento dos empregados pela AMS, com ênfase naquelas localidades onde as carências de atendimento sejam mais acentuadas.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL (PAE)

CLÁUSULA 50. - A Companhia manterá o Programa de Assistência ao Excepcional (PAE) nas condições atualmente definidas.

Parágrafo Único - Será mantido especificamente programa de capacitação aos executores locais do programa, de modo a garantir o seu efetivo funcionamento, bem como a adequada orientação aos seus beneficiários.

PAE - PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO

CLÁUSULA 51. - A Companhia realizará, na vigência do presente instrumento, programa destinado à orientação dos empregados quanto ao PAE. Para a realização do Programa de Orientação, os Sindicatos darão o seu apoio a participação.

PETROS - REPRESENTAÇÃO DOS MANTENEDORES - BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 52. - A Companhia assegurará a representação dos Mantenedores-Beneficiários no Conselho de Curadores da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS através de, no mínimo, 2 (dois) diretores, 4 (quatro) curadores e 2 (dois) conselheiros fiscais, membros titulares e respectivos suplentes. Esses representantes serão obrigatoriamente Mantenedores-Beneficiários em gozo de seus direitos estatutários e com mais de 5 (cinco) anos de vinculação trabalhista à Companhia e deverão ser eleitos pelos Mantenedores-Beneficiários em votação secreta fiscalizada pela Companhia e pelos Sindicatos.

PETROS - REVISÃO DO PLANO DE SEGURIDADE

CLÁUSULA 53. - A Companhia manterá os sindicatos e a FUP informados sobre a evolução dos estudos referentes à revisão do Plano de Seguridade da PETROS.

LIMITE DE IDADE

CLÁUSULA 54. - A Companhia favorecerá a PETROS com o aporte financeiro necessário à suplementação dos benefícios previdenciários dos inscritos na Fundação após 1º de janeiro de

1978, e tomará todas as medidas administrativas necessárias a garantir a extinção de quaisquer exigências de um limite mínimo de idade para o gozo de benefícios.

Parágrafo único - Enquanto for mantida a inexistência de limite mínimo de idade para suplementação de benefícios previdenciários pela PETROS, a inscrição dos empregados da Companhia no Plano de Benefícios da Fundação será automática.

AMS: DIRIGENTES SINDICAIS

CLÁUSULA 55. - A companhia se compromete a estender os benefícios da Assistência Médica Supletiva aos dirigentes sindicais afastados em licença não remunerada, para o cumprimento de mandato sindical e respectivos dependentes.

Parágrafo único - A parcela relativa à participação no custeio da AMS dos dirigentes sindicais citados no *caput* será ressarcida mensalmente pelos Sindicatos a que estiverem filiados mediante dedução nos seus respectivos créditos junto à Companhia.

EXAME PERIÓDICO / APOSENTADOS

CLÁUSULA 56. - A Companhia elaborará, para distribuição aos aposentados, manual de orientação sobre avaliação periódica de saúde, a ser realizada voluntariamente, usando os recursos disponíveis na AMS, obedecidas as condições das cláusulas 42, 43, 44 e 45.

Parágrafo único - A Companhia estudará junto à Fundação PETROBRÁS de Seguridade Social - PETROS, instrumentos para o reforço periódico dessas orientações.

PENSIONISTA - SUPLEMENTAÇÃO

CLÁUSULA 57. - A Companhia solicitará à PETROS estudo de viabilidade e condições para que a suplementação de pensão paga às pensionistas se situe em percentual mínimo de 80%, aplicado sobre o valor da suplementação paga ao mantenedor-beneficiário em vida.

Parágrafo 1º - O aporte financeiro referente ao período de afastamento dos anistiados de 1983, para efeito de aposentadoria, será pago pela companhia, inclusive aos empregados que retornaram após 1985.

Parágrafo 2º - A Companhia se compromete com a imediata solução, a seu inteiro ônus financeiro, da regularização da situação dos anistiados de 1983 perante a PETROS.

PLANO DE SAÚDE ESPECIAL

CLÁUSULA 58. - A Companhia garantirá aos portadores do vírus HIV, plano de saúde especial que ofereça todas as condições técnicas para o tratamento da doença.

CAPÍTULO IV - DA SEGURANÇA NO EMPREGO

GARANTIA DE EMPREGO

CLÁUSULA 59. - Objetivando valorizar o bom empregado, a PETROBRÁS assegura manter a sua atual política de emprego, comprometendo-se a não proceder dispensa coletiva ou de caráter sistemático, não implantar rotatividade de pessoal, bem como não promover despedidas arbitrárias.

Parágrafo único- Acordam as partes que não serão consideradas como despedidas arbitrárias aquelas que se fundarem em falta grave, motivo disciplinar, motivo técnico ou econômico, cabendo à PETROBRÁS, nesses casos, adotar todos os procedimentos que a legislação lhe permite.

ESTABILIDADE - GESTANTE

CLÁUSULA 60. - A Companhia garante emprego e salário à empregada gestante, até 5 (cinco) meses após o parto, nos termos do estabelecido na letra b, inciso II, do artigo 10 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

ESTABILIDADE DO ACIDENTADO/DOENÇA PROFISSIONAL

CLAUSULA 61. - A Companhia assegura ao empregado que sofreu acidente de trabalho, ou portador de doença profissional, pelo prazo mínimo de vinte e quatro meses, a manutenção de seu contrato de trabalho, independentemente da percepção de auxílio doença, a partir: da alta de benefício previdenciário decorrente do acidente com afastamento; do dia do acidente se não resultar em afastamento; ou da constatação da moléstia.

CAPÍTULO V - DO PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

EFETIVO MÍNIMO

CLÁUSULA 62. - A Companhia se compromete a manter os efetivos mínimos definidos em conjunto com os sindicatos e a FUP.

Parágrafo 1º - Essa definição será efetuada por comissões paritárias, entre a Companhia e os sindicatos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo 2º - O preenchimento dos cargos definidos neste processo se dará por Concurso Público, observada a prioridade dos empregados que possam ser remanejados, e dos já classificados em concursos anteriores ainda válidos.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

CLÁUSULA 63. - A Companhia praticará o princípio da Avaliação de Desempenho que não contenha o Sistema de Curva Forçada.

Parágrafo único - Qualquer modificação no sistema de avaliação de desempenho só será implementada após ser acordada com a FUP e Sindicatos.

PLANO DE CARGOS

CLÁUSULA 64. - Os contratos para provimento de funções de Direção e Chefia e Assessoramento, de funções não integrantes do plano de Cargos e os Técnicos Estrangeiros não se vincularão ao quadro permanente da Companhia, devendo o contrato extinguir-se ao final do mandato, da missão, do prazo estipulado, ou do mandato do Dirigente a que esteja vinculada a assessoria.

PCCS - REFORMULAÇÃO

CLÁUSULA 65. - A Companhia compromete-se a iniciar imediatamente estudos para reformulação do PCCS, que deverão ser apresentados até maio de 1998 à FÚP e Sindicatos para negociação de sua implementação.

NÍVEIS SALARIAIS - APOSENTADOS

CLÁUSULA 66. - A Companhia manterá a atual relação dos níveis salariais dos aposentados, considerando o último nível da faixa em que se aposentaram, sempre que forem criados novos níveis em cada função, inclusive os decorrentes da última alteração no plano de cargos e salários da empresa.

CARGO PÚBLICO - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA 67. - A Companhia assegura que o afastamento do emprego, em virtude de encargos públicos, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho do empregado.

Parágrafo único - Quando do retorno do empregado, do referido afastamento, o mesmo será lotado no órgão de origem.

HOMOLOGAÇÃO - SINDICATOS

CLÁUSULA 68. - A Companhia garante que as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, em contratos com duração igual ou superior a um ano, deverão ser realizadas nos Sindicatos representativos da categoria profissional, desde que no local exista representação da entidade de classe, e desde que não haja manifestação contrária e expressa do empregado neste sentido.

Parágrafo 1º - Nos casos em que o empregado optar por não homologar a rescisão de seu contrato de trabalho no Sindicato respectivo, a Companhia encaminhará cópia da rescisão contratual àquela Entidade, no prazo de uma semana;

Parágrafo 2º - São documentos imprescindíveis à homologação da rescisão contratual, além do exame médico demissional, o PPRA e o Laudo Técnico das áreas em que o empregado tenha trabalhado, discriminando-se o grau de risco e os agentes agressivos presentes nas mesmas, e entrega ao empregado dos devidos formulários DISES.BE (antigo SB.40).

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 69. - A Companhia informará, mensalmente, a cada Sindicato, a movimentação de pessoal ocorrida em sua base territorial.

TRABALHADORES DO SISTEMA

CLÁUSULA 70. - A Companhia compromete-se a absorver, a partir de 01/09/97, todos os trabalhadores dos quadros efetivos das empresas do Sistema Petrobrás admitidos legalmente, que estão prestando serviços através de cessão/requisição à PETROBRAS.

ESTÁGIO - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA

CLÁUSULA 71. - A Companhia se compromete, a conceder estágios referentes ao Programa de Integração Empresa x Escola de que trata a Lei nº 6.494 de 07.12.77, e a receber bolsista em Curso de Formação, utilizando-os em trabalhos que contribuam para sua formação profissional e somente sob adequada supervisão, não os considerando como componente do efetivo mínimo.

PROCESSO SELETIVO

CLÁUSULA 72. - Nos casos de abertura de processo seletivo a Companhia assegura precedência ao recrutamento interno, possibilitando deste modo a ascensão de seus empregados a cargos mais elevados, bem como garante a divulgação da lista dos aprovados, em ordem de classificação, no final do processo.

Parágrafo 1º - Quando necessário, as fases de recrutamento e seleção poderão ser realizadas interna e externamente em caráter simultâneo, sendo o Sindicato devidamente comunicado, ficando garantida a prioridade aos candidatos internos aprovados em todas as etapas do processo seletivo, desde que satisfeitas, quando de sua inscrição, todas as condições estabelecidas no respectivo processo;

Parágrafo 2º - Será dada ampla divulgação aos processos seletivos, respeitada sua área de abrangência;

Parágrafo 3º - A Companhia garantirá a reclassificação dos aprovados em todas as etapas do processo, respeitada sua classificação, as necessidades do órgão, e o número de vagas estabelecidas.

Parágrafo 4º - A Companhia fornecerá aos empregados todas as informações sobre as condições e andamento de processos seletivos, visando garantir a sua absoluta transparência.

INTERINIDADE

CLÁUSULA 73. - A Companhia garante que, nos casos de interinidade exercida por 180 (cento e oitenta) dias, vencido este prazo promoverá o preenchimento em caráter efetivo.

CAPITULO VI - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CINCO FALTAS

CLÁUSULA 74. - A Companhia permitirá ao empregado faltar até 5 (cinco) vezes ao ano, sem que ocorra descontos nos salários.

LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO MÉDICO

CLÁUSULA 75. - A Companhia concederá licença ao empregado, quando dependente deste necessitar de internação ou tratamento de saúde, desde que solicitado mediante apresentação de atestado médico.

PROCESSAMENTO DE DADOS

CLÁUSULA 76. - A Companhia garante que o tempo efetivo de entrada de dados não excederá a limite de 5 (cinco) horas, sendo que no período de tempo restante da jornada, o empregado poderá exercer outras atividades inerentes ao seu cargo.

Parágrafo único - A Companhia garante, nas atividades de entrada de dados, intervalo de 10 (dez) minutos de repouso, para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho.

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA 77. - Em atendimento ao inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal, a carga semanal do pessoal engajado no esquema de turno ininterrupto de revezamento é de cinco grupos de turnos, com jornada de 8 horas diárias e carga semanal de 33,6 horas, sem que, em consequência, caiba pagamento de quaisquer horas extras, garantido, porém, o pagamento dos adicionais de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação e periculosidade.

Parágrafo 1º - Nas unidades onde sejam praticadas cargas diárias ou semanais diferentes da estabelecida no *caput*, a Companhia compromete-se a mantê-la, enquanto os empregados não manifestarem desejo de modificá-la.

Parágrafo 2º - A Companhia estenderá a todos os empregados em turno ininterrupto de revezamento eventuais vantagens referentes a este regime de trabalho que venham a ser deferidas pela justiça do trabalho em reclamações trabalhistas ajuizadas pelos Sindicatos, como substituto processual, simples representante ou qualquer reclamação trabalhista individual ou coletiva, em que figure como reclamada a Companhia, a partir do trânsito em julgado, ou seja, quando não couber mais recursos no mesmo processo, admitidas, desde logo, a compensação ou dedução de qualquer pagamento efetuado a mesmo título ou mesmo objetivo.

EQUIPE SÍSMICA - RELAÇÃO TRABALHO/FOLGA

CLÁUSULA 78. - A Companhia concederá aos empregados efetivamente engajados em trabalho de equipes sísmicas terrestres, a relação trabalho/folga de 1x1, jornada de 10 horas e a carga semanal de 35 horas.

LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA 79. - A Companhia concederá licença adoção pelo período de 30 dias aos empregados que adotarem menores até a idade de 07 (sete) anos completos, na forma estabelecida na legislação específica para adoção. A licença terá vigência a partir do 1º dia em que a mãe ou o pai adotivo receber o menor sob sua responsabilidade através do termo legal.

Parágrafo único - Quando o menor adotado tiver idade inferior a 1 (um) ano completo a licença adoção será de 120 (cento e vinte) dias para as empregadas.

HORÁRIO ADMINISTRATIVO (HA) - JORNADA

CLÁUSULA 80. - A Companhia garante a jornada corrida de 06 (seis) horas diárias para os empregados sujeitos ao horário administrativo, sem redução do salário contratado.

EXAME PRÉ-NATAL

CLÁUSULA 81. - A Companhia concederá às suas empregadas as dispensas necessárias, para que se submetam ao exame pré-natal, a critério de seu órgão de saúde.

CONFINAMENTO EM CAMPOS DE PRODUÇÃO

CLÁUSULA 82. - A Companhia, manterá para os empregados que trabalham nos campos de produção, e plataformas marítimas, os regimes de trabalho de turno de revezamento ou de sobreaviso.

Parágrafo único - A Companhia se compromete a considerar como dia efetivamente trabalhado os dias de embarque, em que o empregado deixa seu domicílio para atender à periodicidade laboral em local de confinamento indicado pela empresa, e de desembarque, quando do retorno.

REGIMES DE TRABALHO DAS CONTRATADAS

Cláusula 83. - A companhia exigirá das empresas contratadas para prestação/execução de serviços, que adotem os mesmos regimes especiais de trabalho, assim como as vantagens e benefícios a eles inerentes, conforme praticado para os empregados da PETROBRÁS, quando em idênticas condições.

ALTERAÇÃO DA REMUNERAÇÃO PERANTE A PETROS

CLÁUSULA 84. - Em quaisquer alterações de regime de trabalho, transferências, ou outras medidas que impliquem em redução da remuneração mensal do empregado, a Companhia comunicará ao mesmo a opção de manter, com ônus próprio, o nível da contribuição da PETROS, a fim de sustentar no mesmo patamar sua expectativa de benefício.

CAPÍTULO VII - DA SEGURANÇA DO TRABALHO, DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE OCUPACIONAL

EXAME MÉDICO - GRATUIDADE

CLÁUSULA 85. - A Companhia isentará os empregados de qualquer participação nas despesas relativas à realização de exames médicos por ela solicitados, relacionados com o trabalho ou explicitados em normas.

EXAMES DOS EMPREGADOS DE EMPREITEIRAS

CLAUSULA 86. - A Companhia exigirá das empreiteiras a realização dos exames de saúde periódicos, e os programas específicos de treinamento em segurança para os empregados das mesmas.

READAPTAÇÃO - ACIDENTADO/DOENÇA OCUPACIONAL

CLÁUSULA 87. - A Companhia manterá a atual política de readaptação para o empregado reabilitado pela Instituição Previdenciária, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa ocorrida em razão de acidente ou doença, segundo parecer médico do órgão oficial.

Parágrafo primeiro - Será garantida a percepção da remuneração total paga à época do acidente ou constatação da doença ocupacional, ao empregado reabilitado.

Parágrafo segundo - No caso de empregados paraplégicos submetidos a reabilitação funcional, a Companhia se compromete a manter a mesma remuneração global resultante de salários, benefícios e vantagens percebidos anteriormente à lesão, independentemente da causa da lesão.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO - NUTRICIONISTA

CLÁUSULA 88. - A Companhia obriga-se a supervisionar o programa de alimentação, com apoio de profissionais da área de nutrição efetivos da empresa, informando aos Sindicatos as condições existentes e as modificações a serem implementadas.

CIPA/CST

CLÁUSULA 89. - A Companhia garantirá a transformação das CIPA's em Comissões de Saúde do Trabalhador (CST).

Parágrafo único - As eleições da CIPA/CST serão convocadas e coordenadas pelo Sindicato e pela Companhia, comunicadas a todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados, com antecedência de 90 (noventa) dias, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) - Todos os participantes da CIPA/CST dos empregados serão eleitos por escrutínio direto e secreto. O número base para a definição dos participantes da CIPA/CST é de um titular e um suplente para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores, incluindo-se os terceirizados, com estabilidade para todos os membros titulares e suplentes;
- b) A CIPA/CST terá acesso a todas as informações e dados estatísticos referentes à saúde, segurança do trabalho e meio ambiente;

c) Todos os membros da CIPA/CST serão liberados pela Companhia, diariamente, por um período mínimo de uma hora, para inspeção regular nos locais de trabalho, bem como para participar de reuniões da Comissão e exercício das demais atividades exigidas pelo cargo, sem prejuízo da remuneração;

d) É permitida a reeleição dos membros da CIPA/CST;

e) É vedada a transferência dos componentes de seus locais de trabalho, sem a expressa anuência do mesmo, homologada pelo Sindicato;

f) A CIPA/CST terá acesso a todos os locais de trabalho, sendo vedada à Companhia impedir, limitar ou inibir suas ações;

g) Os componentes da CIPA/CST têm direito a estar presentes e a acompanhar todas as diligências na análise dos acidentes ocorridos nas respectivas áreas de atuação, devendo a empresa informá-los previamente sobre tais atividades;

h) A Companhia garantirá a formação de uma CIPA/CST para cada plataforma marítima.

Parágrafo único - Para fins do presente acordo entenda-se como trabalhadores “terceirizados” os empregados de empresas interpostas (“contratadas” ou “empreiteiras”) que prestam serviços de caráter permanente nas instalações ou unidades da Companhia.

CIPA/CST - PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

CLÁUSULA 90. - A Companhia assegura a presença, às reuniões da CIPA/CST, de um representante sindical indicado pelo respectivo órgão de classe, fornecendo-se ao Sindicato cópia das atas.

CIPA/CST - AMPLIAÇÃO INDUSTRIAL

CLÁUSULA 91. - A Companhia garantirá a participação dos Sindicatos, CIPA's/CST's, nos projetos de ampliação, criação e manutenção de suas instalações industriais, detectando os impactos sobre o meio ambiente, sobre a saúde dos trabalhadores e da população vizinha, definindo os respectivos mecanismos de controle.

COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

CLÁUSULA 92. - A Companhia assegura o encaminhamento, aos respectivos sindicatos, da seguinte documentação:

a) Cópia da Comunicação do Acidente de Trabalho (C.A.T.), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua emissão, de empregado acidentado, afastado por doença profissional, ou em agravamento desta;

b) Cópia dos relatórios das CIPAS/CST a respeito de acidente sem afastamento e outros incidentes;

c) Cópia dos Relatórios de Ocorrência Anormal, Relatórios de Acidente com Lesão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas e de todo relatório da Companhia que possa permitir ao Sindicato o acompanhamento das condições de saúde e do ambiente de trabalho.

CIPA/CST - CURSOS E PALESTRAS

CLÁUSULA 93. - A Companhia se compromete a manter, em articulação com as CIPA's/CST's, Sindicatos e FUP, a realização de cursos, palestras e seminários com a participação conjunta de representantes da Companhia, Sindicatos e FUP sobre os agentes com características tóxicas de suas matérias-primas e produtos, bem como os demais riscos presentes nos locais de trabalho e os meios necessários à preservação ou limitação de seus efeitos nocivos.

ÓRGÃOS OPERACIONAIS - ENFERMEIROS

CLÁUSULA 94. - A Companhia manterá, em seus órgãos operacionais, no mínimo 2 (dois) empregados de nível médio da área de enfermagem por grupo de turno.

UNIDADE AÉREA DE SAÚDE

CLÁUSULA 95. - A Companhia se compromete a implantar, e manter onde já existirem, unidade aérea de terapia intensiva, para todas as áreas de confinamento.

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

CLÁUSULA 96. - A Companhia manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de segurança e saúde ocupacional, consoante o que estabelecem as suas políticas e diretrizes para estas funções.

Parágrafo 1º - A Companhia realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança e saúde ocupacional;

Parágrafo 2º - A Companhia assegura o direito dos sindicatos e da FUP às informações sobre os riscos presentes nos seus locais de trabalho, assim como às medidas adotadas para prevenir e limitar estes riscos;

Parágrafo 3º - A Companhia garante aos sindicatos e à FUP a exibição em local visível e o acesso às fichas técnicas de todos os produtos químicos existentes no meio ambiente de trabalho.

DOENÇAS TROPICAIS

CLÁUSULA 97. - A Companhia considerará como doenças profissionais, para todos os efeitos, as moléstias designadas como “doenças tropicais” (tais como malária, hepatite e leishmaniose) adquiridas durante jornada de trabalho em regiões de reconhecida incidência.

JATEAMENTO DE AREIA

CLÁUSULA 98. - A Companhia assegura estender a todas as suas unidades e órgãos operacionais, independentemente dos Estados onde estejam instalados, os procedimentos por ela adotados no Estado do Rio de Janeiro, conforme determinado pela respectiva Lei Estadual 1.979/92, que trata da substituição do jateamento de areia.

COMISSÃO MINISTÉRIO PÚBLICO/SINDICATOS/COMPANHIA - MÉDICO DO TRABALHO E ENGENHEIRO DE SEGURANÇA

CLÁUSULA 99. - A Companhia assegurará o acesso aos locais de trabalho de uma comissão formada por 1 (um) Médico do Trabalho e 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, de cada parte, por esta indicados, para, na qualidade de representantes do Sindicato, do Ministério Público e da Companhia, verificarem as condições de saúde, higiene e segurança do trabalho.

ACESSO AO LOCAL DO ACIDENTE

CLÁUSULA 100. - A Companhia garantirá o acesso imediato de representante dos sindicatos na área onde ocorrer acidente, assim como assegurará o acompanhamento, por esses representantes, dos inquéritos e/ou investigações decorrentes.

FISCALIZAÇÃO / REPRESENTANTE

CLÁUSULA 101. - A Companhia permitirá que representantes sindicais acompanhem a fiscalização, pelos órgãos competentes, dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador.

EXAME MÉDICO - RESULTADOS

CLÁUSULA 102. - A Companhia assegura que cada empregado será informado, por escrito, pelo seu órgão de Saúde Ocupacional, sobre o resultado da avaliação de seu estado de saúde, e dos exames complementares a que foi submetido.

Parágrafo 1º - Sempre que solicitado por Médico do Trabalho do Sindicato, o órgão de Saúde Ocupacional da Companhia fornecerá, mediante autorização do empregado, os resultados dos exames e informações sobre a saúde, relacionados com suas atividades ocupacionais;

Parágrafo 2º - Será implantada a Caderneta de Saúde do Trabalhador, que deverá conter os resultados dos exames médicos e de complemento de diagnóstico, além dos fatores de risco a que o trabalhador esteja exposto.

EXAMES MÉDICOS E ODONTOLÓGICO NA APOSENTADORIA

CLÁUSULA 103. - A Companhia realizará exames médicos e odontológicos em todo empregado por ocasião da aposentadoria.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá o direito ao exame médico periódico anual para os aposentados;

Parágrafo 2º - As despesas com tratamento, caso indicado, e desde que configurada doença profissional adquirida na Companhia, ocorrerão por conta da mesma;

EQUIPE DE COMBATE A INCÊNDIO

CLÁUSULA 104. - A Companhia comporá, a primeira equipe de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergência, exclusivamente com pessoal da área de Segurança Industrial.

MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CLÁUSULA 105. - A Companhia compromete-se a fazer monitoramento biológico, sempre acompanhado do ambiental, nos locais de manuseio ou presença de produtos químicos.

POLÍTICA DE SAÚDE DA COMPANHIA

CLÁUSULA 106. - A Companhia compromete-se a adotar uma nova Política de Saúde, priorizando as ações preventivas e aperfeiçoando as ações corretivas de saúde na assistência aos empregados.

POLÍTICA DE SEGURANÇA

CLÁUSULA 107. - A Companhia garantirá aos seus empregados o direito fundamental de prestar serviços com segurança e dentro dos critérios de saúde ocupacional.

Parágrafo 1º - Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, quando este se recusar a trabalhar em situações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho e do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 2º - A Companhia garantirá que os técnicos de segurança não enfrentarão nenhum empecilho, obstrução, ou punição, no exercício de seu poder de embargo de atividades, procedimentos ou instalações que estejam em discordância com as normas de saúde e segurança do trabalhador.

CAPÍTULO VIII - DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

IMPLANTAÇÃO

CLÁUSULA 108. - A implantação de novas tecnologias de trabalho terá como objetivo o aumento da eficiência, da qualidade dos trabalhos, da competitividade, da segurança e saúde dos empregados.

Parágrafo único - A implantação de novas tecnologias que tragam alterações substanciais, será precedida de uma apresentação aos sindicatos dos objetivos, avanços e ganhos sociais que tais melhorias acarretarão.

RELOCAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 109. - A Companhia assegura que no seu esforço de modernização e dentro de sua política e busca de inovações tecnológicas, promoverá, quando necessário a relocação dos

empregados envolvidos, garantindo ainda treinamento nas novas funções, respeitadas as respectivas condições específicas, tabelas salariais, e regimes de trabalho dessas novas funções.

CLÁUSULA 110. - A Companhia assegura a todos os empregados, que na implantação de novas tecnologias, serão mantidos programas de treinamento voltados para os novos métodos e para o exercício das novas funções.

CAPÍTULO IX - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES

CLÁUSULA 111. - A Companhia assegura a liberação de 3 (três) dirigentes sindicais, para cada sindicato, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

Parágrafo Único- Caberá ao sindicato a indicação dos dirigentes a serem liberados.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES POR TRABALHADORES NA BASE

CLÁUSULA 112. - A Companhia assegura ainda aos sindicatos a liberação de mais 1 (um) dirigente (interrupção da prestação de serviços), para cada dois mil trabalhadores vinculados a sua base territorial.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / ENCARGOS

CLÁUSULA 113. - A Companhia assegura que assumirá os encargos previdenciários (INSS, PETROS e FGTS) dos dirigentes sindicais liberados sem remuneração.

Parágrafo 1º- O dirigente liberado na forma do caput terá garantida, quando de seu retorno, toda a progressão funcional do período do referido afastamento.

Parágrafo 2º - O dirigente liberado na forma do caput será mantido na folha de pagamento, repassado o custo correspondente para os sindicatos em desconto nas mensalidades sindicais.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / FEDERAÇÃO

CLÁUSULA 114. - A Companhia assegura a liberação para a Federação Única dos Petroleiros, de 11 (onze) dirigentes, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CLÁUSULA 115. - A Companhia descontará em folha normal de pagamento, observado seu cronograma operacional, as importâncias aprovadas nas Assembléias Gerais, como contribuição assistencial aos Sindicatos, desde que não haja oposição expressa e por escrito do empregado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento, pela Companhia, da comunicação do Sindicato.

COMISSÃO MISTA PARA ACOMPANHAMENTO DO ACORDO

CLÁUSULA 116. - A Companhia, os Sindicatos e a FUP promoverão a instalação e funcionamento de comissão mista para acompanhamento e interpretação das cláusulas do presente instrumento, em reuniões a cada 2 (dois) meses.

CAPÍTULO X - DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS - PLANO COLLOR

CLÁUSULA 117. - A Companhia reintegrará todos os empregados dispensados do Sistema PETROBRÁS entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, e os demais dispensados já anistiados, mantendo-se assim o conteúdo respectivo do Acordo Coletivo de Trabalho de 1993/94

REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS - GREVES E PUNIÇÕES

CLÁUSULA 118. - A Companhia reintegrará, com os mesmos procedimentos da cláusula anterior, os empregados dispensados a partir de setembro de 1994, ou com contrato suspenso para apuração de falta grave, desde que tenham sido afastados por participação em movimentos políticos e/ou reivindicatórios, independentemente da alegação de falta grave, e ainda aqueles que tenham sido dispensados em inobservância às disposições da cláusula 47 do Acordo Coletivo 1993/94.

PUNIÇÕES

CLÁUSULA 119. - A Companhia cancelará todas as punições (advertências e suspensões disciplinares) aplicadas em represália aos movimentos reivindicatórios de 1994 e 1995, retificando-se os respectivos apontamentos funcionais.

Parágrafo único - Os empregados que tenham sofrido suspensões disciplinares serão indenizados nos valores equivalentes aos dias da suspensão, assim como eventuais diferenças decorrentes a serem apuradas nas férias, gratificações de férias e natalinas, e demais parcelas remuneratórias.

MOTORISTAS: RESSARCIMENTO DE DANOS

CLÁUSULA 120. - A Companhia garante que seus motoristas profissionais ou condutores autorizados não serão obrigados a ressarcir os danos causados em qualquer tipo de viatura que dirigirem, ficando apenas sujeitos, como todos os empregados, às Normas de Relações no Trabalho.

INTERNÍVEIS

CLÁUSULA 121. - Dentro do prazo de vigência do Acordo, a Companhia analisará a atual relação interníveis das escalas salariais, visando a possibilidade de promover eventuais

adequações de caráter exclusivamente técnico, vinculadas à manutenção do equilíbrio remuneratório interno.

ANTECIPAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS

CLÁUSULA 122. - A Petrobrás e a PETROS se comprometem a pagar o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) dos benefícios dos aposentados, anistiados conveniados e pensionistas, no dia 10 de cada mês, e, inclusive a antecipação do 13º salário, conforme procedimento adotado para os empregados da ativa.

CAPÍTULO XI: DA VIGÊNCIA

PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

CLÁUSULA 123. - O procedimento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

VIGÊNCIA

CLÁUSULA 124. - O presente Instrumento, e as Normas Internas da Companhia nele referenciadas, vigorarão a partir de 1º de setembro de 1997 até 31 de agosto de 1999.

Parágrafo único - Excetuam-se da disposição do *caput* o conteúdo das cláusulas 1ª, 5ª, 7ª e 8ª que será objeto de negociação coletiva a ser concluída em 1º de setembro de 1998.